



**Caracterização e dinâmica da produção familiar no município de  
Urânia - SP: perspectivas de permanência e reprodução social**

**Flávio de Arruda Saron**

Presidente Prudente - SP  
2010



**Caracterização e dinâmica da produção familiar no município de  
Urânia - SP: perspectivas de permanência e reprodução social**

**Flávio de Arruda Saron**

Monografia de Bacharelado  
apresentada ao Departamento  
de Geografia, como requisito  
para obtenção do título de  
Bacharel em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Presidente Prudente - SP  
2010

S257c Saron, Flávio de Arruda.  
Caracterização e dinâmica da produção familiar no município de Urânia: perspectivas de permanência e reprodução social / Flávio de Arruda Saron.. - Presidente Prudente : [s.n], 2010.  
173 f.

Monografia (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

Banca: Luís Antônio Barone, Paulo César de Souza

Inclui bibliografia

1. Estratégias. 2. Agricultura familiar. 3. Município de Urânia. I. Autor. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – FCT/UNESP - Câmpus de Presidente Prudente.



**Flávio de Arruda Saron**

**Caracterização e dinâmica da produção familiar no município de  
Urânia - SP: perspectivas de permanência e reprodução social**

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

---

Prof. Dr. Luís Antônio Barone

---

Prof. Ms. Paulo César de Souza



**Dedicatória:**

Dedico este trabalho aos meus pais Norival e Célia, agricultores de profissão e de coração, pelo exemplo de luta e vontade de vencer na vida, vocês não mediram esforços através dos dias de trabalho de sol a sol e de chuva a chuva para proporcionar aos seus filhos uma vida melhor.

### **Agradecimentos:**

Em primeiro lugar agradeço a minha família: pai, mãe e meu irmão Rafinha pelo apoio e confiança recebido e esforços que realizaram não só nesses anos de faculdade, mas também por toda minha trajetória até aqui.

Ao Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol pela orientação, confiança, cobrança e estímulos à pesquisa.

Aos amigos de Santa Salete e Urânia: Ricardo (Zé), Alessandro (Lê), Douglas, Dimas, Vander e aos irmãos Maestrello Paulo (Paulete) e Gilberto (Bim).

As grandes amizades feitas na Unesp, dentre os amigo(a)s, são ele(a)s: Hildemir (Roberto), Juliano (Podolsky), Leonardo (Nardo) e família, Rafael (Tak 500), Heitor (Japonês), Gabriel, Rodolfo, Viviane (Vivi Sensório), Ximenes, Sidney, Maurício, Cássio (Dj Cássius), Einstein (Einstonho), Lidiane, André (Jesuis), Janaína (Onça) e Marcos (Marquin). Aos colegas do Gedra: Anderson, Fernando Veloso, Fernando Nascimento, Gabriela, Jânio, Lucinete, Marina, Willian, Paulo (Paulinho), Adriano, Sônia, Evandro, Diane e Érika. E a todos os demais colegas que não estão citados, mas que proporcionaram o prazer da convivência.

A Caroline, minha namorada pela atenção, dedicação que sempre teve comigo nesse pouco tempo que estamos juntos, mas o suficiente para despertar sentimentos verdadeiros.

A FAPESP pela concessão da bolsa, sem a qual seria difícil a realização deste trabalho.

Ao Pedro, técnico agrícola da Casa da Agricultura do município de Urânia e grande entusiasta das potencialidades da agricultura familiar no município e na região de Jales.

A todos os produtores familiares que tiveram a paciência de me receber em suas residências.



## **Resumo:**

A pesquisa teve como objetivo central identificar e analisar as diversas estratégias de permanência e reprodução social dos produtores familiares e os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no município de Urânia - SP. Constata-se que as atividades desenvolvidas externamente a unidade produtiva e principalmente a previdência social rural são importantes na composição da renda dos produtores familiares. Mas, as principais estratégias são de base agrícola, visto que as atividades agropecuárias constituem-se na principal fonte de renda dos produtores familiares, destacando-se a opção por culturas que proporcionam alta rentabilidade por hectare cultivado, tais como: as frutíferas (uva, laranja, caju, dentre outras) e olerícolas (berinjela, jiló, milho verde etc.). Nesse sentido, a relevância das atividades agropecuárias, principalmente a fruticultura, em especial a uva que demanda grandes investimentos em tecnologia, despesas em insumos faz com que o PRONAF desempenhe importante papel para o desenvolvimento das atividades agropecuárias através das modalidades de custeio e investimento no conjunto de produtores familiares pesquisados, apesar de suas limitações no que tange a marginalização de produtores menos capitalizados e atuação exclusivamente vinculada à concessão de crédito. Identificamos que a gestão profissionalizada é um importante elemento para o progresso econômico da unidade produtiva, proporcionando condições mais favoráveis à permanência do produtor familiar na atividade agrícola e a sucessão hereditária na agricultura familiar, que perfaz a minoria dos casos em função da resistência dos jovens em permanecer no espaço rural decorrentes da baixa rentabilidade e de outros fatores como a penosidade do trabalho e a desvalorização social do agricultor. As organizações de representação dos agricultores familiares no município, as Associações de Produtores Rurais que poderiam exercer um importante papel no fortalecimento dos produtores familiares, e que outrora eram bem mais ativas encontram-se fragilizadas devido ao baixo envolvimento e participação dos produtores. Por fim, a necessidade de atuação mais incisiva do poder local se justifica pelo papel preponderante que a agricultura familiar exerce na economia do município, seja gerando postos de trabalho ou fomentando outras atividades que extrapolam a agricultura e o espaço rural.

**Palavras chaves:** Estratégias, Agricultura Familiar, PRONAF, Associativismo Rural, Município de Urânia.

**Lista de Figuras**

**Páginas**

|                                                                                                                                                      |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1. Pastagem rotacionada de um produtor de leite entrevistado no município de Urânia-SP.....</b>                                                   | <b>69</b>  |
| <b>2. Vista do espaço rural do município de Urânia-SP, com destaque para as parreiras de uva ao fundo.....</b>                                       | <b>70</b>  |
| <b>3. Plantação de jiló de um produtor entrevistado no município de Urânia-SP.....</b>                                                               | <b>70</b>  |
| <b>4. Cerimônia para doação de máquinas para a Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural do Córrego Comprido no ano de 1989.....</b> | <b>117</b> |
| <b>5. Doação de implemento agrícola para a Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural do Córrego do Jataí no dia 30/10/1989.....</b>  | <b>117</b> |
| <b>6. Quermesse em prol da construção da sede da CAMU.....</b>                                                                                       | <b>119</b> |
| <b>7. Sede da CAMU .....</b>                                                                                                                         | <b>121</b> |
| <b>8. Cerimônia de apresentação dos resultados do levantamento da situação hídrica nos Córregos do Jataí e Comprido.....</b>                         | <b>122</b> |
| <b>9. Notícia do Jornal Folha Regional (14/04/2000) sobre a atuação da CAMU.....</b>                                                                 | <b>124</b> |
| <b>10. Faixa elaborada pela CAMU na comemoração do 45º aniversário do município de Urânia no ano de 1995.....</b>                                    | <b>172</b> |
| <b>11. Faixa elaborada pela CAMU na comemoração do 45º aniversário do município de Urânia no ano de 1995.....</b>                                    | <b>172</b> |
| <b>12. Cerimônia de inauguração do prédio da CAMU.....</b>                                                                                           | <b>173</b> |
| <b>13. Segunda Festa da Uva do município de Urânia.....</b>                                                                                          | <b>173</b> |
| <b>14. Terceira Festa da Uva do município de Urânia .....</b>                                                                                        | <b>174</b> |

### **Lista de Quadros**

Páginas

|                                                                                                                                          |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 – Limite de renda bruta anual dos grupos de beneficiários do PRONAF-crédito nas safras que os definiram ou os alteraram .....</b>   | <b>47</b>  |
| <b>2. Fontes de renda do núcleo familiar dos produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP.....</b>                            | <b>69</b>  |
| <b>3. Caracterização das categorias dos agricultores familiares consolidados, em transição e periféricos e demandas específicas.....</b> | <b>137</b> |

### **Lista de Gráficos**

Páginas

|                                                                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Recursos disponibilizados pelo Pronaf: série histórica anos agrícolas de 2002/2003 a 2009/2010.....</b>                 | <b>40</b> |
| <b>2. Número de Estabelecimentos agropecuários e Área ocupada por Estrato de Área no município de Urânia – 2006.....</b>      | <b>64</b> |
| <b>3. Pessoal empregado em atividades agropecuárias: Agricultura familiar e não familiar no município de Urânia-2006.....</b> | <b>64</b> |

### **Lista de Mapas**

Páginas

|                                                                                              |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Municípios que compõem a MRG de Jales com destaque para o município de Urânia.....</b> | <b>59</b> |
| <b>2. Município de Urânia: hidrografia, rodovias, ferrovias e sede urbana.....</b>           | <b>60</b> |



**Lista de Tabelas**

**Páginas**

|                                                                                                                                                                                                                            |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Número de contratos e montante de crédito rural. Intervalo anos agrícolas 1998/1999 a 2008/2009.....</b>                                                                                                             | <b>45</b> |
| <b>2. Número de contratos e montante de crédito rural por Estado da federação. Ano agrícola 2008/2009.....</b>                                                                                                             | <b>46</b> |
| <b>3. Área planada e valor de produção de algumas das principais atividades agropecuárias na MRG de Jales em 1995/96 e 2006.....</b>                                                                                       | <b>56</b> |
| <b>4. Estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário e tipo de exploração na MRG de Jales – 2006.....</b>                                                                                                        | <b>57</b> |
| <b>5. Pessoal ocupado em atividades agropecuárias com e sem vínculos de parentesco com o produtor nos estabelecimentos agropecuários e pessoal total empregado em atividades agropecuárias na MRG de Jales – 2006.....</b> | <b>57</b> |
| <b>6. Área plantada e valor de produção de algumas das principais atividades agropecuárias no município de Urânia: comparação dos anos de 1995/96 e 2006.....</b>                                                          | <b>62</b> |
| <b>7. Estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário e tipo de exploração no município de Urânia – SP, 2006.....</b>                                                                                             | <b>63</b> |
| <b>8. Idade dos produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP.....</b>                                                                                                                                           | <b>67</b> |
| <b>9. Tamanho das propriedades rurais dos produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP.....</b>                                                                                                                 | <b>68</b> |
| <b>10. Atividades agropecuárias desenvolvidas pelos produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP.....</b>                                                                                                       | <b>71</b> |
| <b>11. Geração de renda por meio do cultivo da cultura da uva entre os produtores familiares pesquisados .....</b>                                                                                                         | <b>72</b> |
| <b>12. Geração de renda por meio do cultivo da cultura da laranja entre os produtores familiares pesquisados .....</b>                                                                                                     | <b>72</b> |
| <b>13. Geração de renda por meio do cultivo de olerícolas entre os produtores familiares pesquisados .....</b>                                                                                                             | <b>73</b> |
| <b>14. Geração de renda por meio da pecuária leiteira entre os produtores familiares pesquisados .....</b>                                                                                                                 | <b>73</b> |
| <b>15. Geração de renda por meio da pecuária de corte entre os produtores familiares pesquisados .....</b>                                                                                                                 | <b>73</b> |

|                                                                                                                                                                                                                               |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>16. Meios de produção disponíveis pelos produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP.....</b>                                                                                                                   | <b>75</b>  |
| <b>17. Práticas agrícolas adotadas pelos produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP.....</b>                                                                                                                     | <b>75</b>  |
| <b>18. Representatividade da renda obtida em atividades desenvolvidas fora das propriedades na renda total pelos produtores ou por seus familiares dentre os produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP.....</b> | <b>84</b>  |
| <b>19. Representatividade da aposentadoria rural na composição da renda dentre os produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP.....</b>                                                                            | <b>85</b>  |
| <b>20. Distribuição do número de contratos e montante de recursos nas modalidades custeio e investimento dos municípios da MRG de Jales entre os anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009.....</b>                             | <b>87</b>  |
| <b>21. Número de contratos de financiamento do PRONAF, montante de recursos e valor médio por contrato nos anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009 no município de Urânia – SP.....</b>                                       | <b>88</b>  |
| <b>22. Número de contratos de financiamento do PRONAF, montante de recursos e valor médio na modalidade investimento nos anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009 no município de Urânia – SP.....</b>                         | <b>90</b>  |
| <b>23. Número de contratos de financiamento do PRONAF, montante de recursos e valor médio na modalidade investimento nos anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009 no município de Urânia – SP.....</b>                         | <b>90</b>  |
| <b>24. Enquadramento por modalidade de financiamento do PRONAF dos produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP.....</b>                                                                                           | <b>94</b>  |
| <b>25. Grau de dependência dos produtores rurais pesquisados em relação aos recursos do PRONAF para a realização dos investimentos na produção no município de Urânia-SP.....</b>                                             | <b>94</b>  |
| <b>26. Principais dificuldades para a comercialização da produção agrícola por parte dos produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP.....</b>                                                                     | <b>100</b> |
| <b>27. Forma pela qual os produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP gostariam de utilizar com eventuais economias.....</b>                                                                                      | <b>105</b> |
| <b>28. Opinião dos produtores rurais pesquisados em relação ao papel do PRONAF na permanência dos jovens nas atividades agropecuárias no município de Urânia-SP .....</b>                                                     | <b>107</b> |

**Lista de Siglas**

|        |                                                                                      |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| AAJ    | Associação Agrícola de Junqueirópolis-SP                                             |
| CAIC   | Companhia Agrícola de Colonização e Imigração                                        |
| CAMU   | Central das Associações do Município de Urânia                                       |
| CATI   | Coordenadoria de Assistência Técnica Integral                                        |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura                               |
| EDR    | Escritório de Desenvolvimento Rural                                                  |
| FAPESP | Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo                                 |
| FPM    | Fundo de Participação do Município                                                   |
| LEADER | Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural                            |
| LUPA   | Levantamento Censitário das Unidades Produtivas Agropecuárias do Estado de São Paulo |
| MRG    | Microrregião Geográfica                                                              |
| MDA    | Ministério do Desenvolvimento Agrário                                                |
| PAA    | Programa de Aquisição de Alimentos                                                   |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar                          |
| SAA    | Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo                     |
| SEADE  | Fundação Estadual de Sistemas de Dados                                               |
| UPAs   | Unidades Produtivas Agropecuárias                                                    |



## Sumário

Páginas

|                                                                                                                                                                                             |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Introdução.....</b>                                                                                                                                                                   | <b>15</b> |
| <b>2. A trajetória da exploração familiar e o modelo de desenvolvimento do campo no Brasil .....</b>                                                                                        | <b>20</b> |
| <b>3. A agricultura familiar e as estratégias de reprodução social.....</b>                                                                                                                 | <b>26</b> |
| 3.1. Agricultura familiar: traços gerais e trajetória do conceito no Brasil.....                                                                                                            | 26        |
| 3.2. Estratégias de reprodução social da agricultura familiar.....                                                                                                                          | 32        |
| <b>4. PRONAF: gênese e evolução no período 1996-2010, contradições entre o discurso oficial e a operacionalização do programa.....</b>                                                      | <b>39</b> |
| 4.1. As alterações normativas no PRONAF e problemas na sua operacionalização .....                                                                                                          | 42        |
| <b>5. Origens da ocupação da Região de Jales e do município de Urânia: constituição e permanência da exploração familiar e dinâmica agropecuária</b>                                        | <b>50</b> |
| 5.1. A formação do município de Urânia, caracterização da estrutura fundiária e das atividades agropecuárias e representatividade da agricultura familiar .....                             | 58        |
| <b>6. Caracterização, dinâmica e estratégias da produção familiar no município de Urânia: as perspectivas de permanência, reprodução social e a necessidade de políticas públicas .....</b> | <b>66</b> |
| 6.1. Caracterização dos produtores familiares pesquisados no município de Urânia – SP .....                                                                                                 | 66        |
| 6.1.1. Idade e escolaridade.....                                                                                                                                                            | 66        |
| 6.1.2. Condição de produtor, estrutura fundiária, fontes de renda e atividades agropecuárias desenvolvidas nas unidades produtivas dos produtores familiares pesquisados.....               | 67        |
| 6.1.3. Emprego de mão-de-obra externa, nível tecnológico, práticas agrícolas empregadas, e comercialização da produção agrícola.....                                                        | 74        |
| 6.2. A importância da pluriatividade e da previdência social rural na composição da renda dos produtores familiares pesquisados no município de Urânia.....                                 | 77        |
| 6.2.1 Questões gerais e tipos de pluriatividade.....                                                                                                                                        | 77        |
| 6.2.2. As atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas fora da unidade produtiva pelos produtores familiares pesquisados .....                                                        | 80        |
| 6.2.3. A importância da previdência social rural entre os produtores familiares pesquisados .....                                                                                           | 84        |
| 6.3. O papel do Pronaf junto a agricultura familiar no município de Urânia – SP..                                                                                                           | 86        |
| 6.4. As dificuldades dos produtores familiares e a gênese de suas estratégias de reprodução social .....                                                                                    | 97        |

|                                                                                                                                                                           |         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 6.5. As perspectivas de permanência dos jovens no espaço rural e o desafio em garantir a sucessão hereditária na agricultura familiar do município de Urânia .....        | 106     |
| 6.6. A organização social rural no município de Urânia-SP: trajetória, perspectivas e o desafio da participação e do envolvimento dos produtores familiares.....          | 113     |
| 6.6.1. O surgimento das Associações de produtores rurais .....                                                                                                            | 114     |
| 6.6.2. A gênese das Associações dos produtores familiares no município de Urânia-SP .....                                                                                 | 115     |
| 6.6.3. As principais ações, mobilizações e os projetos das Associações ....                                                                                               | 117     |
| 6.6.4. Os desafios da participação e envolvimento dos produtores em Associações .....                                                                                     | 125     |
| 6.6.5. A relação do poder local com as Associações .....                                                                                                                  | 128     |
| 6.6.6. Reorientação das ações das Associações como estratégia de fortalecimento das entidades de representação e dos agricultores familiares no município de Urânia ..... | 130     |
| 6.7. A agricultura familiar e o desenvolvimento no município de Urânia: proposição de políticas públicas .....                                                            | 133     |
| <br><b>Considerações finais:</b> .....                                                                                                                                    | <br>142 |
| <br><b>Referências:</b> .....                                                                                                                                             | <br>146 |
| <br><b>Anexos:</b> .....                                                                                                                                                  | <br>151 |



## 1. Introdução

A temática da agricultura familiar tem sido um dos principais eixos norteadores da questão agrária brasileira recente. Trabalhos como Abramovay (1992) colocaram definitivamente esta temática na pauta de discussões acadêmicas de várias disciplinas do conhecimento. O seu reconhecimento foi materializado no âmbito institucional por meio da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1996.

Apesar de sido relegada a um papel secundário pelas políticas públicas de desenvolvimento rural durante um longo período, as unidades de produção baseadas no trabalho familiar são significantes tanto em termos sociais como econômicos, principalmente nos pequenos municípios do interior do Brasil, onde as atividades agropecuárias ainda são importantes na geração de riqueza.

A discussão sobre essa temática se desdobra em várias outras como, por exemplo: o papel da agricultura familiar no desenvolvimento dos pequenos municípios, abrangendo aí o desenvolvimento local e regional, ou também a agricultura familiar como elemento de um modelo de desenvolvimento alternativo, menos nocivo ao meio ambiente e com menores disparidades sociais e regionais. O papel que a agricultura familiar desempenha e as potencialidades que ela representa evidenciam a importância desta temática não só para o entendimento das particularidades deste segmento do campo brasileiro, mas também para a implementação de projetos de desenvolvimento que não se restringem apenas ao campo, ou ao segmento da agricultura familiar.

A viabilidade econômica e a permanência das formas familiares de produção no campo são questões que angustiam os pesquisadores há muito tempo, englobando vários referenciais teóricos, político-ideológicos e disciplinas (ABRAMOVAY, 1992) (SCHNEIDER, 1999 e 2004).

De acordo com Schneider (2004), as pesquisas sobre a agricultura familiar podem ser divididas em dois grandes eixos. O primeiro refere-se “as possibilidades de desenvolvimento econômico e social no espaço rural” (SCHNEIDER, 2004, p.13), incluindo aí a elaboração de estratégias sociais e econômicas de reprodução social de grupos identificados com a agricultura familiar. E o segundo eixo, analisa o papel do Estado na consolidação e definição dos contornos da agricultura familiar. Igualmente ao referido autor, nosso trabalho vincula-se ao primeiro eixo citado.

Este trabalho é fruto da execução das atividades do projeto de iniciação científica intitulado “As estratégias de reprodução social dos produtores familiares no município de Urânia-SP” financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e enquadra-se na linha de pesquisa “Estratégias de reprodução econômica e social dos produtores rurais” desenvolvida no Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente.

O principal objetivo da pesquisa foi identificar e analisar as diferentes estratégias de reprodução social dos produtores familiares no município de Urânia – SP, procurando-se compreender as motivações (econômicas, sociais, culturais, espaciais etc.) que levaram os produtores familiares a optarem por determinada estratégia, e analisar os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) sobre os produtores familiares do referido município.

De modo a alcançar o objetivo central, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar o papel exercido pelas diversas estratégias (diversificação produtiva, atividades agrícolas, não agrícolas, pluriatividade, associativismo rural, entre outras) para a produção familiar no município de Urânia-SP.
2. Averiguar os efeitos do PRONAF na dinamização das atividades agropecuárias e na geração de renda nas propriedades rurais e na manutenção da produção familiar do referido município.
3. Elencar as principais dificuldades que afetam a continuidade da atividade agropecuária por parte dos produtores familiares e seus herdeiros.
4. Avaliar a importância econômica e social da produção familiar no contexto municipal.

Além, destes objetivos específicos, que de acordo com o nosso projeto de pesquisa encaminhado a FAPESP se constituem em tarefas obrigatórias. No decorrer da pesquisa achamos imprescindível analisar com mais destreza as particularidades das associações de produtores rurais no município, identificando as suas limitações, as ações bem sucedidas, as perspectivas e o papel estratégico no fortalecimento dos produtores familiares que elas poderiam desempenhar no município, mas que ainda não desempenham, tendo, entretanto, grande potencial. O esforço de proposição também é feito no sentido de sugerir ações que o

poder público municipal pode implementar junto aos produtores familiares, garantindo melhores condições tanto para os agricultores, como para o município.

Para alcançarmos os objetivos propostos realizamos as seguintes atividades referentes aos procedimentos metodológicos:

- a) Revisão bibliográfica com o objetivo de familiarizar com os principais temas que envolvem a pesquisa e ampliar nossa capacidade de análise diante do objeto de estudo;
- b) Elaboração de roteiros para serem utilizados em entrevistas com o técnico chefe da Casa da Agricultura, com o Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, com os Presidentes de Associações de Produtores Rurais do município, são elas: Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro do Córrego Comprido, Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro do Manoel Baiano, Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro do Córrego do Jataí, e da Central das Associações do município de Urânia (CAMU);
- c) Elaboração e aplicação de formulários junto a 63 produtores familiares do município de Urânia<sup>1</sup>, o que equivale a 10% do número das Unidades Produtivas Agropecuárias (UPAs) em que o proprietário trabalha com familiares, de acordo com o Levantamento Censitário das Unidades Produtivas Agropecuárias do Estado de São Paulo (LUPA) realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI);
- d) Consulta nos *sites* da Fundação Estadual de Sistemas de Dados (SEADE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da CATI e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para coleta de informações secundárias relacionadas a população, economia, atividade agropecuária (área ocupada por culturas e pastagens, valor de produção das culturas) e dados e informações sobre o PRONAF;
- e) Análise dos dados e informações obtidos na pesquisa de campo.

Em termos político-administrativos o município de Urânia está inserido na Microrregião Geográfica de Jales. Esta região tem um aspecto diferencial das demais regiões do Estado de São Paulo por apresentar estrutura fundiária desconcentrada e predominância de unidades produtivas familiares, tanto em número de propriedades como em área ocupada.

---

<sup>1</sup> O critério para aplicação de formulários junto aos produtores familiares (incluem-se aí proprietários, arrendatários, parceiros, comodatários, entre outros) foi que estes tivessem até dois funcionários permanentes e explorações agrícolas com até quatro módulos fiscais, que no município de Urânia equivale a 104 hectares. Que dentre outros aspectos, consiste na metodologia adotada pelo PRONAF para a concessão de financiamentos.

Segundo Petinari (2007) o Escritório de desenvolvimento Rural (EDR)<sup>2</sup> de Jales é o único no Estado de São Paulo em que a área das propriedades com até 50 hectares é superior a 50% do total, percentual que é de 77%.

Tanto no município de Urânia como em toda a região de Jales, até meados da década de 1980, a cafeicultura constituía-se a base econômica principal, especialmente dos agricultores que trabalham em regime predominantemente familiar. A crise desta atividade levou muitos agricultores a optarem pela emigração intensificando assim o êxodo rural. Para os que insistiram em permanecer no meio rural uma das principais alternativas foi a substituição do café por novas culturas, o que assegurou a permanência de muitos produtores rurais garantindo assim a sua reprodução social (LOCATEL, 2000 e 2004).

Esta monografia está estruturada em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro trata do caráter secundário da agricultura familiar que foi historicamente consolidado no Brasil, por meio dos instrumentos políticos e institucionais utilizados pelas elites agrárias, sendo os principais a Lei de Terras e o modelo adotado na modernização da agricultura.

No segundo discutem-se os contornos e significados político do conceito de agricultura familiar. Além de apontar algumas considerações sobre o conceito de estratégias, utilizado para compreender a permanência e reprodução social das unidades produtivas familiares, a qual está relacionada ao debate da permanência das explorações familiares a partir do avanço do capitalismo no campo.

O terceiro capítulo apresenta a trajetória histórica do PRONAF, abordando os condicionantes para a sua criação e as principais alterações normativas e operacionais no período compreendido entre os anos de 1996 a 2010, além de mostrar a evolução do programa por meio dos dados sobre a distribuição do número de contratos e montante de recursos alocados, atentando-se para a desigualdade espacial e disparidades entre produtores que caracteriza o programa.

No quarto capítulo aborda-se o processo de ocupação e colonização da região de Jales e do município de Urânia, que resultou na constituição das pequenas propriedades familiares, que se mantém até os dias atuais. Mesmo com o grande êxodo rural e sua intensificação a partir de meados da década de 1980 provocada pela crise do café e de culturas tradicionais.

---

<sup>2</sup> O EDR é um recorte territorial definido pela Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral para a organização de suas atividades. O EDR de Jales engloba 22 municípios, um a menos do que a divisão de Microrregião elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Além, do papel que a fruticultura tem representado na dinâmica agropecuária e na permanência das explorações familiares.

Por fim, no quinto capítulo são apresentados e analisados os dados obtidos por meio da pesquisa de campo. Nesse sentido avaliamos a pluriatividade enquanto estratégia de reprodução social, a previdência social rural como importante componente na renda para grande parte dos produtores familiares pesquisados. Além de identificar e avaliar o papel exercido pelo PRONAF junto aos produtores familiares pesquisados, e das entidades representativas dos produtores familiares do município. Discorremos sobre as estratégias de base agrícola, que são as principais para o conjunto de produtores familiares pesquisados e se refere principalmente ao cultivo de culturas rentáveis na pequena propriedade, em especial as frutas (uva e laranja) e ao emprego de tecnologia. São analisadas as perspectivas de permanência e sucessão na produção familiar do município de Urânia, e de acordo com o diagnóstico da relevância da produção familiar no município sugerimos ações que podem ser empreendidas pela prefeitura municipal a fim de fortalecer a agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento integral do município de Urânia.

Boa parte das referências desta pesquisa foi buscada em outras áreas do conhecimento, especialmente na sociologia, isso porque há poucos trabalhos elaborados por geógrafos sobre o tema da pesquisa. No entanto, isso não impede que um estudo geográfico seja feito, visto que, o estudo sobre a produção familiar no campo, mais do que um aspecto das relações sociais e econômicas é também uma forma de organização do espaço. Daí a importância da realização da pesquisa.



## 2. A trajetória da exploração familiar e o modelo de desenvolvimento do campo no Brasil

Nesse capítulo nossa preocupação é mostrar o papel que as explorações familiares exerceram ao longo da história no campo brasileiro e as fragilidades históricas que caracterizam tanto a história recente como a do início da colonização do Brasil.

Para uma diversa gama de autores, tais como Martins (1995), Lamarche (1993), Sauer (2008), Wanderley (2001), Schneider (2000 e 2004) dentre outros, entendem que os processos que modelaram o campo brasileiro podem ser englobados em duas grandes matrizes. De um lado, a grande propriedade ou latifúndio com base no cultivo de monoculturas voltadas preferencialmente para o mercado externo, e de outro formas familiares dedicadas a policultura de gêneros alimentícios destinados a subsistência e ao mercado interno.

Os produtores rurais que trabalham em regime familiar sempre foram um grupo que esteve marginalizado política e economicamente, embora em um passado não muito distante, a sua expressividade social fosse ainda maior do que é atualmente. Até mesmo nas universidades as questões ligadas ao campo brasileiro não receberam a mesma atenção que os fatos que ocorreram na cidade, mesmo sendo os conflitos sociais do campo mais abrangentes que os da cidade. É o que Martins (1995) chamou de omissão da história para com os camponeses brasileiros em alusão a falta de trabalhos acadêmicos relatando os conflitos sociais no campo.

As formas familiares de produção no campo brasileiro não são recentes, pode-se dizer que ela é contemporânea da *plantation*, que era a grande propriedade, baseada na monocultura, cuja força de trabalho era a mão de obra escrava e sua produção era voltada para atender as necessidades do mercado.

Desde o início da colonização portuguesa no Brasil a exploração familiar nasceu na sombra da grande propriedade de forma a complementá-la. A primeira fragilidade das explorações familiares foi justamente o precário acesso a terra, principalmente após a instituição da Lei de Terras em 1850. Antecipando a possíveis mudanças estruturais que a abolição da escravatura poderia acarretar a elite política e econômica do Brasil, que era constituída por grandes proprietários de terras, criaram mecanismos de controle político e econômico dos camponeses. A Lei de Terras foi um deles e instituía que a terra só poderia ser adquirida por meio da compra, assim com esta lei o expoente de riquezas deixava de ser a posse de escravos e passava a ser os dotes de terras, uma vez que antes da Lei de Terras a

Coroa concedia o direito de usufruto da terra através das sesmarias e não o seu título de posse. A terra adquiriu novo conteúdo social e tornou-se instrumento de controle do trabalho dos camponeses, mas permaneceu sob o controle pelos antigos senhores de escravos (MARTINS, 1995).

Com denominações diferentes variando de acordo com a região, formas familiares cognominadas como agregados no Nordeste, sitiantes em São Paulo, além dos posseiros, disseminaram a exploração familiar agrícola em vários pontos do território nacional. Mas em todos eles cumpriam a mesma função, que era de apoiar o desenvolvimento da grande propriedade patronal. Apesar de cumprir um papel marginal à grande propriedade, muitos colonos, arrendatários, parceiros, meeiros conquistaram seu pequeno patrimônio fundiário e também se tornaram proprietários de terra com base no regime de trabalho familiar. Esta classe de pequenos proprietários em alguns lugares como no Estado de São Paulo se tornou importante não só socialmente, mas também economicamente.

Segundo PETRONE (1982),

(...) com o desenvolvimento da emigração em massa para a fazenda de café paulista, embora ela tivesse sido responsável pela manutenção das condições que permitiram o fortalecimento da grande propriedade, com suas implicações sociais e econômicas, houve o crescimento do número de pequenas propriedades. Assim, se em 1904-1905 constata-se cerca de 37% das propriedades arroladas até 10 alqueires, em 1930-1931 na mesma faixa já existem 52%. O mesmo aconteceu com as propriedades entre 10 e 25 alqueires: 20% em 1904-1905 e 23% em 1930-1931. Todas as outras faixas de tamanho apresentaram decréscimo percentual. As fazendas compreendidas entre 100 e 250 alqueires, por exemplo, passaram de 8,3% em 1904-1905 para 3,7% em 1930-1931 (PETRONE, 1982, p.46).

Em São Paulo o sitiante era responsável por tornar a terra apta para a produção de café, em troca disso ele tinha o direito de plantar gêneros de subsistência e de parte da produção do café nos primeiros anos de produção. Ou seja, o fazendeiro obtinha a fazenda formada sem ter nenhum tipo de custo através do regime de parceria. No Nordeste, cujas terras tinham a função principal de produzir açúcar, os agregados produziam gêneros alimentícios para a região açucareira. Em ambos os casos, eles estavam inseridos na economia escravista, uma vez que o emprego destes trabalhadores era menos custoso que o dos trabalhadores escravos, e o seu emprego significava imobilização de capital. Essa constatação mostra que as relações de trabalho eram assimétricas, favoráveis ao latifundiário em detrimento dos camponeses (MARTINS, 1995).

Outro aspecto que vale a pena ser mencionado refere-se ao caráter recente e itinerante dos agricultores familiares no Brasil, os quais têm uma história de emigração, motivada pelas

oportunidades de trabalho na “frente de expansão”. Este é um elemento que acentua consideravelmente as diferenças com outros países, como é o caso europeu em que o apego a terra possui uma conotação mais forte e simbólica que no caso brasileiro como ressalta Martins (1995). Todavia, foi esse caráter itinerante<sup>3</sup> que permitiu a abertura de novas fazendas em muitas regiões do país, ampliando assim a “frente de expansão” ou “frente pioneira” nos termos de Monbeig (1998). E novamente este aspecto vem a engrossar o quadro das relações de trabalho desiguais entre os latifundiários e algumas das categorias sociais familiares como posseiros, arrendatários, dentre outros. E também os problemas sociais do campo, uma vez que em muitas regiões do país, principalmente naquelas de relevância da pecuária, após a derrubada da mata e formação das pastagens, muitos trabalhadores eram expulsos, pois não tinham mais utilidade ao latifundiário.

Outro elemento que contribui para identificar o caráter eminentemente secundário da produção familiar no país é o avanço e recuo das explorações familiares nas épocas de crise e valorização das *commodities* agrícolas. A partir do momento em que havia uma crise nas exportações a pequena agricultura emergia, e as relações sociais afrouxavam-se e os agricultores gozavam de um pouco mais de autonomia. No entanto, quando o contrário ocorria retomava-se a produção monocultora e os pequenos agricultores eram expulsos da terra para dar espaço as *commodities* e quando uma nova crise ocorria, novamente repetia-se o ciclo (MARTINS, 1995), (LAMARCHE, 1993). E é justamente o rearranjo das relações entre o grande proprietário (agregado, morador, colono, parceiro, arrendatário etc.) que explicam a plasticidade, longevidade e resistência da “velha plantation” ao longo do século XX. Este foi um mecanismo eficaz no enfretamento dos baixos preços das *commodities* e, conseqüentemente, da baixa rentabilidade do latifúndio em tempos de crise, conforme destaca (GARCIA JÚNIOR, 2003). Estes acordos contribuíram para

(...) preservar a margem de lucro, notadamente a renda monetária, permitindo adquirir bens não produzidos localmente (vestuário, calçado, chapéus, mobiliário, instrumentos musicais, etc.). Igualmente as reconversões dos plantios de lavouras comerciais, ao contrário da propalada inércia da “monocultura” de grande lavoura, como a substituição da cana-de-açúcar ou de café pelo algodão, da cana pelo sisal, pastagens para o gado ou pela cultura do tabaco, ou ainda pela exploração do bicho-da-seda, sempre

<sup>3</sup> Dois dos exemplos mais conhecidos da migração das famílias rurais dentro do território nacional são os casos dos colonos do café que emigraram das regiões tradicionais de produção cafeeira para aquelas de produção mais recentes, acompanhando assim a marcha do café no oeste paulista motivadas, principalmente, pelo sonho de conseguir a terra própria (MONBEIG, 1998) e o caso dos gaúchos que emigraram progressivamente para o oeste catarinense, sudoeste paranaense e depois para o centro-oeste brasileiro devido a crescente subdivisão das propriedades familiares (SCHNEIDER, 1999).

podiam contar com rearranjos na relação morador/senhor, que permitissem reduzir os investimentos monetários dos grandes proprietários de terras (GARCIA JÚNIOR, 2003, p. 166-167).

Em meados dos anos 1960 o governo federal instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural consolidando de vez a modernização da agricultura iniciada em anos anteriores, mais uma vez a produção familiar foi penalizada, pois o crédito rural, principal instrumento desta política ficou nas

(...) mãos dos mais poderosos ou dos que já se encontravam envolvidos no processo de modernização, contribuindo para a transferência de renda dentro do próprio setor e aumentando o quadro de miséria dos pequenos produtores rurais (GONÇALVES NETO, 1997, p. 153).

Excluídos dos benefícios tecnológicos proporcionados pela modernização muitos produtores tradicionais não conseguiram concorrer em condições desiguais com as grandes propriedades modernas, uma vez que houve grande ampliação na produção com o advento do novo padrão produtivo pautado no uso de máquinas e insumos químicos.

As possibilidades de integração de tecnologia moderna, concentrando-se de forma crescente numa camada de proprietários medianos, leva a concentração e capitalização desse setor, ao passo que ocorre uma pauperização e semi-proletarização dos pequenos produtores tradicionais (SORJ, 1986, p.116).

Esse processo gerou a formação de três grupos distintos na agricultura brasileira, quais sejam: “empresas fundadas nas relações de produção capitalistas e tecnologia moderna (...) empresas familiares altamente capitalizadas fundadas no trabalho familiar com pouca ou nenhuma utilização do trabalho assalariado (...) um setor de produção tradicional baseado na pequena propriedade familiar ou arrendamento e parceria tradicional e na exploração pecuária extensiva” (SORJ, 1986, p.124).

Ao mesmo tempo em que a política de modernização agrícola introduzia uma séria de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas modernos, sobretudo aos grandes proprietários do Centro-Sul do país integrados as agroindústrias ou a exportação de *commodities* agrícolas, a estrutura fundiária mantinha-se concentrada. Por isso, a modernização da agricultura no Brasil ficou conhecida como modernização conservadora, pois modernizou a base produtiva do campo sem tocar na estrutura fundiária, ampliando as disparidades entre produtores e regiões.

No direcionamento dos rumos da modernização da agricultura o peso político dos grandes proprietários que então modernizaram seus latifúndios foi decisivo. O desenho que esteve por trás do processo de modernização representou a aliança dos latifundiários com o

grande capital industrial e financeiro criando assim obstáculos a inclusão social e política de milhões de trabalhadores rurais sem-terra, ou a inserção marginal de produtores familiares e camponeses (SAUER, 2008).

Esse arranjo político permitiu a aliança entre o capital e a terra, penalizando o conjunto da sociedade que tem arcado com o custo da renda fundiária. O custo da terra tem um preço altamente negativo para a produção do capital, preço que foi compensado com o uso de recursos públicos na forma de subsídios aos capitalistas urbanos e à oligarquia (SAUER, 2008, p. 41).

A antiga plantation que hoje veste-se sob a roupagem de agronegócio, termo de origem norte americana, e que seus representantes querem atribuir significado de setor dinâmico e eficiente economicamente no intuito de legitimar o modelo agropecuário dominante (SAUER, 2008). A configuração do agronegócio faz parte de um processo histórico em desde o final do século XIX, que por meio da articulação política das elites agrárias garantiu a sustentação da grande propriedade monocultora como modelo de desenvolvimento do campo conforme ressalta Garcia (2003). De acordo com o autor “o trabalho político das elites agrárias, desde o final do século XIX, que resultou na criação e no desenvolvimento de mecanismos institucionais de sustentação de preços e das lavouras de exportação” (GARCIA JÚNIOR, 2003, p.167). Esses mecanismos foram materializados pela criação<sup>4</sup> do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que através da prática do controle da oferta assegurava a estabilidade na rentabilidade dos grandes proprietários. A partir da década de 1960 com a modernização agrícola, muda-se as ações e mecanismos, mas a grande propriedade continua a ser amparada pelo Estado.

Todavia, o papel secundário e subalterno que historicamente caracterizou a produção familiar no Brasil difere da situação de outros países, conforme aponta LAMARCHE (1993)

(...) em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e da sua economia de mercado; em outros permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada (LAMARCHE, 1993, p. 13).

No Brasil, a opção política sempre foi favorável a agricultura patronal, e isso ajuda a entender o caráter marginal da agricultura familiar. Nos países capitalistas avançados, entretanto, a modernização produtiva se assentou nas bases da agricultura familiar, que é mais

---

<sup>4</sup> O IBC e o IAA foram criados na década de 1930 e extintos no início da década de 1990 (GARCIA JÚNIOR, 2003).

expressiva tanto numericamente quanto em termos econômicos em comparação com a agricultura patronal e o elemento diferenciador desta oposição de situações é a postura do Estado. No caso do Brasil, o projeto adotado para a agricultura resulta do projeto político da agricultura patronal que historicamente teve o monopólio do poder político, diferentemente dos países capitalistas avançados, onde a agricultura familiar assumiu um sentido diferente no processo global do desenvolvimento capitalista (ABRAMOVAY, 1992).



### **3. A agricultura familiar e as estratégias de reprodução social**

Neste capítulo pretendemos abordar o significado do termo agricultura familiar e o seu uso na caracterização das formas familiares de produção no campo. Em seguida, realizamos algumas considerações a respeito das estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Por isso, dividimos o capítulo entre dois itens.

#### **3.1. Agricultura familiar: traços gerais e trajetória do conceito no Brasil**

Para discutir o termo agricultura familiar é indispensável a análise de outros elementos, sem os quais torna-se difícil a sua compreensão. Dentre estes elementos, os principais são: os processos econômicos e sociais no campo, a interpretação e os posicionamentos políticos perante esses processos, além da identificação dos atores sociais interessados ou representados nesse debate.

Desse modo, começamos por contextualizar o ambiente político, social, econômico e institucional em que o debate da agricultura familiar adquiriu relevância na sociedade brasileira.

O debate brasileiro em relação à agricultura familiar é recente, e por isso Schneider (2004) qualifica-o como sem contornos definidos. De acordo com o autor as principais publicações que condicionaram o debate brasileiro sobre o tema foram: O desenvolvimento agrícola, uma visão histórica de José Eli da Veiga (1991); Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão de Ricardo Abramovay (1992) e as duas pesquisas comparativas coordenadas por Huges Lamarche, Agricultura Familiar: uma realidade multiforme (1993) e Agricultura familiar: do mito a realidade (1999). Dentre outros aspectos, estes estudos mostraram o protagonismo da agricultura familiar na produção agrícola e como vetor de modernização nos países de capitalismo avançado.

Até a década de 1990 não havia referências ao termo agricultura familiar no debate acadêmico, e desde essa época há um intenso debate acerca da utilização da referida expressão para designar os produtores rurais que trabalham em regime familiar. As formas familiares no campo eram denominadas de pequena produção, produção de baixa renda, produção camponesa e, em situações mais específicas, de pequenos produtores integrados a agroindústria, parceiros, assentados, arrendatários (NEVES, 2007), (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008), (SCHNEIDER, 2004).

Além de ocorrer tardiamente em comparação com outros países, no Brasil a adoção do termo agricultura familiar teve um forte viés político, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e das Universidades. A adoção do termo agricultura familiar a partir da década de 1990 representou a convergência de uma diversa gama de expressões que designavam as formas familiares em torno de uma categoria-síntese. Em termos práticos isso possibilitou a unificação dos interesses

(...) dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade de seus produtos. (SCHNEIDER, 2004, p. 30).

No início da década de 1990 a abertura comercial e a criação do Mercosul fragilizaram ainda mais as condições de sobrevivência dos pequenos produtores rurais. Em razão disso as organizações dos pequenos produtores construíram uma nova identidade social, dotada de direitos omitidos historicamente e que por sua importância social e econômica e diante das condições adversas a permanência e reprodução social deveriam ter condições especiais de produção e inserção no mercado, das quais o Estado deveria garantir (NEVES, 2007), (SCHNEIDER, 2004).

A partir da adoção do termo agricultura familiar essas organizações “vislumbram a demarcação de uma base social numericamente bem mais extensa, o que oferecia a possibilidade concreta e ampliação de sua legitimidade política” (SCHNEIDER, 2004, p.31).

Simultaneamente a emergência do termo agricultura familiar denominações como pequeno proprietário, trabalhador rural, produtor de baixa renda, dentre outros foram enfraquecidos. A consolidação do termo agricultura familiar no repertório dos movimentos sindicais do campo, universidades e instâncias governamentais ocorreu de vez no ano de 1996 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o que representou uma conquista política por meio do reconhecimento institucional da agricultura familiar (NEVES, 2007), (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008). (SCHNEIDER, 2004).

Outro importante aspecto em relação a recente trajetória da noção de agricultura familiar no ambiente acadêmico se deve ao peso que as interpretações clássicas marxistas tiveram. De acordo com Schneider (2004) isso impediu a afirmação da agricultura familiar no pensamento intelectual brasileiro porque os argumentos clássicos do marxismo em relação à “questão agrária”, das quais os camponeses representavam resquícios feudais ou estariam em vias de assalariamento, “antes mesmo de ser uma categoria analítica, a noção de campesinato

estava fortemente impregnada de um conteúdo político e ideológico” (SCHNEIDER, 2004, p. 33). Assim, os estudos sobre o mundo rural restringiram-se então a “funcionalidade da pequena produção” (SCHNEIDER, 2004, p. 33). O problema dessas interpretações segundo Schneider (2004) é que os estudiosos do mundo rural apegaram-se apenas ao sentido e significado político e ideológico da questão agrária brasileira. “No geral, tentavam responder a questões se era ou não importante aos partidos de esquerda de então apostar nas alianças políticas e na capacidade revolucionária do campesinato” (SCHNEIDER, 2004, p. 37).

A compreensão das formas familiares como “resquícios feudais” e “semi-proletários”, conceitos clássicos do marxismo não proporcionou avanços na interpretação das mudanças no mundo rural.

Essa forma de compreender e explicar a natureza das relações sociais no campo, embora herdeiras da tradição marxista clássica, impediu que o debate brasileiro sobre a questão agrária evoluísse e deslocasse seu enfoque para a contribuição propriamente epistemológica do marxismo à análise das transformações sociais, econômicas e culturais do mundo rural (SCHNEIDER, 2004, p.37).

Outro ponto inerente a discussão sobre agricultura familiar, de natureza epistemológica que divide opiniões entre os estudiosos do mundo rural são os conceitos utilizados para designar as formas familiares do campo, em especial dois deles: camponês e agricultor familiar. Todavia, muito menos do que diferenças conceituais e analíticas, as diferenças destes conceitos são resultado de posicionamentos políticos e ideológicos. E é em função disso que expressões como agronegócio familiar e agricultura familiar camponesa derivadas do termo agricultura familiar, se incorporaram no repertório dos estudiosos do assunto (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008).

Além do termo camponês comumente designado como agricultor familiar era corriqueira a utilização de termos como pequena produção, produção de baixa renda, em outros casos procurava-se diferenciar os agricultores pelo nível tecnológico adotado. Estes termos são imprecisos e não podem ser considerados sinônimos de agricultura familiar na medida em que o elemento terra para a produção agrícola perde espaço para a tecnologia, uma vez que as pequenas unidades produtivas “estão muito mais ligadas as possibilidade de adoção a inovações tecnológicas, à localização e a qualidade do solo do que a área inicial do estabelecimento” (NEVES, 2007, p.227).

Há muitas semelhanças entre esses dois grupos, pois ambos têm a família como força de trabalho básica. Parafraseando LAMARCHE (1993), o grande embate em definir a

exploração camponesa e a exploração familiar é o seguinte: “a exploração camponesa é uma exploração familiar sem dúvida alguma .... mas nem todas as explorações familiares são camponesas (LAMARCHE, 1993, p. 16).

O estudo comparativo coordenado por Lamarche (1993) contou com a participação de pesquisadores do Brasil, da França, do Canadá e da Polônia foi uma grande contribuição aos estudos referentes à agricultura familiar. Seu objetivo foi de clarear a visão sobre este conceito através de casos exemplares do desenvolvimento da agricultura familiar em contextos sociais, econômicos, políticos e culturais completamente distintos.

Entre as hipóteses que nortearam este trabalho, uma foi consenso entre os pesquisadores e merece ser destacada,

(...) independentemente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas à produção agrícola é sempre em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção (LAMARCHE, 1993, p. 13).

A compreensão conceitual da agricultura familiar ocorre porque trata-se de uma forma social heterogênea e carregada de particularidades. Assim, “a exploração familiar não é, portanto um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade” (LAMARCHE, 1993, p. 18). Mas, dentre as características universais que caracterizam este grupo social, a principal delas refere-se a “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família” (LAMARCHE, 1993, p.15).

A agricultura familiar é uma das formas de produção no campo, e além das formas familiares de produção também há as formas empresariais de produção denominadas como agricultura patronal, agricultura empresarial ou agronegócio. Segundo Schneider; Nierdele (2008) a diferença básica entre os conceitos de camponeses e de agricultores familiares refere-se aos diferentes vínculos com o mercado.

Embora mantenham semelhanças entre si, como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção dos vínculos sociais assentadas em relações de parentesco entre outras; o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos camponeses assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho. Ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008, p. 994).

As diferenças entre estes dois grupos não param por aí, e vão se desdobrar nas estratégias de reprodução adotadas por cada um deles. Para o camponês as alternativas de reprodução são mais centradas no indivíduo e busca-se uma autonomia do mercado e ter maior controle do processo de produção. Enquanto que para o agricultor familiar ocorre o contrário, ele é mais vulnerável as pressões sociais e econômicas externas e acaba por metamorfosear-se, ou seja, altera em grande medida o seu modo de vida.

O processo de mercantilização crescente da vida social e econômica leva a uma crescente interação e integração das famílias ao mercado. Como resultado, reduz-se consideravelmente a sua autonomia, já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar e reproduzir o ciclo. Nesse contexto, as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, quer seja dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008, p. 994).

Assim, a mercantilização aparece como o elemento consensual de diferenciação destas formas familiares de produção no campo como também mostram as observações feitas por Wanderley (2001) e Abramovay (1992).

De acordo com Abramovay (1992) na agricultura dos países capitalistas avançados predomina a forma de produção baseada na família, no entanto inteiramente despojada de seus traços de sociabilidade camponeses ancestrais. A agricultura familiar foi um objeto criado pelo próprio Estado, com o intuito de inserir a agricultura no padrão de desenvolvimento global do capitalismo.

Nas sociedades modernas “multiplicaram-se outras formas da agricultura familiar não camponesa” (WANDERLEY, 2001). No entanto, a presença do campesinato é marcante nas sociedades tradicionais (LAMARCHE, 1993). Nesse sentido, para o caso brasileiro em que os contextos sociais, econômicos e espaciais foram diversos, isolamento e integração ao mercado co-existiram, as formas familiares de norte a sul do país adquiriram características heterogêneas mesclando aspectos tradicionais tipicamente camponeses e aspectos da modernidade em diferentes níveis de acordo com as características regionais.

Estes traços tipicamente camponeses referem-se às relações de sociabilidade tradicionais e pelo desejo de reprodução social das gerações futuras no patrimônio familiar, que além da unidade de produção constitui-se um patrimônio sócio-cultural, isso porque não se refere apenas a transmissão do patrimônio, mas também a transferência do modo de vida particular (WANDERLEY, 2001).

Para WANDERLEY (2001), as estratégias adotadas pela família em

(...) relação ao patrimônio fundiário, a alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc. são fortemente orientadas por esse objetivo a médio e longo prazo, da sucessão entre gerações (WANDERLEY, 2001, p. 27).

Assim, o conceito de agricultura familiar remete a idéia da continuidade de camponês em que a tradição e a modernidade se misturam e dão um novo conteúdo social a categoria, fato que faz ressalvas a idéia da emergência de que os agricultores familiares são “novos” personagens do campo. Como ressalta a autora “uma parte importante desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade” (WANDERLEY, 2001, p. 35).

Complementando a idéia de continuidade entre camponês e agricultor familiar Wanderley (2001), afirma que as estratégias de reprodução baseiam-se nos recursos que o agricultor familiar dispõe em seu estabelecimento. “De uma certa forma, os agricultores familiares modernos *enfrentam* os novos desafios com as *armas* que possuem e aprenderam a usar ao longo do tempo” (WANDERLEY, 2001, p. 35).

Um exemplo ilustrativo da influência externa que minou as bases do campesinato local, mas que em alguma medida conservou as características da sociedade local foi o processo de industrialização difusa na Região da Colônia Velha no Rio Grande do Sul estudado por Schneider (1999). Segundo o autor a autoridade patriarcal, aspecto social marcante das sociedades camponesas tradicionais, cujas decisões sempre são centralizadas na figura do homem, em especial a figura do pai que mantinha seu poder como legítimo à medida que garantia a reprodução da família. A crise da pequena agricultura nessa região fez com que os membros mais jovens da família se tornassem assalariados e ganhassem maior representatividade no cenário econômico da família, reduzindo o poder do patriarca e causando mudanças na divisão das decisões intra-familiares acarretando alterações na hierarquia familiar.

Complementando as distintas formas de produção da agricultura, há uma última diferença que é a da forma familiar de produção e da forma empresarial, esta última é caracterizada pela “externalização” das etapas de produção, ou seja, a não participação da família no processo de produção, enquanto que na forma familiar esta etapa é realizada diretamente pela família. Na forma familiar de produção mesmo que haja intensa integração ao mercado, as ações buscam contemplar os projetos familiares que nem sempre podem ser

exclusivamente o rendimento econômico, que é o único objetivo da forma empresarial. (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008).

De acordo com Sauer (2008) a construção/apropriação de representações em torno da noção de agricultura familiar e agronegócio é intrínseca ao modelo agropecuário e representa disputa entre setores e classes historicamente antagônicas. Por meio da construção/apropriação do termo agricultura familiar os (parceiros, arrendatários, assentados, sem-terra etc.) obtiveram o reconhecimento de sua identidade, diversidade social e demandas específicas, constituindo assim em um processo de reconhecimento político. A representação da agricultura familiar está ligada a sustentação da mudança cultural no meio rural propondo a superação das relações de dominação através de um modelo alternativo de desenvolvimento, enquanto que os representantes do agronegócio<sup>5</sup> procuram veicular valores positivos na sua representação como eficiência, eficácia, modernidade, produtividade etc. A construção e apropriação destes termos representam seus respectivos antagonismos projetos políticos.

Tão ou mais importante que a discussão sobre as terminologias a serem adotadas na designação das formas familiares de produção no campo é o debate sobre persistência das formas familiares no capitalismo (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008). Desse modo, a discussão acerca das estratégias de reprodução social da agricultura familiar realizada no item a seguir, tem o intuito de abordar os principais pontos deste debate.

### **3.2. Estratégias de reprodução social da agricultura familiar**

O debate em torno das estratégias de reprodução das formas familiares no campo não é recente. Muitos estudiosos considerados já clássicos se dedicaram ao estudo da questão da permanência das formas familiares no capitalismo, por exemplo: Lênin, Kautsky, Chaianov e o próprio Marx. Isso mostra o grau de complexidade da inserção das formas familiares no campo nos diversos contextos econômicos e seus desdobramentos. Para a compreensão das estratégias de reprodução das formas familiares de produção no campo é preciso levar em conta três elementos, primeiro: as particularidades do contexto econômico, social, cultural e

---

<sup>5</sup> É interessante a análise de Sauer (2008) que a imagem de agronegócio veiculada pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) criada no começo da década de 1990 como entidade de representação do setor patronal procura distanciar-se de setores tradicionais como a União Democrática Ruralista (UDR), que também se constitui numa entidade de representação do setor patronal marcada pela truculência do seu discurso. Apesar do relativo distanciamento, ambas objetivam impedir a democratização do acesso a terra. O que mostra o quão importante é o elemento político para a construção de identidades das formas de produção no campo e luta por seus interesses. E também para mostrar a diversidade das formas não-familiares no campo.

espacial nas quais as formas familiares se situam, como por exemplo: as possibilidades de desenvolvimento de atividades não agrícolas, a disponibilidade de crédito, as perspectivas de comercialização da produção ou integração as agroindústrias, dentre outros, que podem alterar substancialmente seu modo de vida, e segundo: as especificidades do comportamento do agricultor familiar, e aí se inclui os fatores internos como a herança da tradição (desejo de transmissão do patrimônio familiar) e seus aspectos subjetivos e simbólicos, e terceiro: a lógica familiar de produção, que envolve conflito, negociação entre a família, assim como a contestação ou aceitação da autoridade patriarcal.

Segundo Schneider; Nierdele (2008) para o estudo das estratégias de reprodução social da agricultura familiar a primeira questão que se coloca é uma abordagem histórica em relação ao processo de ocupação e colonização, e a evolução das formas familiares desde o momento em que se implantaram até sua configuração atual.

Para os estudiosos interessados em entender as formas familiares de trabalho e suas estratégias de reprodução ao longo da história, a primeira questão que se apresenta refere-se à comparação entre a configuração atual da agricultura familiar (ou dos grupos sociais assim identificados) em relação àquelas formas sociais que se implantaram no passado através dos processos de ocupação e colonização. Objetivamente, a indagação é sobre a possibilidade de se afirmar que os colonos, sitiantes, caipiras, posseiros, moradores, ribeirinhos, e tantas outras categorias do senso comum, estão nas origens e formam a base social da agricultura familiar atual (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008, p. 993).

Nesse sentido, a análise das estratégias de reprodução social, que é um conceito da sociologia deve levar em conta a interdependência entre a organização social da agricultura familiar e a forma de acesso desses grupos a terra, ou seja, o modo como ocorre a produção do espaço. Por isso o conceito de formação sócio-espacial elaborado pelo geógrafo Milton Santos na década de 1970 é uma importante ferramenta para o estudo das estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Este conceito é derivado do conceito de formação sócio-econômica e refere-se à impossibilidade de “conceber uma determinada formação sócio-econômica sem recorrer ao espaço” (CÔRREA, 2003, p. 26). Segundo o seu criador “modo de produção, formação sócio-econômica e espaço são categorias interdependentes” (CÔRREA, 2003, p. 26).

A capacidade explicativa deste conceito para a compreensão das estratégias de reprodução social da agricultura familiar está relacionada às especificidades das ações que os agricultores familiares empreendem no “espaço” e a influência que este exerce nestas práticas. Em outras palavras, há a indissociabilidade entre os elementos social-culturais desta forma

social e a sua configuração espacial. Ou seja, a idéia do espaço como “fator social e não apenas um reflexo social” (CÔRREA, 2003, p. 26). Por isso, a compreensão da formação sócio-espacial é um elemento importante para os interessados nos estudos das estratégias de reprodução social.

O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inelegível através da sociedade. Não há assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a *posteriori*, mas sim de formação sócio-espacial (CÔRREA, 2003, p. 26-27).

Assim, o estudo de determinado arranjo espacial da agricultura familiar pode contribuir para o estudo de suas estratégias de reprodução social, pois as formas familiares, como formação social, estão inexoravelmente atreladas ao espaço (SANTOS, 1978).

Schneider; Nierdele (2008) salientam que as análises sobre a agricultura familiar devem focar os processos sociais que causam as transformações ou manutenção de suas características. Por isso, o componente espacial deve ser indispensável para o estudo das estratégias de reprodução da agricultura familiar. “Trata-se de encarar o espaço como ele é, uma estrutura social, como as outras estruturas sociais, dotada de autonomia no interior do todo e participando com as outras de um desenvolvimento interdependente” (SANTOS, 1978, p. 217).

O conceito de estratégias é de uso abrangente na sociologia envolvendo conceitos centrais como: “a escolha, o poder, a interação social, a reprodução, e suscita a discussão sobre o tipo de ação, racional ou não racional, que é empreendida por aqueles que colocam em prática as estratégias” (SCHNEIDER, 2004, p.108). Para o autor, de acordo com o objeto é utilizado o enfoque teórico e adotada a perspectiva analítica para interpretar a ação individual e coletiva a partir do conceito de estratégias, ou seja, delimitar a esfera de análise. O que nos interessa aqui é a esfera das

(...) estratégias das famílias e dos grupos domésticos, que também variam de acordo com os interesses individuais e coletivos resultantes de suas convicções. Esse é o nível privilegiado da percepção de como se dão as estratégias de alocação de trabalho e recursos no interior de um pequeno grupo social, que é perpassado por laços de parentesco e consangüinidade e orientado por valores morais e culturais que se materializam de diversas formas e sentidos. Finalmente, o nível das estratégias dos indivíduos, que varia não apenas de acordo com as decisões e desejos pessoais, obviamente decorrentes das relações mais amplas que forem sendo constituídas (...) (SCHNEIDER, 2004, p. 109).

As estratégias constituem-se em tomadas de decisões e opções individuais e coletivas, tomando como referência os condicionantes sociais, econômicos, culturais e espaciais que se materializam nas relações sociais, econômicas e culturais (SCHNEIDER, 2004).

Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas (SCHNEIDER, 2004, p. 109).

Outro elemento de extrema importância que remete a discussão das estratégias de reprodução social da agricultura familiar está relacionado ao antigo debate empreendido por estudiosos de várias áreas da ciência sobre a permanência ou extinção das formas familiares de produção na agricultura a partir da intensificação das relações capitalista no campo. Isso por que a

(...) dinâmica socioeconômica dessas formas sociais no meio rural configura-se como uma projeção particular do conjunto das relações de produção e trabalho que existem e se reproduzem nos marcos de uma sociedade em que imperam relações sociais de caráter capitalista (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008, p. 996).

Ainda de acordo com estes autores, é o modo de inserção das formas familiares no capitalismo, e as condições em que esta inserção ocorre que apontará a absorção e permanência ao mercado ou a sua extinção. Nos lugares em que formas familiares co-existiram com formas econômicas predominantes, observou-se que em vários casos as unidades sobreviveram e se reproduziram de maneira alheia ou integrada ao capital. Todavia, a sua permanência no decorrer do tempo não foi estática e nem equilibrada conforme ressaltam Schneider; Nierdele (2008).

O certo é que sua manutenção e persistência dependerá das distintas e heterogêneas formas de interação social, cultural e econômica com o capitalismo e de sua capacidade de afirmação em circunstâncias de espaço e de contexto histórico (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008, p. 996).

Compreender a permanência das formas familiares no capitalismo nos remete a observação que Abramovay (1992) inseriu na sua obra que compara o agricultor a um besouro, numa alusão ao caráter irracional do agricultor sob a ótica das leis econômicas.

“O besouro só voa porque ignora as leis da aerodinâmica: da mesma forma, se conhecesse teoria econômica, o agricultor abandonaria irremediavelmente sua atividade” (ABRAMOVAY, 1992, p. 214). Segundo este autor a expressiva presença das unidades familiares de produção na agricultura em comparação a outros segmentos da economia, além

da atuação do Estado se deve a outro motivo, que é a importância das particularidades naturais da agricultura.

Operando com base em elementos vivos, a agricultura opõe obstáculos intransponíveis ao avanço da divisão do trabalho e por aí impede que o setor trilhe o rumo de outros segmentos econômicos no mundo contemporâneo. Enquanto depender de sua base biológica, a agricultura jamais será uma indústria. Esta limitação está na raiz da dificuldade que aí encontra a atuação de empreendimentos baseados no trabalho assalariado: o que é particular à agricultura não é a superioridade da produção familiar, mas, diferentemente dos outros setores da vida econômica, a inexistência nítida de vantagens decorrentes de tamanho das empresas repousando sobre o uso de assalariados. Isso não resulta de qualquer virtude da família enquanto agregado econômico e social, mas dos limites que a natureza impõe ao avanço da divisão do trabalho e, portanto, da inexistência de industrialização na agricultura (ABRAMOVAY, 1992, p. 247).

E quando se fala em permanência das formas familiares no capitalismo logo se lembra das análises feitas pelos marxistas, que anunciaram o fim das explorações familiares no campo. Ou dos neomarxistas que argumentaram que as formas familiares existiram apenas cumprindo uma função periférica em relação à agricultura empresarial, em que a sua permanência/resistência era explicada exclusivamente pelo fato de que era interessante ao grande capital manter as formas familiares no campo, pois garantia ao grande capital maior apropriação da renda da terra (ABRAMOVAY, 1992), (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008). Assim, além de compreender os processos gerais que afetam a agricultura familiar, outro elemento importante para o estudo das estratégias refere-se a sua forma de abordagem.

Nesse sentido, recorreremos mais uma vez ao estudo de Schneider; Nierdele, (2008). Os autores adotam uma perspectiva denominada de “perspectiva orientada aos atores”, cuja principal referência é o holandês Van der Ploeg. Esta vertente tem um enfoque que relativiza o peso do mercado e valoriza a capacidade de iniciativa dos agricultores, sua principal inovação é a busca por abordagens que fogem de esquemas estruturalistas como os neomarxistas e de perspectivas que se prendem a aspectos da microeconomia, sem é claro deixar de lado as contribuições destas correntes para a interpretação das formas familiares do campo.

Ao mesmo tempo em que mantêm uma afinidade com os marxistas, esses autores procuraram acrescentar às noções chayanovianas a idéia de que era preciso pensar as interfaces dos produtores com as estruturas e dispositivos das sociedades dominadas pelas regras impostas pelo mercado, sem cair num determinismo ex ante (SCHNEIDER; NIERDELE, 2003, p. 49).

Nesta perspectiva, a mercantilização do agricultor deixa de ser uma estrutura rígida e externa e passa a ser o resultado da interação com o próprio agricultor e outros atores

(individuais ou coletivos), partindo da premissa de que não existe uma regra universal. Isso porque a permanência ou não das formas familiares vai depender das especificidades locais e históricas de relacionamento dos agricultores com o mercado, e que este não o domina por completo devido ao desejo dos agricultores na busca pela autonomia em maior ou menor grau. Nesse sentido o conceito de estratégia ganha relevância nesta perspectiva, pois enfatiza o processo social, a interpretação cultural, e a ressignificação do mundo externo para os atores locais (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008). E será com base nessa perspectiva que orientaremos as análises das estratégias na referida pesquisa.

As estratégias de reprodução social englobam aspectos diversos e levam em conta a organização familiar do processo produtivo, e o desejo de buscar acompanhar o ritmo da natureza; ter “relativa” autonomia no processo de produção; as relações de parentesco na divisão das tarefas e a posse dos meios de produção, com destaque para o significado da terra para os produtores, dentre outros aspectos (MENEGATI, 2005).

As estratégias, portanto se desdobram em decisões e ações práticas que buscam atingir o objetivo do projeto familiar e

(...) podem abranger, portanto, os aspectos produtivos, de comercialização, de crédito, de organização, de formação técnico-profissional e de administração, como também outros aspectos ligados à vida social e à cultura dos produtores (os valores, as tradições e as normas que informam as relações familiares, alianças, as relações de parentesco e descendência, os casamentos, o tipo de partilha, a migração, o desenvolvimento de atividades agrícolas, dentre outros) (SANT’ANA, 2003, p. 46).

As estratégias de reprodução social são um leque extremamente variado de ações, e podem estar vinculadas a mudanças internas na unidade produtiva como, por exemplo, diversificação produtiva e especialização produtiva. Nesse sentido, inclui-se a integração a agroindústrias como é o caso de muitos produtores familiares do sul do Brasil, e a modernização produtiva de tantos outros. A produção para o autoconsumo<sup>6</sup> é outra prática muito comum entre os agricultores familiares e constitui-se numa herança tipicamente camponesa. Outras práticas podem estar relacionadas diretamente com ambiente externo, como é o caso da pluriatividade, utilizado para denominar as famílias que desenvolvem outra(s) atividades, além da exploração agropecuária, mas que mantém algum vínculo com o patrimônio familiar. A forma de transmissão do patrimônio também é uma outra estratégia, em muitos casos em que a unidade produtiva possui dimensões reduzidas a partilha privilegia

---

<sup>6</sup> No estudo comparativo sobre a agricultura familiar no mundo, Lamarche (1993), verificou que a produção para auto-consumo era praticada em todas as regiões brasileiras em que os pesquisadores estiveram, quais sejam: Sertão do Cariri em Pernambuco, Leme no Estado de São Paulo e Ijuí no rio Grande do Sul.

apenas alguns membros da família, ou até mesmo somente um. A barreira fundiária é um dos fatores que estimula as migrações, que também se constitui numa estratégia, por sinal muito comum entre os gaúchos<sup>7</sup>, e é justamente a pequena disponibilidade de terras que faz com que se implementem formas variadas de sucessão do patrimônio, na tentativa de satisfazer o desejo de não pulverizá-lo em minúsculas unidades produtivas. Em outros casos, a emigração não é permanente, sendo apenas sazonal, como fazem muitos trabalhadores nordestinos que se estabelecem temporariamente em outras localidades, e depois da época de safra retornam para suas casas e voltam a desenvolver sua roça.

Além disso, a introdução de inovações no processo de comercialização em mercados diferenciados ou especializados, a exemplo dos produtos orgânicos para atender a nichos de mercado e as formas de organização criativas que procuram superar as dificuldades do cooperativismo e do associativismo tradicionais, se constituem alternativas para a inserção da pequena produção no mercado (SANT'ANA, 2003).

Certamente, há práticas que se constituem em estratégias de reprodução social dos agricultores familiares que não foram citadas, devido a grande variedade de ações que norteiam os projetos de vida dos agricultores familiares. Desse modo, retomaremos a discussão sobre as estratégias e apontaremos algumas delas, como a pluriatividade, a previdência social rural, políticas públicas e a organização social rural enquanto estratégias de reprodução social no capítulo 5, onde serão efetuadas reflexões e análises com base nos dados obtidos por meio da pesquisa de campo.

---

<sup>7</sup> No processo de ocupação do sul do Brasil, especialmente do Estado do Rio Grande do Sul a medida em que a família se estabelecia no patrimônio e este, devido as reduzidas dimensões, não era capaz de garantir a sobrevivência de todos os familiares. A alternativa dos colonos era buscar novas terras ainda não desbravadas para formar um novo patrimônio, a saída de membros do patrimônio era estimulada pela própria família que em muitos casos ajudava na formação do novo patrimônio, enquanto que a sucessão do patrimônio mais antigo era restrita para parte dos familiares. Todo este esforço era empregado para superar a escassez de terras que dificultava a reprodução social. Entretanto a frente de expansão no Estado gaúcho se esgotou, transpondo a fronteira dos Estados vizinhos de Santa Catarina e do Paraná, esgotando-se aí também as "terras novas" para serem ocupadas, o que resultou na migração dos gaúchos para o Centro-Oeste Brasileiro (SCHNEIDER, 1999).

#### **4. PRONAF: gênese e evolução no período 1996-2010, contradições entre o discurso oficial e a operacionalização do programa**

Neste capítulo, abordamos as principais características e os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para o segmento da agricultura familiar, além das principais mudanças normativas e operacionais que o programa teve ao longo dos anos. Para isso, utilizamos trabalhos que avaliam o programa sob diferentes perspectivas, alguns dos planos de safra, e dados referentes ao número de contratos e montante de recursos disponibilizados pelo MDA.

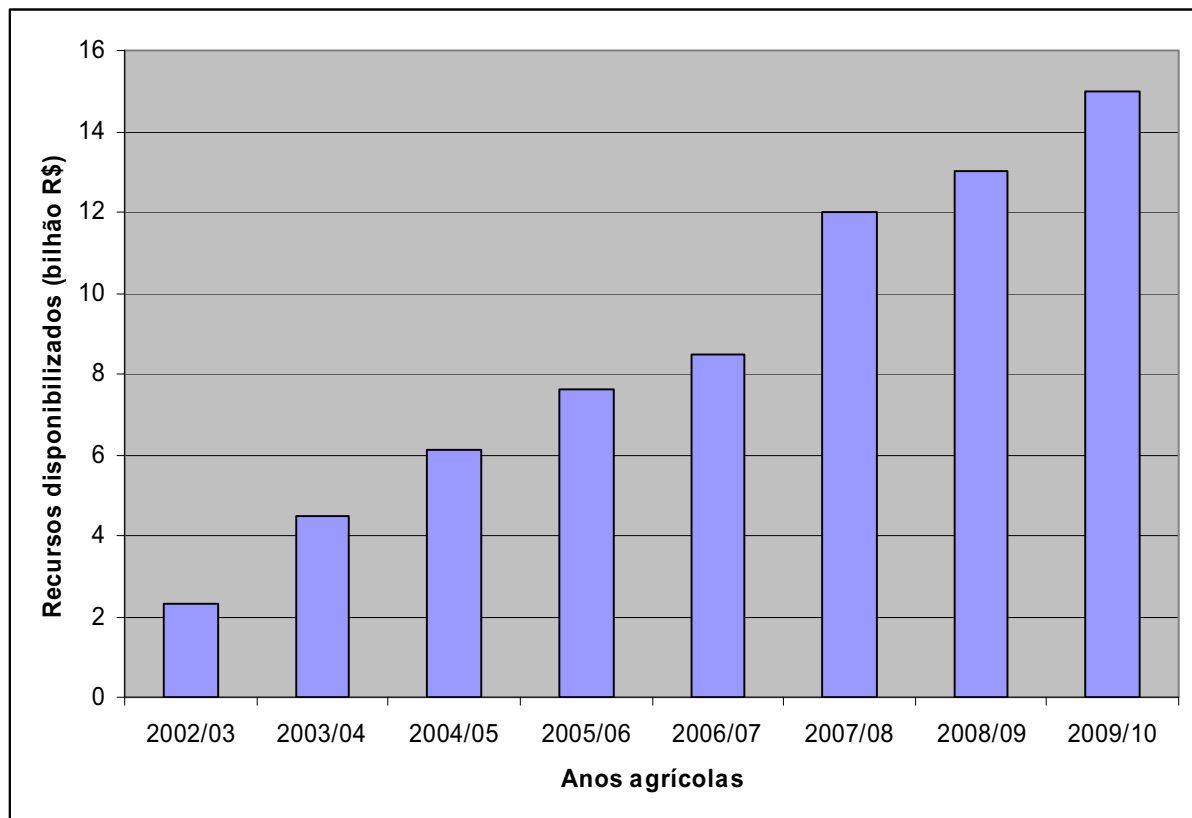
O PRONAF é uma política do governo federal que tem como público alvo os “agricultores familiares” de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) que é uma repartição do MDA e que juntos conduzem esta política. O programa atua principalmente no financiamento de custeio e investimento a atividades agropecuárias.

Os juros cobrados vão de 0,5% a 5,5% ao ano, segundo o plano de safra 2009/2010, que são as menores taxas do mercado. O programa, desde o início de seu funcionamento no ano de 1996, vem passando por contínuas mudanças e aperfeiçoamentos. Ao longo dos anos a tendência principal que vem se firmando é a ampliação do número de contratos e do volume de recursos disponibilizados.

No Gráfico 1 se verifica a evolução do montante de recursos disponibilizados ao PRONAF entre as safras 2002/2003 e 2009/2010. Observa-se que o valor 15 bilhões de reais disponibilizados pelo PRONAF na safra 2009/2010 é 435% maior do que o valor disponibilizados na safra 2002/2003 que foi de R\$2,8 bilhões. Nas safras 2003/2004, 2004/2005, 2005/2006, 2006/2007 e 2008/2009 os recursos disponibilizados aumentaram progressivamente, foram disponibilizados R\$4,5, R\$6,1, R\$7,6, R\$8,5, R\$12 e R\$13 bilhões, respectivamente. Foram ampliados também o número de beneficiários do programa, no decorrer de sua trajetória, na safra 2007/2008, foram 2 milhões de famílias e dois anos depois, no plano de safra 2009/2010, elevou-se para 4,1 milhões de beneficiários. Entretanto, o otimismo dos dados oficiais não quer dizer que se refletiu na melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores familiares, especialmente dos mais pobres.

O PRONAF foi criado no ano de 1995, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e institucionalizado em 1996<sup>8</sup>. O programa resulta do aperfeiçoamento da Política de Valorização da Pequena Produção (PROVAP) criada ainda no Governo Itamar Franco. A justificativa para a criação do PRONAF reside no fato de que os produtores familiares descapitalizados e com baixa produtividade não estariam em condições de acessar o crédito a taxas vigentes no mercado. Assim, a atuação do programa se voltaria para reverter este quadro de exclusão dos agricultores familiares (GUANZIROLI, 2007).

**Gráfico 1.** Recursos disponibilizados pelo PRONAF: série histórica anos agrícolas de 2002/2003 a 2009/2010.



**Fonte:** Planos de safras de 2007/2008, 2008/2009 e 2009/2010.  
Organizado pelo autor.

Para a criação do programa foi decisiva as pressões exercidas por algumas organizações, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), órgãos representativos da classe dos trabalhadores rurais e agricultores familiares, em especial a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e as Universidades

<sup>8</sup> O PRONAF foi oficialmente instituído pelo Decreto Presidencial nº 1.946, em 28 de junho de 1996.

através de pesquisadores comprometidos com a causa dos agricultores familiares. O argumento de base para a criação do programa foi o estudo realizado pela FAO/INCRA<sup>9</sup> que mostrava as dimensões e a heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil (NEVES, 2007), (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004), (LOCATEL, 2004).

Os pesquisadores admitem que um ponto importantíssimo da institucionalização do programa foi a sua importância histórica, que marca a elaboração de um novo discurso oficial em relação ao modelo de desenvolvimento rural desejado, condenando as disparidades econômicas existentes entre os produtores rurais e as diversas regiões, os impactos sociais (concentração fundiária, êxodo rural, pobreza rural, expropriação das populações locais, etc.) e ambientais (degradação do solo, dos recursos hídricos, etc.) provocados pela adoção do modelo produtivista veiculado pela política de modernização agrícola. E reconhecendo a importância das unidades familiares de produção no cenário econômico e social do país, atribuindo aos agricultores familiares um novo protagonismo de desenvolvimento do campo. Outro ponto em comum entre os pesquisadores é a afirmação de que o programa está em contínuo aperfeiçoamento desde a sua criação, novas linhas de fomento foram criadas. Tais fatos imprimem ao PRONAF as qualidades de uma política em constante evolução e construção (SCHNEIDER; CAZELLA, MATTEI, 2004), (NEVES, 2007), (GUANZIROLI, 2007), (MATTEI, 2005 e 2006) (AQUINO, 2009).

Simultaneamente a criação do PRONAF houve mudanças na estrutura administrativa dos órgãos competentes a formulação e implementação de políticas para o campo. A principal destas mudanças foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que ficou incumbido de fomentar políticas voltadas para a agricultura familiar e a reforma agrária, enquanto que o ministério da agricultura ficou encarregado de dar continuidade às políticas setoriais ligadas ao desenvolvimento da agricultura empresarial, nos mesmos moldes das políticas agrícolas vigentes no país desde a década de 1960 (LOCATEL, 2004).

A emergência de um novo discurso oficial de desenvolvimento rural, no entanto, não resultou em mudanças substanciais no modo como se operacionaliza o programa. Ou seja, mesmo o PRONAF representando um marco histórico na postura do Estado brasileiro com relação ao campo, os antigos vícios produtivistas e setoriais das políticas de desenvolvimento rural ainda estão presentes na estrutura operacional do programa (AQUINO, 2009). Esta

---

<sup>9</sup> Fundação das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

questão será discutida mais adiante. No próximo item apresentaremos as principais alterações normativas do programa na sua trajetória.

#### **4.1. As alterações normativas no PRONAF e problemas na sua operacionalização**

Desde a sua criação o PRONAF tem como foco principal a concessão de crédito rural. No entanto, a concessão de crédito não ocorre de forma homogênea. Isso decorre do fato que os gestores do programa seguiram a recomendação do estudo da FAO/INCRA (1994), que classificava os produtores familiares de acordo com o seu vínculo com o mercado, o que resultou no enquadramento de três grupos de agricultores familiares na agricultura brasileira: 1) os que possuíam uma integração ao mercado, identificado como produtores familiares “consolidados”; 2) Produtores familiares em “transição” e 3) Produtores familiares “periféricos” (NEVES, 2007), (AQUINO, 2009). Embora, haja diferentes perfis de agricultores familiares, não há diferenças expressivas nas ações empreendidas pelo PRONAF, ou seja, para todos os tipos de agricultores é concedido crédito a juros mais baixos que os vigentes no mercado financeiro, a única diferença é que os agricultores familiares consolidados podem tomar um volume maior de empréstimo e quanto maior o valor do financiamento mais elevadas são as taxas de juros. Assim, a atuação do programa torna-se muito mais incisiva junto aos produtores mais capitalizados, que possuem maiores condições financeiras de utilizar o financiamento do que nos segmentos mais pobres da agricultura familiar.

Com base no estudo da FAO/INCRA (1994) os gestores do programa estabeleceram um “parâmetro social” para definir o tipo de produtor e o volume de verbas públicas a ser destinado aos distintos grupos de agricultores familiares, os beneficiários do programa foram assim definidos:

- a) explorem parcela da terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros;
- b) mantenham até dois empregados permanentes, sendo admitido o recurso eventual a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir;
- c) não detenham a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
- d) obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual da exploração agropecuária e/ou extrativa;
- e) residam na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- f) possuam faturamento máximo anual até R\$ 27.500,00 (AQUINO, 2009, p. 6).

O estabelecimento de um valor teto para a concessão de crédito visava evitar que os recursos do programa fossem captados pelos segmentos mais capitalizados da agricultura familiar. Assim, constata-se que “a versão original do PRONAF se propunha (ao menos teoricamente) a alterar os padrões convencionais que marcaram historicamente a intervenção do Estado no espaço rural do Brasil” (AQUINO, 2009, p. 6).

Outra mudança normativa importante foi a abrangência do financiamento a atividades não-agropecuárias e outras que não estão ligadas diretamente a produção agrícola. O programa então passou a fomentar várias linhas de ação como: PRONAF Agroindústria, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem Rural, PRONAF Semi-Árido, PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, PRONAF Pesca, PRONAF Pecuária Familiar, PRONAF Turismo da Agricultura Familiar, PRONAF Máquinas e Equipamentos, e PRONAF ECO Sustentabilidade Ambiental (AQUINO, 2009). Para Neves (2007), essa nova configuração que o programa adquiriu fez com que ele deixasse de abranger apenas agricultores, para englobar outros profissionais, o que descaracteriza a denominação Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo mais correto o termo Programa Nacional da Produção Familiar.

Uma outra linha do PRONAF, bem diferente da tradicional concessão de crédito foi o PRONAF infra-estrutura e serviços municipais (PRONAF-I), que teve início no ano de 1997 e término no ano de 2002. As ações desta linha eram voltadas a sanar carências de infraestrutura mínima em municípios de perfil agropecuário e preconizava a participação social no planejamento e execução das ações. Em municípios selecionados no estado de Santa Catarina, Mattei; Cazella (2004) fizeram algumas observações dos impactos do PRONAF infra-estrutura e serviços municipais. Os autores constataram muitas fragilidades e limitações em Santa Catarina, o que não impediu que considerassem o programa como positivo devido à iniciativa inédita do programa na busca por um modelo diferenciado na gestão.

Em linhas gerais, o que se observou foi que o programa teve limitações devido a falta de participação dos beneficiários, principalmente pela falta de tradição participativa em políticas públicas. Assim alguns estudos mostraram que as “comunidades organizadas” foram aquelas que mais aproveitaram os canais abertos pelo PRONAF infra-estrutura e serviços municipais (MATTEI, 2006). Para Mattei; Cazella (2004) além da falta de participação social havia a falta de qualificação dos participantes<sup>10</sup> para trabalhar com programas, cuja lógica era

---

<sup>10</sup> Os autores observaram que boa parte das ações realizadas como, por exemplo, a aquisição de máquinas e tratores não era condizente com as reais necessidades das comunidades rurais. A ingerência política na

complexa. Estes fatores desdobraram-se na artificialidade dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs)<sup>11</sup>, ou seja, os conselhos eram constituídos apenas para fins de obtenção de recursos, e não incluíam questões mais abrangentes dos agricultores, de modo que a comunidade pudesse pensar e até implementar estratégias de desenvolvimento rural de maneira autônoma como preconizava o programa. Complementando nesta linha de raciocínio Mattei; Cazella (2004), observam que a falta de participação social produziu Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (resultado das negociações do CMDR e item obrigatório para a concessão de recursos) de cunho imediatista. Estes planos que deveriam ser o

(...) eixo articulador das iniciativas municipais voltadas ao desenvolvimento rural sustentável (entre as quais, as ações definidas nos Planos de Trabalho), tornou-se apenas uma formalidade burocrática a ser cumprida como critério para acesso aos recursos do Programa (MATTEI, CAZELLA, 2004, p. 164).

Em 1996 o discurso do PRONAF referia-se ao combate às desigualdades (regionais, setoriais e pessoais). Entretanto, os indícios mostram que as ações implementadas não atingiram os objetivos propostos. A primeira contradição foi o balanço entre os recursos alocados pelo programa e os municípios, regiões e Estados que mais captaram esses recursos (AQUINO, 2009).

Desde o início de funcionamento do programa, os recursos aplicados pelo PRONAF estiveram concentrados na região sul do país. Segundo Mattei (2005) no período que vai do ano de 1996 a 2004 os três estados sulinos concentraram cerca de 90% dos contratos feitos e 85% dos recursos aplicados, sendo que só o estado gaúcho concentrou 58% dos contratos e 49% do montante dos recursos.

Após os primeiros anos de funcionamento ampliou-se a tendência do programa de atingir a capilaridade nacional, e aumentar o volume de recursos disponibilizados para financiamento como mostra a tabela 1.

---

negociação do programa colocou outras prioridades do que a melhoria das condições econômicas dos agricultores beneficiários. Em muitos casos as prefeituras aproveitaram a oportunidade aberta pelo programa e ampliaram ou renovaram o seu parque de máquinas, desvirtuando assim o sentido do programa. Por isso, o elemento central é a qualificação dos participantes, de modo que possam realmente representar seus interesses e necessidades, mas o que ocorre é a falta de interesse na participação, ou a não participação, ou a participação manipulada (MATTEI; CAZELLA, 2004).

<sup>11</sup> Para que o município fosse contemplado com recursos do PRONAF infra-estrutura e serviços municipais exigia-se que houvesse um órgão representativo dos agricultores familiares, com poderes deliberativos, que discutisse as necessidades da comunidade e que a partir da negociação entre os atores diretamente interessados na captação dos recursos do programa gerassem demandas próprias e que estivessem de acordo com as necessidades da comunidade. E a partir das reuniões entre os atores do município, resultasse o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, documento que conferia respaldo jurídico para a implementação de Planos de Trabalho vinculados ao PRONAF infra-estrutura e serviços municipais.

Como pode ser visto na tabela 1, o volume de recursos financiado (a exceção do intervalo dos anos agrícolas de 2007-2008 para 2008-2009) ampliou progressivamente, e é bem superior aos anos iniciais do programa<sup>12</sup>. Contudo a ampliação dos recursos não foi acompanhada por sua distribuição espacial, estando concentrado ainda em alguns Estados, especialmente aqueles situados na região sul do país.

**Tabela 1.** Número de contratos e montante de crédito rural. Intervalo anos agrícolas 1998/1999 a 2008/2009.

| Ano Agrícola | Número de contratos | Montante de recursos     |
|--------------|---------------------|--------------------------|
| 1998-99      | 174.286             | 416.368.553,83           |
| 2000-01      | 926.422             | 2.149.434.466,15         |
| 2000-01      | 893.112             | 2.168.486.228,50         |
| 2001-02      | 932.927             | 2.189.275.083,67         |
| 2002-03      | 904.214             | 2.376.465.864,10         |
| 2003-04      | 1.390.168           | 4.490.478.228,24         |
| 2004-05      | 1.635.050           | 6.131.562.850,61         |
| 2005-06      | 1.912.858           | 7.608.501.193,13         |
| 2006-07      | 1.691.919           | 8.423.918.493,75         |
| 2007-08      | 1.648.924           | 9.073.059.194,39         |
| 2008-09      | 1.086.588           | 7.036.954.564,78         |
| <b>Total</b> | <b>13.196.468</b>   | <b>52.064.504.721,15</b> |

Fonte: MDA-2009.  
Organizado pelo autor.

A região Nordeste conta com significativo número de contratos, entretanto a proporção do volume de recursos é menor que o número de contratos. Veja na tabela 2 um dado ilustrativo da distribuição de recursos do PRONAF por estado da federação no ano agrícola 2008/2009.

Veja que os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (sem contar o Estado de Minas Gerais e de São Paulo, situados no Sudeste) absorvem mais da metade dos recursos do PRONAF, e a proporção do volume de recursos é maior do que a representatividade do número de contratos, o que indica que nos Estados da região Sul e em outros como São Paulo, Goiás, entre outros o volume de recursos por contrato é maior. Por outro lado, nos Estados da região Nordeste a relação entre o número de contratos e o volume de recursos aplicados pelo programa é menor. No Estado da Bahia, por exemplo, concentrou

<sup>12</sup> Não inserimos os dados referentes aos anos anteriores ao ano agrícola de 1998-1999, pois eles não estão disponibilizados no site do MDA, e não apresentamos e analisamos os dados referentes ao ano agrícola de 2009-2010, pois na época que consultamos o site do MDA os dados para este ano agrícola não estavam disponíveis no momento de elaboração desta Monografia, o MDA em cumprimento a legislação eleitoral retirou todos os dados referentes ao número de contratos e volume de recursos do programa.

6,75% do número de contratos, mas o volume de recursos foi de 3,15%, menos da metade do volume de recursos.

Esta observação serve de base para um outro questionamento do programa feito por Guanzirolli, (2007) e Aquino (2009) que se refere ao tipo de produtor que acessa o crédito do PRONAF. Voltemos a mencionar a ampliação do volume de recursos para financiamento, para observar o aspecto qualitativo da concessão de recursos, para isso observemos o quadro 1 sobre as mudanças na estratificação dos produtores, que é a classificação utilizada para a concessão de crédito.

**Tabela 2.** Número de contratos e montante de crédito rural por Estado da federação. Ano agrícola 2008/2009.

| Estado       | Número de Contratos | %          | Montante (R\$ 1,00)     | %          |
|--------------|---------------------|------------|-------------------------|------------|
| RS           | 243.161             | 22,38      | 1.901.720.366,67        | 27,02      |
| PR           | 113.133             | 10,41      | 1.093.392.795,42        | 15,54      |
| MG           | 145.659             | 13,41      | 972.428.203,43          | 13,82      |
| SC           | 91.325              | 8,40       | 767.925.889,91          | 10,91      |
| SP           | 27.706              | 2,55       | 370.443.887,67          | 5,26       |
| GO           | 26.440              | 2,43       | 268.995.802,06          | 3,82       |
| ES           | 28.257              | 2,60       | 248.692.823,77          | 3,53       |
| BA           | 73.299              | 6,75       | 220.619.615,72          | 3,14       |
| CE           | 60.791              | 5,59       | 146.771.794,54          | 2,09       |
| MA           | 47.044              | 4,33       | 142.974.825,27          | 2,03       |
| PE           | 49.798              | 4,58       | 140.389.129,39          | 2,00       |
| MT           | 8.692               | 0,80       | 130.057.725,21          | 1,85       |
| PI           | 41.466              | 3,82       | 85.604.667,59           | 1,22       |
| PA           | 8.755               | 0,81       | 76.719.353,60           | 1,09       |
| RO           | 9.697               | 0,89       | 71.689.711,59           | 1,02       |
| SE           | 22.677              | 2,09       | 65.529.235,35           | 0,93       |
| RJ           | 7.425               | 0,68       | 61.024.944,20           | 0,87       |
| RN           | 26.772              | 2,46       | 55.132.217,15           | 0,78       |
| AL           | 20.945              | 1,93       | 51.161.062,95           | 0,73       |
| MS           | 4.005               | 0,37       | 48.434.781,57           | 0,69       |
| TO           | 4.082               | 0,38       | 48.317.747,27           | 0,69       |
| PB           | 20.400              | 1,88       | 46.958.543,41           | 0,67       |
| AC           | 2.563               | 0,24       | 9.395.016,50            | 0,13       |
| AM           | 1.962               | 0,18       | 7.420.833,99            | 0,11       |
| RR           | 295                 | 0,03       | 3.014.833,10            | 0,04       |
| DF           | 167                 | 0,02       | 1.653.714,50            | 0,02       |
| AP           | 72                  | 0,01       | 485.042,95              | 0,01       |
| <b>Total</b> | <b>1.086.588</b>    | <b>100</b> | <b>7.036.954.564,78</b> | <b>100</b> |

**Fonte:** MDA-2009.  
Organizado pelo autor.

O quadro 1 mostra que na sua trajetória o PRONAF afrouxou as imposições existentes para o acesso ao crédito aos segmentos mais capitalizados da agricultura familiar, ou seja, aqueles que menos precisam. Assim, a ampliação do volume de recursos não quer dizer que o programa esteja concedendo crédito em proporções iguais para os grupos de crédito do PRONAF. Outra abertura do programa foi o rebate de 30% da renda bruta para os produtores de arroz, milho, feijão e mandioca, o que proporcionou a muitos produtores o ingresso no programa, já que com o rebate muitos produtores que excediam o limite de renda exigido pelo PRONAF puderam acessar o crédito. Aquino (2009) chama a atenção para este fato. Segundo o autor, “a versão recente do programa se apóia numa lógica evolucionista que elege os agricultores de maior renda como seu público preferencial” (AQUINO, 2009, p. 10).

| Grupos     | Renda Bruta Anual             |                 |                             |                           |                                                  |
|------------|-------------------------------|-----------------|-----------------------------|---------------------------|--------------------------------------------------|
|            | Safra 199/2000                | Safra 2001/2002 | Safra 2003/2004 e 2004/2005 | Safra 2007/2008           | Safra 2008/2009                                  |
| <b>A</b>   | Assentados da Reforma Agrária |                 |                             |                           |                                                  |
| <b>B</b>   | R\$ 1.500,00                  | R\$ 1.500,00    | R\$ 2.000,00                | R\$ 4.000,00              | Até R\$5.000,00 e de R\$5.000,00 a R\$110.000,00 |
| <b>C</b>   | R\$ 8.000,00                  | R\$ 10.000,00   | R\$ 14.000,00               | R\$ 18.000,00             | Extinto                                          |
| <b>D</b>   | R\$ 27.500,00                 | R\$ 30.000,00   | R\$ 40.000,00               | R\$ 50.000,00             | Extinto                                          |
| <b>E</b>   | Inexistente                   | Inexistente     | R\$ 60.000,00               | R\$ 110.000,00            | Extinto                                          |
| <b>A/C</b> | Inexistente                   | Inexistente     | Inexistente                 | R\$3.000,00 a R\$3.500,00 | *                                                |

\* Enquadram-se neste grupo os agricultores familiares amparados pelo crédito fundiário; que apresentem Declarações de Aptidão do Produtor (DAP) para o grupo A/C, fornecida pelo INCRA ou UTE; já tenham contratado a primeira operação no grupo A; não tenham contraído custeio exceto no grupo A/C (Plano de Safra 2008/2009).

**Quadro 1 – Limite de renda bruta anual dos grupos de beneficiários do PRONAF-crédito nas safras que os definiram ou os alteraram**

**Fonte:** AQUINO, 2009. Acrescentado as mudanças ocorridas no plano de safra 2008/2009 pelo autor.

A concentração espacial dos recursos e a concessão aos agricultores mais capitalizados, aliados a continuidade da lógica produtivista no programa se constituem nas suas principais barreiras operacionais e por estes motivos alguns pesquisadores qualificam-no

de ambíguo e de continuar a *fazer mais do mesmo*<sup>13</sup>. Estes fatores travam o dinamismo do PRONAF, e limitam-no a repetir as políticas agrícolas do passado.

Guanziroli (2007) deixa em aberto elementos interessantes que poderiam ampliar o leque de abrangência do programa para além da visão setorial como, por exemplo, o das cadeias produtivas que se constituem em importantes atividades econômicas em escala regional, e que não necessariamente estivessem envolvidas com os setores que mais demandam crédito.

Aquino (2009) alerta para os caminhos que o PRONAF tem trilhado.

Se o poder público e a sociedade civil organizada não encararem tal desafio, provavelmente essa importante política pública corre o sério risco de se transformar em um mero instrumento de apoio às estruturas produtivas existentes no campo atualmente, sem gerar qualquer efeito transformador no interior da agricultura familiar nacional (AQUINO, 2009, p. 18).

Na safra 2008/2009 houve novas alterações, os grupos C, D e E foram agrupados no grupo B, reduziu-se a estratificação segundo níveis de renda, entretanto, a sistemática do programa continuou a mesma, com diferenciação na concessão dos financiamentos, com juros mais altos de acordo com o valor do financiamento. Outra alteração interessante foi o rebaixamento da participação da renda mínima oriunda da agricultura de 30% para os produtores que possuem renda bruta familiar de até R\$5.000.000,00 e de 70% para aqueles que ganham entre R\$5.000.000,00 e R\$110.000,00. Esta alteração pode ser apontada como um ponto positivo do programa, uma vez que uma das principais críticas feitas ao programa era a sua restrição para produtores pluriativos.

Além disso, foi incluso o PRONAF Alimentos que se constitui numa linha que tem por finalidade conceder crédito para investimentos voltados a infra-estrutura produtiva, e inclui a compra de máquinas e equipamentos, correção de solos, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares, melhoria genética, entre outros. O limite de crédito é de R\$ 100 mil para cada agricultor, com prazos de até 10 anos para pagamentos, com até 3 anos de carência e juros de 2% ao ano<sup>14</sup>. Também houve o abatimento de 70% na renda das

<sup>13</sup> A expressão foi cunhada SCHJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago: Chile, Documento de trabajo, RIMISP, 60p., 2003. utilizada para designar um modelo de desenvolvimento rural baseado exclusivamente nas atividades tradicionais (exemplo: atividades agropecuárias) segundo GAZOLLA; SCHNEIDER (2005).

<sup>14</sup> Além disso, são exigidos nos projetos que 80% da renda sejam gerados com produção de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas e leite de acordo com o Plano de Safra 2008/2009. O plano de safra 2009/2010 ampliou o número de atividades contempladas com esta linha de financiamento, agora são englobas também as atividades de apicultura, aquíicultura, avicultura, bovinocultura de corte, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura e a produção de açafrão, café e sorgo.

atividades de pecuária leiteira, suinocultura e avicultura, de modo que o programa penetrasse junto a um maior número de produtores.

A tendência de ampliação dos recursos disponibilizados pelo PRONAF e de afrouxamento a segmentos mais capitalizados segue na safra 2009/2010 o microcrédito rural foi ampliado e passou de R\$1.500,00 para R\$2.000,00 do mesmo modo que o teto máximo do crédito de custeio que passou de R\$30.000,00 para R\$40.000,00, o PRONAF cotas-partes individual para pessoa física e o coletivo para pessoa jurídica foram ampliados de R\$5.000,00 para R\$10.000,00 e de R\$5.000.000,00 para R\$20.000.000,00, respectivamente (ampliou-se também o teto do patrimônio líquido das Cooperativas de R\$50.000.000,00 para R\$70.000.000,00). Além disso, foi estendido para novas culturas o direito de rebate de 30% no cálculo da renda bruta para enquadramento no programa. Foram as culturas do açafrão, algodão-carão, amendoim, apicultura, aveia, bovinocultura de corte, centeio, cevada, girassol, grão-de-bico, mamona, soja, sorgo e triticales, para o caso da aquicultura, incluída também nesta safra, o desconto é de 50%.



## **5. Origens da ocupação da Região de Jales e do município de Urânia: constituição e permanência da exploração familiar e dinâmica agropecuária**

Com base em dissertações de mestrado, tese de doutorado, que tiveram como objeto de estudo a Região de Jales, e nos dados do censo agropecuário dos anos de 1995/96 e 2006 apontamos nesse capítulo as particularidades do processo de ocupação e colonização que resultou na formação da pequena propriedade familiar na referida região e no município de Urânia-SP, uma vez que a formação e colonização deste município é semelhante a maioria dos municípios que compõe a região. Além disso, abordamos a evolução das atividades agropecuária ao longo dos anos atentando para as mudanças provocadas pela decadência da cafeicultura e introdução da fruticultura. E a representatividade econômica e em área plantada dos principais cultivos e da agricultura familiar no espaço rural.

O processo de ocupação da Microrregião Geográfica (MRG) de Jales<sup>15</sup> tem suas origens na febre da especulação imobiliária que através da grilagem de terras impulsionou a ocupação capitalista de muitas regiões do Brasil. Durante a segunda metade do século XIX e primeira do século XX, a economia cafeeira voltada para exportação foi o principal motor econômico-financeiro do país. O Estado de São Paulo era o centro da produção cafeeira brasileira, a produção do café começou no Estado do Rio de Janeiro e logo passou as fronteiras do estado Paulista, a partir do Vale do Paraíba, localizado na porção nordeste do Estado o café inicia sua expansão sentido oeste no território paulista.

Havia a necessidade de escoar o café até o porto de Santos, problema que foi solucionado pela construção de ferrovias que ligavam o porto até as áreas produtoras. À medida que crescia a demanda por café no mercado mundial, as terras a oeste eram desbravadas e introduzia-se a cultura do café, além disso, nas áreas cafeeiras tradicionais o solo exauria-se e pressionava ainda mais a expansão da “frente pioneira”<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> A Microrregião Geográfica de Jales é composta por 23 municípios, são eles: Jales, Santa Fé do Sul, Palmeira D'Oeste, Urânia, Santa Albertina, Rubinéia, Três Fronteiras, Santa Clara D'Oeste, Populina, Santa Rita D'Oeste, Pontalinda, Aparecida D'Oeste, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Paranapuã, Marinópolis, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Aspásia, Dolcinópolis, Dirce Reis, Vitória Brasil e Santa Salete. No censo demográfico de 2001 constava que a população total da Microrregião era de 146.634 habitantes, 120.272 (82,02%) na zona urbana e 26.632 (17,98%) na zona rural.

<sup>16</sup> Este foi o termo utilizado por Monbeig (1998) para relatar o processo de expansão capitalista do Estado de São Paulo, visto que muitas regiões do Estado antes da chegada dos “pioneiros”, que eram os fazendeiros e pessoas de negócios a procura de novas terras, mas que já eram habitadas por povos indígenas ou por posseiros oriundos de Minas Gerais.

O processo histórico de ocupação capitalista da região de Jales tem como marco inicial o ano de 1912, quando a fazenda São José da Ponte Pensa, mais conhecida como Ponte Pensa com cerca de 500 mil hectares situada ao sul do rio Grande e a leste do rio Paraná, a leste do rio Marimbondo e a norte do rio São José dos Dourados que supostamente pertencia a um mineiro chamado Patrício Lopes de Souza, endereçado em Paranaíba então Estado do Mato Grosso, desde o ano de 1830. Em 1912 os grileiros João Odorico da Cunha Glória, advogado na cidade de São José do Rio Preto, Bernardino de Almeida, corretor de imóveis em Araraquara e Mário Furquim, farmacêutico da cidade do Rio de Janeiro entraram com processo na justiça para o reconhecimento de posse sobre a fazenda Ponte Pensa. Para reforçar seus argumentos João Odorico e Mário fundaram a firma Glória&Furquim e apresentaram o título de posse da fazenda palmital e contrataram os serviços de um escritório de advocacia de um influente político do Estado de São Paulo, Júlio Prestes e obtiveram em 1914 o título de propriedade da fazenda Palmital expedido pela Justiça Federal em São Paulo enquanto que os herdeiros de Patrício Lopes de Souza não conseguiram convencer a justiça de que tinham a posse da fazenda antes da promulgação da Lei de Terras em 1850, até por que os grileiros contaram com a participação decisiva de Júlio Prestes no processo de grilagem da fazenda (NARDOQUE, 2007).

Bem sucedida a grilagem da fazenda Ponte Pensa os advogados e Júlio Prestes trataram de dividir as terras da fazenda entre si. Alguns dos grileiros começaram a retalhar e a comercializar grandes glebas de suas terras para outras pessoas interessadas na especulação imobiliária e Companhias de colonização como a Companhia Agrícola de Colonização e Imigração (CAIC), subsidiária da Companhia de Ferro Araraquarense que diversificou seus investimentos para empreendimentos imobiliários. A

(...) “frente pioneira” se realizou no extremo Noroeste paulista com o “Grilo Glória e Furquim”, como ficou popular e judicialmente conhecido e se efetuou com a fragmentação da propriedade, desenvolvida pelos especuladores representantes da burguesia nacional e estrangeira, através do loteamento de grandes glebas em pequenas propriedades, da fundação de cidades e criação de infra-estrutura (NARDOQUE, 2007, p.50).

Estabelecidos então, os mercadores de terras representados pelas figuras de companhias de colonização, fazendeiros, profissionais liberais e qualquer indivíduo que dispusesse de dinheiro para a compra das terras iniciaram a partir do final da década de 1930

o retalhamento de suas glebas em pequenas propriedades<sup>17</sup>. Uma das estratégias destes mercadores de terras era promover a fundação de cidades, patrimônios e vilas a fim de estabelecer um referencial para a localidade que se tornava centro comercial local e comunitário<sup>18</sup>. A fundação destas vilas, que possuíam uma infra-estrutura básica para dar suporte venda de terras e ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, como máquinas de beneficiamento de cereais e café, escritório, dentre outros, logo obtiveram progressivamente a elevação ao status a condição de distrito de paz e posteriormente emancipação política e administrativa subindo para a categoria de município nas décadas de 1940, 1950 e 1960<sup>19</sup>. Portanto, foram estas vilas que surgiram com a finalidade comercializar os lotes rurais<sup>20</sup> que deu origem a rede urbana na região. As glebas da antiga fazenda ponte pensa deram origem a dois modelos diferentes de organização do espaço rural. Algumas glebas

(...) se constituíram em novas fazendas, abertas para implementação de atividades econômicas incorporadas à economia de mercado, principalmente pela pecuária de bovinos de corte. Esses empreendimentos se constituíram principalmente ao longo das áreas lindeiras aos rios Grande e Paraná<sup>21</sup>. Mas, na maioria das glebas, o que de fato constituiu foram empreendimentos individuais ou de empresas imobiliárias de vendas de lotes rurais por conta da demanda que se instituiu pelo desejo de concretização daqueles sonhos de acesso à terra por parte de trabalhadores descendentes de imigrantes, dos próprios imigrantes ou de migrantes de outras regiões brasileiras. Em muitas glebas da Ponte Pensa, a pequena propriedade foi o modelo de apropriação capitalista de terra e da extração capitalista da renda da terra através dos ganhos imobiliários resultante da fecunda especulação imobiliária

<sup>17</sup> Somente a partir da década de 1940 é que a venda de pequenos lotes de terras foi bem sucedido, pois com a crise econômica de 1929 e que afetou em cheio a economia cafeeira, e muitos fazendeiros de café das áreas produtoras tradicionais também estavam vendendo pequenos lotes de terra, o que tornou o ambiente desfavorável a comercialização de terras na região (NARDOQUE, 2007).

<sup>18</sup> Ver NARDOQUE (2007), p. 65.

<sup>19</sup> Na década de 1990 alguns então distritos conseguiram a emancipação política através da Lei Complementar nº 651/90 aprovada pela Constituição do Estado de São Paulo em 1989. As alterações na legislação possibilitou que os distritos com mais de 2 anos; que possuíam mais de 1 mil eleitores; ter mais de 3 Km de distância entre o seu núcleo urbano e o perímetro urbano do município de origem; não interromper a continuidade territorial do município de origem e preservar a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano. Poderia através de um plebiscito realizado com a população obter a emancipação política, desde que a maioria da população votasse pela emancipação (NARDOQUE, 2007, p.76).

<sup>20</sup> Monbeig (1998), relata que em Jales havia um avançado planejamento do espaço rural promovido por Euphly Jalles e depois copiado pelos demais loteadores de terras das proximidades de Jales, os lotes vendidos nas proximidades das vilas eram de tamanhos menores destinados a colonos com pequenas economias e geralmente sem meios (carroças) que possibilitasse seu deslocamento até as vilas, daí o sentido de assenta-los próximos às vilas no intuito de facilitar o trajeto obrigatório entre a propriedade e a vila. Os lotes maiores por sua vez situavam-se mais longe das vilas, destinados a colonos que dispunham de algum capital.

<sup>21</sup> Em Santa Fé do Sul existia um escritório da CAIC, foi esta Companhia que implantou o projetos de ocupação baseado em grandes fazendas de gado nas proximidades de Santa Fé do Sul. Além deste município, o projeto abrangeu a área que hoje são os municípios de Rubinéia, Santa Clara D'Oeste, Santa Rita D'Oeste (NARDOQUE, 2007).

promovida pelos agentes: fazendeiros, engenheiros, corretores, empresários, empresas (NARDOQUE, 2007, p. 68).

Martins (1995) mostra que muitos latifundiários adotam a estratégia de retalhamento e comercialização da grande propriedade em pequenos lotes, pois para o capitalista o que interessa não é a concentração de terras, mas sim a concentração de capital.

O retalhamento de grandes glebas de terras em pequenas propriedades se tornou um negócio lucrativo<sup>22</sup>, os mercadores de terras fizeram propagandas de suas terras nas regiões mais antigas e tradicionais na produção de café, as terras foram vendidas para ex-arrendatários, ex-colonos destas regiões, como muitos destes colonos dispunham de pequenas economias, os lotes de terra foram comercializados em muitos casos com pagamentos em parcelados, em que o colono pagava a primeira parcela para o mercador de terra, e nas primeiras colheitas que realizava pagava o restante das parcelas. Este processo resultou na formação da pequena propriedade familiar baseada na diversificação agrícola, o que se mantém até os dias de hoje como marca registrada desta região (NARDOQUE, 2007), (LOCATEL, 2000 e 2004).

As culturas tradicionais (algodão, feijão, milho, arroz) em especial o café constituiriam durante as décadas de 1960 a 1980 nos principais cultivos e a agricultura na principal atividade econômica da MRG de Jales neste período. No ano de 1975 houve uma grande geadas que assolou o Centro-Sul do Brasil, e arrasou os cafezais do oeste paulista, este foi o primeiro golpe para a cafeicultura regional. No entanto, a crise da cafeicultura e das culturas tradicionais se acentuou na década de 1980, os baixos preços do café no mercado internacional inviabilizaram a continuidade da cultura, no país a abertura de novas fronteiras agrícolas no Centro-oeste e em outras áreas com o cultivo de cereais, algodão e outras culturas tradicionais em bases técnicas modernas e alta produtividade ampliou a oferta e rebaixou o preço destes produtos. Além dos baixos preços do café e das culturas tradicionais o baixo nível tecnológico empregado gerava baixa produtividade inviabilizando a concorrência com novas áreas de produção das culturas que eram a base econômica da MRG de Jales (LOCATEL, 2000 e 2004).

O êxodo rural inicia-se a partir da estabilização da sua incorporação ao modo de produção capitalista. No período que vai de 1960 a 1996 houve redução de 42.920 postos de trabalho nas atividades agropecuárias na Microrregião Geográfica de Jales, o que representa 61,60%

---

<sup>22</sup> "Tanto nas zonas velhas, onde o retalhamento intensivo das antigas fazendas de café, como nas zonas novas, o negócio com a compra e venda de terras foi uma das mais espetaculares fontes de lucro que conheceu a sociedade brasileira" (LOCATEL, 2000, p.48 *apud* MURAMATSU, 1984, p. 28).

no número de pessoas ocupadas em atividade agropecuárias, mas se acentuou a partir de meados na década de 1980, com a crise da cafeicultura na região. No entanto, o êxodo foi diferenciado entre os municípios da MRG de Jales. Nos municípios, onde a fruticultura se desenvolveu mais o êxodo foi menor.

No período entre 1985 e 1996, no conjunto da região, a redução do pessoal ocupado no campo foi de 26,88%, representando o desaparecimento de 9.834 empregos. Nesse mesmo período, nos municípios de Jales, Palmeira D'Oeste e Urânia, onde a fruticultura é mais expressiva, a redução da mão-de-obra foi de 15,77%, 22,20% e 27,63%, respectivamente, ficando abaixo ou muito próximo do índice geral da região. Já nos municípios de Dolcinópolis, Santa Albertina, Marinópolis, Santa Rita D'Oeste, Aparecida D'Oeste e Santa Fé do Sul, onde o desenvolvimento da fruticultura foi menos expressivo, a redução do pessoal ocupado foi muito mais acentuada, chegando, respectivamente a 60,99%, 45,17%, 43,94%, 41,06%, 39,79% e 38,73%, o que demonstra a importância da fruticultura na manutenção de postos de trabalho no campo (LOCATEL, 2000, p.219).

Observa-se que com algumas exceções, nos municípios onde a redução do pessoal ocupado no campo citados acima, possuem estrutura fundiária mais concentrada devido ao projeto estabelecido pela CAIC no processo de ocupação, como é o caso dos municípios de Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste, em outros como Aparecida D'Oeste devido a outras razões possuem estrutura fundiária mais acentuada que o perfil dos municípios da MRG de Jales como destaca Nardoque (2007).

De 1985 a 1996 houve grande erradicação de cafeeiros. A área ocupada reduziu em 81,28%. O quadro desfavorável ao café e as culturas tradicionais levaram os produtores a procurarem alternativas de permanência na profissão, o que resultou na ampliação na área plantada de culturas que não tinham expressividade econômica até então, eram culturas de "fundo de quintal", entre estas culturas estão a uva e a laranja entre as principais<sup>23</sup>.

A introdução da fruticultura representou mudanças qualitativas na agricultura da região, ela foi responsável pelo surto de modernização agrícola verificado a partir da década de 1980. Foi uma modernização que ao contrário de outras regiões não contou com o apoio direto do Estado, e com reduzida participação do grande capital agrário, ela foi promovida pelos próprios fruticultores<sup>24</sup>, que tiveram que adotar novas práticas agrícolas com a nova atividade,

<sup>23</sup> As primeiras mudas de uva foram trazidas por um produtor rural que é filho de descendentes japoneses em meados da década de 1960 do município de Mogi das Cruzes-SP, inicialmente ela não se adaptou muito as condições climáticas da região (temperaturas mais altas, com menor pluviosidade e chuvas mais concentradas) (LOCATEL, 2000). A cultura da laranja já é antiga na região, e um dos primeiros pioneiros já implantou um pomar na região logo na sua chegada como relata SEIXAS (2006), sendo uma cultura de fundo de quintal.

<sup>24</sup> O cultivo de frutas como a uva requer mão-de-obra qualificada e especializada para os tratos culturais exigidos por esta cultura, o acompanhamento agrônomo também é indispensável, trata-se de uma cultura muito exigente

o que não ocorria ou ocorria restritamente no cultivo do café e das culturas tradicionais, que eram produzidos com baixo emprego de tecnologia (LOCATEL, 2000 e 2004).

Segundo Locatel (2000), a fruticultura regional apresenta uma forte ligação com a indústria à montante, chegando a ocorrer a dependência total em relação aos insumos desse setor para a produção de algumas frutas como a laranja e a uva, elas representam o maior valor de produção agropecuária na região, mas ocupam pequena área agrícola no conjunto da região.

Um aspecto interessante verificado no trabalho de Locatel (2000) é que a fruticultura é uma atividade em que a renda da terra gerada é em grande parte drenada para outros setores da economia, principalmente para as indústrias produtoras de insumos químicos e o capital comercial representado pelos atravessadores. Segundo o referido autor "Mesmo havendo essa sujeição da renda da terra ao capital, a fruticultura é que tem propiciado melhores condições para a reprodução dos pequenos produtores e, ainda melhoria nas condições sociais e de trabalho" (LOCATEL, 2000, p.174).

Um dos fatores explicativos para a adoção da fruticultura como estratégia de permanência no campo e a sua rápida expansão no espaço rural da região de Jales se deve a sua fácil adaptação a estrutura fundiária desconcentrada da região e ao regime de trabalho familiar, o que pode viabilizar o seu desenvolvimento, ou seja, a viabilidade da fruticultura se deve por que o lucro obtido por hectare é alto, e uma pequena área absorve a mão-de-obra familiar, o que reduz o seu custo de produção. Em grande escala, a cultura da uva, por exemplo, exigirá a adoção de trabalhadores assalariados, o que aumentará os custos de produção. Por isso é que a

(...) a pequena produção, com base no trabalho familiar, pode apresentar-se muito competitiva na produção de determinados produtos, levando-se em consideração o valor do capital empregado e o valor de produção médio por hectare obtido pelos estabelecimentos produtores de fruta na Região de Jales (LOCATEL, 2000, p. 141).

A representatividade da fruticultura e de outras culturas nas atividades agropecuárias desenvolvidas na MRG de Jales é corroborada na tabela 3 com uma comparação entre os dados dos censos agropecuários de 1995/1996 e 2006.

Observa-se que houve algumas alterações na área plantada com frutíferas e no seu valor de produção. A cultura da uva que em 1996 era a cultura com maior valor de produção, mas

---

em termos de fertilidade do solo e nível de umidade do solo, assim análise e correção do solo, utilização de fertilizantes químicos e orgânicos e irrigação são praticamente obrigatórios. Além disso, é uma cultura susceptível ao ataque de diversas pragas, o uso freqüente de biocidas é outro item fundamental. Os cultivos cítricos, embora menos exigente em mão de obra requer o uso incondicional de fertilizantes e biocidas, do mesmo modo que a pinha, a atemóia, o caju dentre outros tipos de frutas cultivados na região.

deixa de ser em 2006 mesmo ampliando o valor de produção, a cultura da laranja ampliou consideravelmente o valor de produção e a área plantada e torna-se a cultura com maior valor de produção na MRG, a cultura da cana-de-açúcar<sup>25</sup> apresentou grande crescimento na área plantada e no seu valor de produção. O limão, a banana foram culturas que ampliaram a área plantada e o valor de produção. O milho, café e o algodão tiveram suas áreas reduzidas, mas ampliaram o valor de produção, enquanto que a área plantada e o valor de produção da manga foram reduzidos.

**Tabela 3.** Área plantada e valor de produção de algumas das principais atividades agropecuárias na MRG de Jales em 1995/96 e 2006.

| <b>Culturas e atividades</b>    | <b>Área plantada em 1995/1996</b> | <b>Área plantada em 2006</b> | <b>Valor de produção em mil reais em 1995/1996</b> | <b>Valor de produção em mil reais em 2006</b> |
|---------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| <b>Uva</b>                      | 987                               | 1.032                        | 15.009                                             | 24.821                                        |
| <b>Laranja</b>                  | 10.754                            | 14.813                       | 7.044                                              | 98.822                                        |
| <b>Limão</b>                    | 362                               | 1.642                        | 1.230                                              | 21.725                                        |
| <b>Banana</b>                   | 23                                | 2.180                        | 699                                                | 8.725                                         |
| <b>Manga</b>                    | 835                               | 501                          | 2.384                                              | 2.328                                         |
| <b>Café</b>                     | 6.940                             | 1.798                        | 3.420                                              | 5.971                                         |
| <b>Cana-de-açúcar</b>           | 1.361                             | 6.311                        | 1.480                                              | 70.973                                        |
| <b>Pecuária leiteira</b>        | *257.896                          | *261.322                     | Não disponível                                     | 22.813                                        |
| <b>Produtos da horticultura</b> | Não disponível                    | Não disponível               | 1.162                                              | 10.482                                        |
| <b>Algodão</b>                  | 6.798                             | 3.167                        | 4.118                                              | 7.885                                         |
| <b>Milho</b>                    | 13.002                            | 7.109                        | 4.556                                              | 9.622                                         |

\*Área de pastagens<sup>26</sup>

**Fonte:** Censos Agropecuários 1995/1996 e 2006.  
Organizado pelo autor.

<sup>25</sup> Recentemente foi construída uma Usina de processamento de cana-de-açúcar no município de Santa Albertina. Entretanto a expansão desta cultura está relacionada à presença de outras unidades de processamento em municípios próximos a MRG de Jales, o que certamente faz pressões com outras culturas pelo uso da terra na MRG de Jales, principalmente no município de Populina, onde há maior concentração fundiária (NARDOQUE, 2007).

<sup>26</sup> De acordo com Locatel (2000) no período de 1960 a 1996 as pastagens apresentaram crescimento de 155,82% na área ocupada, em detrimento das lavouras permanentes e temporárias. Os principais fatores atribuídos para este crescimento são: os baixos preços dos produtos tradicionais; crise da cafeicultura a partir de 1980; expansão do mercado interno de carne bovina e intensificação dos processos de urbanização e industrialização. Apesar de ocupar grandes áreas na MRG, a pecuária não possui expressividade econômica na região.

Os dados mostram que apesar de algumas variações, a região ainda mantém sua vocação para a fruticultura, do mesmo modo que mantém o caráter familiar da produção, muito enfatizado pelos estudos de Locatel (2000) e (2004) e de Nardoque (2007) como mostram as tabelas 4 e 5.

**Tabela 4.** Estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário e tipo de exploração na MRG de Jales – 2006.

|                                 |              |            |
|---------------------------------|--------------|------------|
| <b>Agricultura familiar</b>     | 5.856        | 76,10      |
| <b>Agricultura não familiar</b> | 1.839        | 23,90      |
| <b>Total</b>                    | <b>7.695</b> | <b>100</b> |

**Fonte:** Censo Agropecuário de 2006.  
Organizado pelo autor.

**Tabela 5.** Pessoal ocupado em atividades agropecuárias com e sem vínculos de parentesco com o produtor nos estabelecimentos agropecuários e pessoal total empregado em atividades agropecuárias na MRG de Jales – 2006.

|                                                                                                  |              | <b>Porcentagem</b> |                                                                                             |                            | <b>Porcentagem</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|--------------------|
| <b>Estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor</b> | 7.780        | 78,80%             | Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com vínculos de parentesco com o produtor | 14.888                     | 68,92%             |
| <b>Estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado sem laços de parentesco com o produtor</b> | 2.093        | 21,20%             | Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem vínculos de parentesco com o produtor | 6.713                      | 31,08%             |
| <b>Total</b>                                                                                     | <b>9.873</b> | <b>100</b>         |                                                                                             | <b>21.601<sup>27</sup></b> | <b>100%</b>        |

**Fonte:** Censo Agropecuário de 2006.  
Organizado pelo autor.

Na tabela 4 a condição de produtor proprietário e o tipo de exploração familiar eram predominantes na MRG de Jales, e perfaziam 76,10% do total dos estabelecimentos agropecuários. Na tabela 5 os dados mostram que em 78,80% dos estabelecimentos agropecuários o pessoal ocupado em atividades agropecuárias possui vínculos de parentesco com o produtor, denotando assim o caráter familiar da agricultura na MRG de Jales, e do pessoal total ocupado em atividades agropecuárias 68,92% tinham vínculos de parentesco com o produtor.

<sup>27</sup> Embora a permanência do caráter familiar da produção agropecuária seja uma tendência, a redução do pessoal ocupado em atividades agropecuárias também é um fato consolidado, ela foi de 5.518 postos de trabalho no período de realização dos dois últimos censos agropecuários.

### **5.1. A formação do município de Urânia, caracterização da estrutura fundiária e das atividades agropecuárias e representatividade da agricultura familiar**

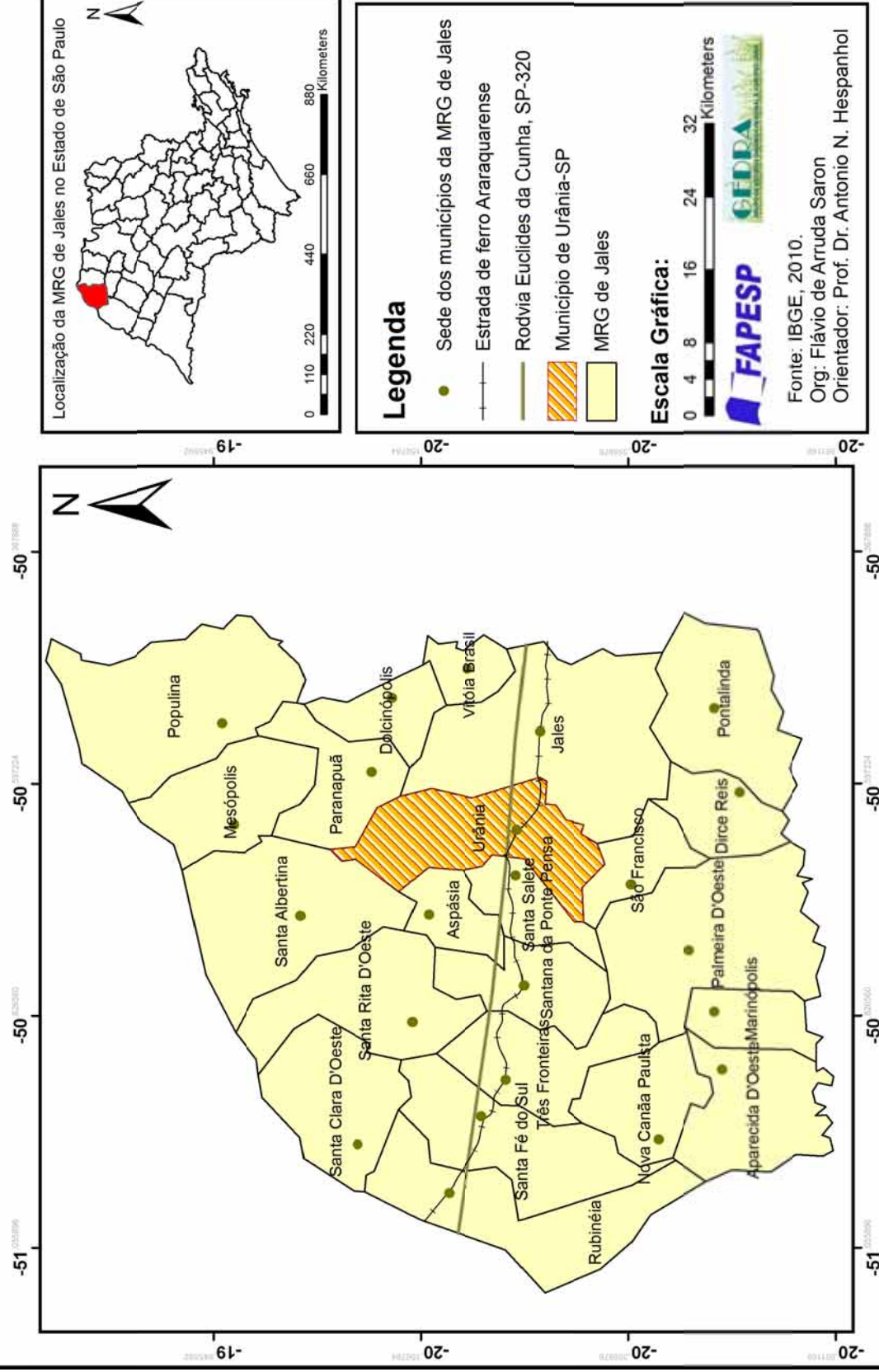
De acordo com Nardoque (2007) o município de Urânia é mais um caso emblemático da estratégia da fundação de vilas como forma de apoio à comercialização e especulação imobiliária das terras, e que gerou desconcentração fundiária na MRG de Jales. Veja a localização do município no mapa 1, e mapa 2, com aspectos mais detalhados em relação ao município.

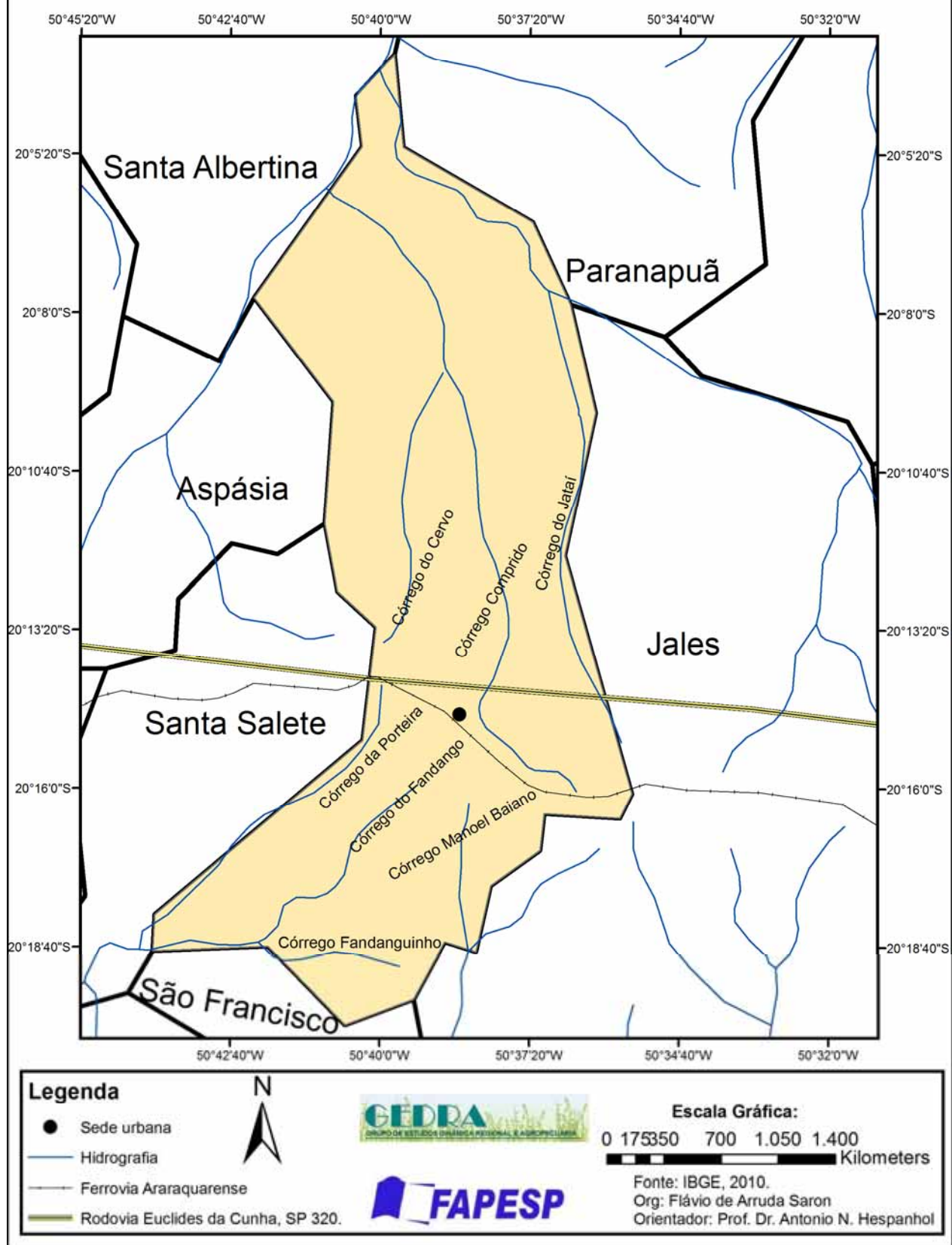
No caso de Urânia trata-se de um projeto particular de Benedito Pinto Ferreira Braga, mais conhecido como Zico Braga que era proprietário da Gleba de Terras denominada Fazenda Santa Maria,

(...) composta por um quinhão de 1.000 alqueires adquiridos no dia 5 de Junho de 1943 de Bernardino de Almeida (um dos primeiros grileiros da Ponte Pensa). Nessa propriedade havia dois povoados, conhecidos pelos nomes de Tupilândia e de Bandeirante às margens do futuro traçado da Estrada de Ferro Araraquarense. Assim, o anúncio da construção da estrada de ferro levou Zico Braga a fundar a cidade justamente pela possibilidade de ganhos imobiliários, através da venda de lotes na futura cidade e, ao mesmo tempo, da comercialização de terras rurais, através de pequenos lotes e, principalmente, pelo fato de que as terras aos arredores de Jales possuíam títulos duvidosos (NARDOQUE, 2007, p. 124).

Ainda segundo Nardoque (2007) nas áreas lindeiras aos municípios de Jales e São Francisco, outro mercador de terras, Euphly Jalles comercializou lotes de terras, que atualmente se encontra sob a jurisdição do município de Urânia, como os bairros rurais Córrego Manoel Baiano e Córrego do Fandango, onde houve grandes tensões entre os pequenos proprietários rurais e Euphly que grilou as terras pertencentes a Alcides do Amaral Mendonça, e vendeu a estes pequenos proprietários. Contudo, apesar da grilagem empreendida por Euphly, sua estratégia de comercialização de terras baseou-se na venda de pequenos lotes a imigrantes descendentes de segunda e terceira geração de europeus e japoneses de outras regiões do Estado de São Paulo, e também junto a mineiros e nordestinos já alocados no Estado, ou de outras regiões, do mesmo modo que o modelo adotado por Zico Braga. No Bairro do Córrego do Fandango inclusive, Euphly priorizou a venda de lotes para descendentes nipônicos, criando ali um bairro de japoneses, a ação do loteador se justifica devido

Mapa 1. Municípios que compõem a MRG de Jales com destaque para o município de Urânia



**Mapa 2. Município de Urânia: hidrografia, rodovias, ferrovias e sede urbana**


às dificuldades, resistências de socialização desta comunidade junto às outras e seus interesse em preservar os laços étnicos.

A cafeicultura na regional nasceu em terras hoje pertencentes ao município de Urânia. Segundo Seixas (2006) o espanhol Félix Francisco José, em terras adquiridas de Zico Braga no ano de 1948, formou “dez mil pés de café, cujas sementes, selecionadas em Novo Mundo, vieram no lombo de um cavalo. Daí todo produto com aquela característica, nesta região, ficou conhecido como café Novo Mundo” (SEIXAS, 2006, p.133).

A redução das áreas com lavouras temporárias e com café foi o principal fator do êxodo rural e evasão populacional do município nas décadas de 1970 e 1980. No entanto, a tendência à perda de população no município de Urânia cessou na década de 1990, e de lá para cá há ligeiro crescimento populacional de acordo com Nardoque (2007). Estas atividades que outrora eram a base da agropecuária e consequentemente a base econômica do município são pouco significantes tanto em área ocupada como no valor de produção nos dias atuais.

Atualmente a atividade agropecuária não é mais a principal atividade que compõem o Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Segundo a Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados a agropecuária compõe 20,94% do valor total adicionado, a indústria e o setor de serviços correspondem a 17,71% e 64,34% do valor total adicionada, respectivamente. A população do município é de 8.225 habitantes segundo o Censo Demográfico de 2001, a população rural é de 1.760 habitantes e perfaz 19,94% do total, enquanto que a população urbana é de 7.065 e representa 80,06%.

No que se refere à dinâmica das culturas no espaço agrícola do município. A comparação dos censos agropecuários de 1995/1996 e 2006 mostram a evolução das principais culturas e tipos de atividades agropecuária na tabela 6.

Para a análise dos dados contidos na tabela 6 é preciso levar em conta a emancipação do município de Santa Salete, pois no censo agropecuário de 1995/1996 foi computada a área do referido município. No censo de 1995/1996 a área do município de Urânia era de 27.377,23 hectares, enquanto que no censo agropecuário de 2006 a área do município foi de 14.635 hectares. Todavia, em linhas gerais é possível identificar que as culturas de frutas são as mais representativas no valor de produção das atividades agropecuárias, e do mesmo modo que ocorreu na MRG de Jales a uva no censo agropecuário de 1995/1996 era a cultura com maior valor de produção e a laranja a segunda, e no censo de 2006 as posições se inverteram. Atualmente o município de Urânia é o terceiro maior produtor de uva na MRG de Jales e o sétimo na produção de laranja.

**Tabela 6.** Área plantada e valor de produção de algumas das principais atividades agropecuárias no município de Urânia: comparação dos anos de 1995/96 e 2006.

| Culturas          | Área ocupada em hectares em 1995/96 | Área ocupada em hectares em 2006 | Valor de produção em mil reais em 1995/1996 | Valor de produção em mil reais em 2006 |
|-------------------|-------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------------|----------------------------------------|
| Uva               | 162                                 | 64                               | 3.291                                       | 1.858                                  |
| Laranja           | 1.215                               | 788                              | 897                                         | 3.192                                  |
| Limão             | 109                                 | 59                               | 64                                          | 237                                    |
| Tangerina         | 0,7                                 | 4                                | 1,128                                       | 6                                      |
| Manga             | 57                                  | 67                               | 48                                          | 49                                     |
| Café              | 516                                 | 85                               | 260                                         | 242                                    |
| Banana            |                                     | 23                               | 67                                          | Não disponível                         |
| Algodão           | 497                                 | 174                              | 256                                         | 204                                    |
| Milho em grão     | 971                                 | 362                              | 149                                         | 543                                    |
| Cana-de-açúcar*   | 121                                 | 6                                | 177                                         | 18                                     |
| Horticultura*     | -                                   | -                                | 88                                          | 1.456                                  |
| Pecuária leiteira | 19.727                              | 11.014                           | Não disponível                              | 1.792                                  |

\* Os dados sobre a cana-de-açúcar do censo de 2006 parecem ser imprecisos, pois um levantamento parecido que é o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) realizado pela CATI em 2007/2008 aponta que no município há 1.323,4 hectares com cana-de-açúcar. Durante a realização do trabalho de campo pelo espaço rural do município. Nas áreas mais distantes do núcleo urbano, nos bairros rurais do Córrego do Maracanã, Cervo com maior concentração fundiária pode-se observar grande presença da cultura. No bairro rural Córrego Comprido, um produtor entrevistado revelou que no sítio vizinho ao seu possui uma área com cana-de-açúcar com 60 alqueires

\*\* Produtos da horticultura, abrange o cultivo de várias culturas desde hortaliças, quiabo, tomate entre outros.

**Fonte:** Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2006

Organizado pelo autor.

Logo em seguida a pecuária leiteira é a atividade com terceiro maior valor de produção, é uma atividade tradicional desenvolvida desde o início da colonização. Segundo Clemente (2006) a produção de leite na região de Jales é pouco expressiva em comparação a outras, com níveis baixos de especialização, visto que boa parte dos produtores também desenvolvem outras culturas. O município de Urânia é o terceiro maior produtor de leite na região e o valor de produção é de R\$1.792.000,00.

A horticultura também é uma atividade expressiva, não em relação a área ocupada, mas bastante representativa no valor de produção R\$1.456.000,00, sendo a quarta atividade que mais gera riquezas no espaço rural do município

A estrutura fundiária desconcentrada e o predomínio da forma familiar de produção no campo, enfatizados pelos estudos de Locatel (2000) e (2004) e Nardoque (2007) para a MRG de Jales é uma constante no município de Urânia, prova disso são os dados apresentados na tabela 7, no gráfico 2 e no gráfico 3 referentes ao tipo de exploração dos estabelecimentos agropecuários, à estrutura fundiária, e a participação da agricultura familiar no pessoal empregado em atividades agropecuárias, respectivamente.

Conforme mostra tabela 7 abaixo, os estabelecimentos agropecuários com tipo de exploração familiar são predominantes no município, perfazendo 76,34% do número total de estabelecimento, enquanto que os estabelecimentos agropecuários do tipo não familiar representam 23,66%.

**Tabela 7.** Estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário e tipo de exploração no município de Urânia – SP, 2006.

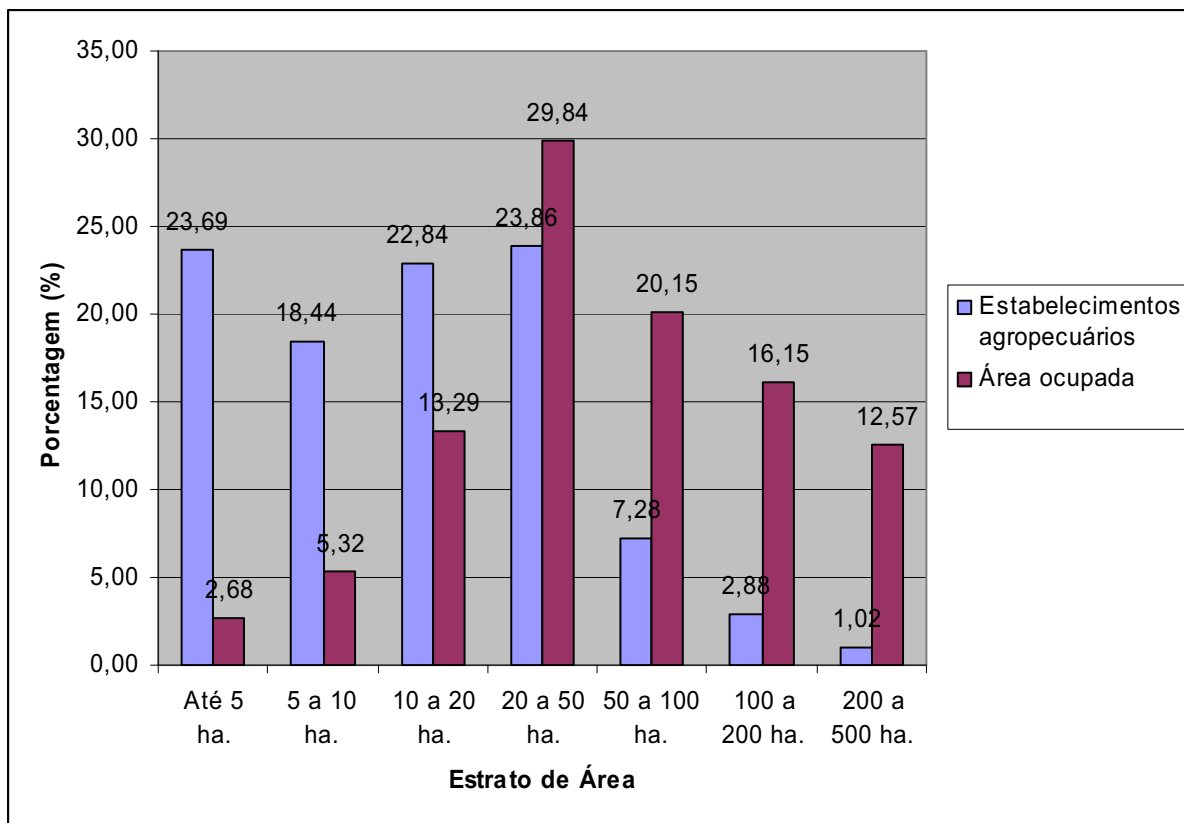
| <b>Tipo de exploração</b>       | <b>Número de estabelecimentos</b> | <b>Porcentagem (%)</b> |
|---------------------------------|-----------------------------------|------------------------|
| <b>Agricultura não familiar</b> | 128                               | 23,66%                 |
| <b>Agricultura familiar</b>     | 413                               | 76,34%                 |
| <b>Total</b>                    | 541                               | 100.00%                |

**Fonte:** Censo Agropecuário de 2006.  
Organizado pelo autor.

De acordo com o gráfico 2 abaixo, verifica-se o grau de desconcentração fundiária existente no município. O estrato de área compreendido entre 20 a 50 hectares engloba o maior número de estabelecimentos agropecuários e área ocupada, representando 23,86% e 29,84%, respectivamente. Os estratos de áreas entre 50 a 100 e 10 a 20 hectares também são representativos tanto em número de estabelecimentos agropecuários como em área ocupada. O caráter desconcentrado da estrutura fundiária do município de Urânia é reforçado pelo fato dos estabelecimentos agropecuários com até 100 hectares perfazerem 96,11% do número e 71,27% da área. Além disso, não existem estabelecimentos agropecuários com área superior a 500 hectares, o que caracteriza um município de estrutura fundiária altamente desconcentrada.

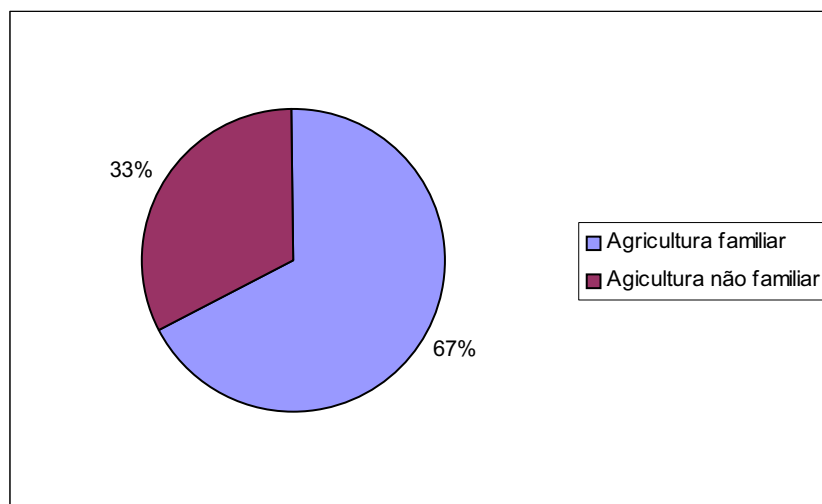
O pessoal empregado em estabelecimentos agropecuários caracterizados como agricultura familiar representava 67% em 2006, enquanto que o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em condição não familiar como empregados permanentes, temporários e empregados parceiros perfaziam 33% do total, como mostra o gráfico 3. denotando assim a importância e representatividade da agricultura familiar no município de Urânia..

**Gráfico 2.** Número de Estabelecimentos agropecuários e Área ocupada por Estrato de Área no município de Urânia – 2006.



**Fonte:** Censo Agropecuário de 2006.  
Organizado pelo autor.

**Gráfico 3.** Pessoal empregado em atividades agropecuárias: Agricultura familiar e não familiar no município de Urânia-2006.



**Fonte:** Censo Agropecuário de 2006.  
Organizado pelo autor.

Portanto, a predominância da agricultura familiar e da fruticultura como principal atividade econômica no espaço rural são as marcas registradas na região de Jales e no município de Urânia, apesar do expressivo crescimento no plantio de cana-de-açúcar. Aliadas a manutenção da estrutura fundiária desconcentrada que pouco se alterou nos últimos anos.



## **6. Caracterização, dinâmica e estratégias da produção familiar no município de Urânia: as perspectivas de permanência, reprodução social e a necessidade de políticas públicas**

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos na pesquisa de campo e a nossa sobre as estratégias de reprodução social da agricultura familiar, pluriatividade, importância da previdência social rural, o papel do PRONAF para a manutenção da produção familiar no município de Urânia, as características do processo de organização social rural e o apontamento de políticas públicas para a agricultura familiar no referido município, sendo retomados vários assuntos discutidos nos capítulos 2, 3 e 4.

### **6.1. Caracterização dos produtores familiares pesquisados no município de Urânia – SP**

Neste item pretende-se fazer um apanhado geral das principais características dos produtores familiares pesquisados, tais como: idade, escolaridade, tipos de cultivo, condição do produtor, nível tecnológico, emprego de mão-de-obra externa a propriedade e fontes de renda, dentre outros aspectos.

#### **6.1.1. Idade e escolaridade**

A média de idade dos produtores familiares pesquisados é apresentada na tabela 8. Verifica-se que os dois estratos que contam com o maior número de produtores é o de 50 a 60 anos com 28,57% e o de 40 a 50 anos com 22,22%, seguidos dos estratos superiores a 60 anos. Em contrapartida, os estratos que abragem produtores com menos de 40 anos são os menos representativos, denotando assim a elevada média de idade para o conjunto de produtores familiares pesquisados.

O nível de escolaridade da maioria dos produtores pesquisados é baixo, embora não se constataste nenhum produtor analfabeto, 60,3% deles não possuem nem o ensino fundamental completo e 11,1% concluíram o ensino fundamental. Os produtores que possuem nível médio completo, superior incompleto e completo perfazem 20,6%, 3,2% e 4,8%, respectivamente, dos pesquisados.

**Tabela 8.** Idade dos produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| Idade        | Número de produtores rurais | (%)          |
|--------------|-----------------------------|--------------|
| Até 30 anos  | 4                           | 6,35         |
| De 30 a 40   | 7                           | 11,11        |
| De 40 a 50   | 14                          | 22,22        |
| De 50 a 60   | 18                          | 28,57        |
| De 60 a 70   | 12                          | 19,05        |
| Mais de 70   | 8                           | 12,70        |
| <b>Total</b> | <b>63</b>                   | <b>100,0</b> |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
 Organizado pelo autor.

### 6.1.2. Condição de produtor, estrutura fundiária, fontes de renda e atividades agropecuárias desenvolvidas nas unidades produtivas dos produtores familiares pesquisados

Situando a origem dos produtores familiares do município de Urânia, de um modo geral eles são descendentes de pioneiros ou, em alguns casos, eles próprios são “pioneiros” que migraram das regiões tradicionais de produção de café atraídos pelas ofertas de terras férteis e baratas feitas pelos mercadores de terras e companhias de colonização, conforme constatamos na pesquisa de campo<sup>28</sup>.

Todos os produtores pesquisados são filhos de pais agricultores, esta é uma das principais particularidades do agricultor, que tem viés de classe muito forte, pois é regra quase que geral que todo agricultor é filho de pais agricultores, o que não ocorre com tanta frequência em outras profissões (ABRAMOVAY, 1992).

Em relação a condição dos produtores familiares pesquisados, 65,1% são proprietários; 3,2% são arrendatários; 7,9<sup>29</sup>% são parceiros e 23,8% são comodatários. Todos

<sup>28</sup> Petinari (2007) realizou este levantamento em microbacias hidrográficas dos municípios de Marinópolis, Santa Albertina e Santa Salete e chegou a mesma conclusão. A ocupação por migrantes de outras regiões do Estado de São Paulo é um aspecto do povoamento da região de Jales.

<sup>29</sup> Todos os parceiros identificados na pesquisa de campo desenvolvem única e exclusivamente a viticultura, o regime de parceria no espaço rural de Urânia geralmente funciona da seguinte forma: o proprietário forma a parreira de uva instala a rede de irrigação e disponibiliza os insumos, as máquinas e equipamentos (micro-trator e implementos agrícolas como pulverizador, roçadeira etc.), o parceiro não tem nenhum custo de produção e participa deste tipo de relação de trabalho apenas com sua mão-de-obra e da família dependendo da situação. Após a comercialização da safra entre 25 e 30% da renda bruta é a parcela do parceiro. Este tipo de relação de trabalho é típica da cafeicultura implementada a partir da instalação de imigrantes, a medida que novos cafezais eram formados com a expansão rumo a oeste este tipo de relação disseminava-se este tipo de relação, com a colonização da Região de Jales e introdução da cafeicultura também vigorou o regime de parceria, com a erradicação dos cafeeiros e início do cultivo da uva, esta relação foi reproduzida na viticultura e bem sucedida, pois é uma atividade em que a mão-de-obra é um componente essencial.

eles exploram áreas inferiores a 100 hectares<sup>30</sup>, conforme consta na tabela 9. O grande número de comodatários se deve ao fato dos produtores pesquisados possuírem um patriarca ou sogro que juridicamente é o proprietário, é comum que desenvolvam atividades combinadas na unidade produtiva, mas pelo processo de herança estes produtores passem a condição de proprietários. No mesmo sentido, há muitos pesquisados que declararam ser arrendatários, mas se encontraram na mesma situação dos comodatários.

**Tabela 9.** Tamanho das propriedades rurais ou área disponível para a exploração agropecuária<sup>31</sup> dos produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP (em hectares).

| <b>Estratos de área</b> | <b>Número</b> | <b>(%)</b> |
|-------------------------|---------------|------------|
| <b>De 0 – 10</b>        | 20            | 31,7       |
| <b>De 10 a 20</b>       | 23            | 36,5       |
| <b>De 20 a 30</b>       | 15            | 23,8       |
| <b>De 30 a 40</b>       | 1             | 1,6        |
| <b>De 40 a 50</b>       | 1             | 1,6        |
| <b>De 50 a 100</b>      | 2             | 3,2        |
| <b>Mais de 100</b>      | 1             | 1,6        |
| <b>Total</b>            | <b>63</b>     | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
Organizado pelo autor.

No que se refere a origem das rendas dos produtores familiares pesquisados, há uma grande diversidade de situações, conforme se verifica no Quadro 2.

Os números apresentados no quadro dizem respeito à renda obtida por eles próprios ou suas esposas e filhos que de alguma forma contribuem com recursos para o investimento na unidade produtiva ou pelo menos nas despesas do domicílio, descartando assim os membros da família que trabalham fora da propriedade e não compartilham seus rendimentos para cobrir as despesas do domicílio e ou investimentos/despesas da unidade produtiva.

Pelo quadro 2, percebe-se que as atividades agrícolas têm peso relevante no conjunto de produtores familiares pesquisados, pois 42,9% dos produtores familiares pesquisados dependem exclusivamente das atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade para a composição da renda, já 33,6% e 20,6% dos produtores além das atividades agrícolas têm como fontes de renda a aposentadoria e as atividades desenvolvidas externamente a unidade produtiva, respectivamente. Enquanto que 1,6% consorciam atividades desenvolvidas na

<sup>30</sup> Com exceção de um produtor que explora a propriedade na condição de arrendatário, uma vez que juridicamente a sua mãe ainda é proprietária do estabelecimento e a sua parte da propriedade (que terá que compartilhar com os irmãos que não desenvolvem atividades na propriedade) é menor que 100 hectares.

<sup>31</sup> Pois os parceiros, por exemplo, não possuem propriedade, apenas a concessão para a exploração agropecuária.

propriedade, fora dela e aposentadoria para compor a renda e 1,6% também possui toda renda derivada de atividades externas a propriedade.

|                                                                                                        |    |       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|-------|
| Toda renda provem e os indivíduos desenvolvem atividades apenas na propriedade                         | 27 | 42,9% |
| Renda proveniente de aposentadorias e atividades desenvolvidas na propriedade                          | 21 | 33,6% |
| Renda composta por atividades desenvolvidas fora e dentro da propriedade                               | 13 | 20,6% |
| Renda composta por aposentadoria, atividades externas a propriedade e no interior da unidade produtiva | 1  | 1,6%  |
| Renda proveniente apenas por atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva                        | 1  | 1,6%  |

**Quadro 2.** Fontes de renda do núcleo familiar dos produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP.

**Fonte:** Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
Organizado pelo autor.

Dentre as atividades agrícolas desenvolvidas no interior das unidades produtivas destaca-se a fruticultura, a pecuária leiteira e de corte e o cultivo de olerícolas. Veja as figuras 1, 2 e 3 apresentando alguns cultivos no espaço rural do município de Urânia.



**Figura 1.** Pastagem rotacionada de um produtor de leite entrevistado no município de Urânia-SP.

**Autor:** Flávio de Arruda Saron, janeiro de 2010.

Verifica-se que apenas 33,3% dos produtores pesquisados dedicam-se a apenas um tipo de atividade agropecuária, desse total 9,5% desenvolvem apenas a pecuária e 23,8% a fruticultura. Entretanto, os fruticultores muitas vezes cultivam mais de um tipo de fruta, embora se constatasse em vários casos o cultivo de apenas um tipo de fruta, majoritariamente a uva. Portanto, a diversificação de culturas e também de atividades (pecuária e fruticultura,

por exemplo) é um aspecto marcante entre os produtores familiares pesquisados, conforme expressa a tabela 10.



**Figura 2.** Vista do espaço rural do município de Urânia-SP, com destaque para as parreiras de uva ao fundo.

**Autor:** Flávio de Arruda Saron, janeiro de 2010.



**Figura 3.** Plantação de jiló de um produtor entrevistado no município de Urânia-SP.

**Autor:** Flávio de Arruda Saron, janeiro de 2010.

O cultivo de mais de uma cultura combinadas ou não com a pecuária é denominada de diversificação produtiva e pode ou não representar uma tentativa de diversificar as fontes de renda, em muitos casos os produtores desenvolvem uma ou duas atividades principais destinadas à comercialização e outra de caráter secundário, que pode ser tanto destinada a

comercialização como também para o auto-consumo<sup>32</sup>, que não recebe a mesma dedicação e atenção por parte dos produtores representando muito pouco na composição da renda total. Este tipo de situação é muito comum entre os produtores de uva, esta cultura demanda grande dispêndio de mão-de-obra em uma área pequena e que muitas vezes não ocupa toda a área agricultável da propriedade. Assim, na área restante geralmente se desenvolve a pecuária devido à baixa exigência de mão de obra, mas ela é desenvolvida sem muitas preocupações com manejo de pastagem e do rebanho nos padrões técnicos recomendados.

**Tabela 10.** Atividades agropecuárias desenvolvidas pelos produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| Atividades                                          | Número    | (%)        |
|-----------------------------------------------------|-----------|------------|
| Pecuária leiteira e de corte                        | 6         | 9,5        |
| Pecuária leiteira/ corte consorciada com olerícolas | 4         | 6,3        |
| Fruticultura e pecuária leiteira ou de corte        | 14        | 22,2       |
| Fruticultura, pecuária leiteira e olerícolas        | 7         | 11,1       |
| Fruticultura e olerícolas                           | 11        | 17,5       |
| Fruticultura                                        | 15        | 23,8       |
| Fruticultura, café e eucalipto                      | 1         | 1,6        |
| Café e pecuária leiteira                            | 1         | 1,6        |
| Café e olerícolas                                   | 1         | 1,6        |
| Olerícolas apenas                                   | 2         | 3,2        |
| Exclusivamente auto-consumo                         | 1         | 1,6        |
| <b>Total</b>                                        | <b>63</b> | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
 Organizado pelo autor.

Desse modo, a diversificação produtiva pode não representar a diversificação nas fontes de renda. Mas também há situações, em que nenhuma das atividades desenvolvidas no interior da unidade produtiva não assume caráter secundário perante outras e realmente se configura numa condição de diversificação produtiva e das fontes de renda.

No conjunto dos produtores familiares pesquisados a fruticultura é sem dúvida a atividade mais relevante, conforme consta na tabela 11, 12, 13 e 14. Entre os produtores pesquisados 73,6% do total cultivam algum tipo de frutífera, 50,7% dos produtores desenvolvem a viticultura e 28,5% cultivam laranja. Considerando apenas os produtores fruticultores, a uva é cultivada por 69,57% deles e a laranja por 39,13%, outras frutíferas que também são cultivadas é a pinha, atemóia, tangerina, limão e o caju.

<sup>32</sup> Em relação a produção para auto-consumo todos os produtores familiares pesquisados, em maior ou menor grau produzam algum tipo de alimento, ou cria animais como bovinos (principalmente com vistas a produção de leite), suínos e aves para o consumo da família.

O cultivo de olerícolas<sup>33</sup>, a pecuária leiteira e de corte, embora sejam menos expressivas no conjunto dos produtores familiares pesquisados, também se constituem em atividades importantes havendo inclusive produtores que dependem exclusivamente de apenas uma dessas atividades, a olericultura está presente em 36,5% das unidades produtivas e a pecuária em 58,73%. Há ainda produtores que ainda cultivam o café, mas que representam apenas 3,2% do número de produtores, entretanto eles também desenvolvem outras atividades na unidade produtiva como mostra a tabela 10.

O cultivo da uva não é só o mais significativo em termos de número de unidades produtivas, mas também no que se refere na renda auferida com atividades agrícolas. Elaboramos as tabelas 11, 12, 13, 14 e 15 abaixo, para identificar quais os principais cultivos que contribuem na composição da renda dos produtores familiares pesquisados.

**Tabela 11.** Geração de renda por meio do cultivo da cultura da uva entre os produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| Representatividade da renda | Número de produtores rurais | (%)  |
|-----------------------------|-----------------------------|------|
| 90 a 100%                   | 10                          | 15,9 |
| 60 a 90%                    | 13                          | 20,6 |
| 30 a 60%                    | 8                           | 12,7 |
| 10 a 30%                    | 1                           | 1,6  |
| 0 a 10%                     | -                           | -    |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
Organizado pelo autor.

**Tabela 12.** Geração de renda por meio do cultivo da cultura da laranja entre os produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| Representatividade da renda | Número de produtores rurais | (%) |
|-----------------------------|-----------------------------|-----|
| 90 a 100%                   | 1                           | 1,6 |
| 60 a 90%                    | -                           | -   |
| 30 a 60%                    | 2                           | 3,2 |
| 10 a 30%                    | 3                           | 4,8 |
| 0 a 10%                     | -                           | -   |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
Organizado pelo autor.

<sup>33</sup> A olericultura consiste no cultivo de uma série de culturas, tais como: berinjela, quiabo, pimentão, tomate, pepino, abóbora, jiló, milho-verde, dentre outros. Assim, quando nos referimos ao cultivo de olerícolas estamos fazendo alusão a estes cultivos, no intuito de facilitar a nossa escrita e a compreensão para o leitor.

**Tabela 13.** Geração de renda por meio do cultivo de olerícolas entre os produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| Representatividade da renda | Número de produtores rurais | (%)  |
|-----------------------------|-----------------------------|------|
| 90 a 100%                   | -                           | -    |
| 60 a 90%                    | 3                           | 4,8  |
| 30 a 60%                    | 3                           | 4,8  |
| 10 a 30%                    | 8                           | 12,7 |
| 0 a 10%                     | 2                           | 3,2  |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
Organizado pelo autor.

**Tabela 14.** Geração de renda por meio da pecuária leiteira<sup>34</sup> entre os produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| Representatividade da renda | Número de produtores rurais | (%)  |
|-----------------------------|-----------------------------|------|
| 90 a 100%                   | 3                           | 4,8  |
| 60 a 90%                    | -                           | -    |
| 30 a 60%                    | 7                           | 11,1 |
| 10 a 30%                    | 3                           | 4,8  |
| 0 a 10%                     | 6                           | 9,5  |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
Organizado pelo autor.

**Tabela 15.** Geração de renda por meio da pecuária de corte entre os produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| Representatividade da renda | Número de produtores rurais | (%)  |
|-----------------------------|-----------------------------|------|
| 90 a 100%                   | -                           | -    |
| 60 a 90%                    | 2                           | 3,2  |
| 30 a 60%                    | -                           | -    |
| 10 a 30%                    | -                           | -    |
| 0 a 10%                     | 9                           | 14,3 |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
Organizado pelo autor.

Faz-se uma ressalva porque 10 produtores (15,8% do total de produtores e 55,5% dos produtores que cultivam laranja) relataram que seus pomares ainda não estão produzindo, logo não contabilizou na renda. Além disso, dois produtores (3,6%) que não souberam discriminar quanto representava o cultivo de laranja associado a outras culturas e

<sup>34</sup> Consideramos apenas os produtores que comercializam o leite ou seus derivados, uma vez que a produção de leite é importante na produção para auto-consumo.

aposentadoria rural na composição da renda total. Assim, o grande número de pomares novos indica que o cultivo da laranja terá mais relevância na composição da renda dos produtores familiares do município nos próximos anos.

As tabelas acima mostram a relevância que a viticultura, a olericultura e a pecuária leiteira apresentam na composição da renda dos produtores familiares e também o quanto a pecuária tem um papel secundário, mesmo representando a importância de 90 a 100% na composição da renda para 4,8% dos produtores familiares pesquisados. Tanto a pecuária leiteira como de corte possuem os mais altos índices (9,5% e 14,3% para pecuária leiteira e de corte, respectivamente) dentre as atividades que contribuem com até 10% na composição da renda, ou seja, a menos representativa.

A viticultura, por sua vez é a atividade que mais contribui na composição de renda dos produtores familiares, para 15,9% e 20,6% dos produtores pesquisados ela é responsável por compor de 90 a 100% e 60 a 90% da renda total dos produtores. As olerícolas não ultrapassa 90% da renda total de nenhum dos produtores familiares pesquisados, mas 4,8% deles dependem de 60 a 90% desta atividade para compor sua renda, e outros 4,8% dependem entre 30 e 60%. Há produtores que extraem renda do cultivo de outras culturas como o caju, pinha, atemóia, café, mas representam a menor parcela.

### **6.1.3. Emprego de mão-de-obra externa, nível tecnológico, práticas agrícolas empregadas e comercialização da produção agrícola**

As variáveis nível tecnológico e emprego de mão-de-obra externa a propriedade contribuem para situar o nível de capitalização dos produtores familiares pesquisados, embora não os únicos, mas consideravelmente importantes. O nível tecnológico e as práticas agrícolas empregadas revelam também o quanto os produtores estão desenvolvendo a atividade agrícola com racionalidade, de modo que se obtenha boa produtividade por meio do emprego correto das técnicas e insumos, de acordo com a recomendação agrônômica.

A maior parte dos produtores familiares pesquisados não emprega nenhum trabalhador em nenhuma época do ano, perfazendo um total de 69,8%, os demais optam por empregar apenas trabalhadores temporários (12,7%), às vezes também combinam o emprego de trabalhadores temporários e permanentes (7,9%), ou apenas parceiros (3,2%), outra parte emprega tanto parceiros, trabalhadores permanentes e temporários (4,8%), enquanto que a menor parte combina o emprego de trabalhadores temporários e parceiros (1,6%). A tendência

é que os produtores que empregam mão-de-obra externa a propriedade sejam mais capitalizados que aqueles que não empregam.

No que se refere ao nível tecnológico dos produtores familiares pesquisados, os dados da pesquisa de campo foram sistematizados nas tabelas 16 e 17. A primeira refere-se aos meios de produção disponíveis e a segunda as práticas agrícolas adotadas.

**Tabela 16.** Meios de produção disponíveis pelos produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| Meios de produção        | Número | (%) em relação ao total |
|--------------------------|--------|-------------------------|
| Trator                   | 35     | 55,6                    |
| Microtrator              | 30     | 47,6                    |
| Grade                    | 33     | 52,4                    |
| Pulverizador             | 40     | 63,5                    |
| Roçadeira                | 30     | 47,6                    |
| Irrigação                | 39     | 61,9                    |
| Distribuidor de Calcário | 6      | 9,5                     |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
Organizado pelo autor.

**Tabela 17.** Práticas agrícolas adotadas pelos produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| Práticas                      | Número de produtores rurais | Participação (%) em relação ao total |
|-------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|
| Análise de solo               | 36                          | 57,1                                 |
| Adubação química              | 54                          | 85,7                                 |
| Adubação orgânica             | 47                          | 74,6                                 |
| Calagem                       | 51                          | 81,0                                 |
| Terraceamento/curvas de nível | 30                          | 47,6                                 |
| Adubação verde                | 7                           | 11,1                                 |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
Organizado pelo autor.

É preciso fazer uma ressalva aos parceiros (7,9% dos produtores pesquisados), que utilizam as máquinas e equipamentos dos seus patrões e logo não contabilizaram para os dados dos meios de produção disponíveis.

A disponibilidade de máquinas e equipamentos e as práticas agrícolas estão ligada diretamente ao tipo de cultura cultivado nas unidades produtivas. Constatamos que todos os produtores que cultivam a uva dispõe de área irrigada na propriedade, pois essa cultura não produz no regime pluviométrico tropical típico que vigora no município. A calagem e a adubação química também são práticas agrícolas obrigatórias tanto no cultivo da uva, como na cultura da laranja e demais frutífera, todos os produtores que cultivam essas culturas

realizam tais práticas. Por outro lado os níveis tecnológicos da pecuária são bem menores comparados a fruticultura. Para exemplificar essa diferença, a pecuária é desenvolvida por 37 produtores, mas apenas 4 deles (10,8%) realizam inseminação artificial. Além desse exemplo, todas as demais práticas mencionadas na tabela 17 são menores na pecuária em comparação com o cultivo de frutas e olerícolas.

Dentre os produtores pesquisados apenas 23,8% (15) deles não dispunham de nenhum trator, enquanto que 38,1% (24) dispunham de mais de um trator, geralmente um trator e um micro-trator, alguns até mais de dois. É comum também que pais e filhos ou irmãos compartilhem do uso desses tratores, o que não retira o fato de terem a disposição tais tratores. Cerca de 47,6% dos produtores possuíam micro-trator, sua presença nas propriedades está relacionado ao cultivo da uva e na menor parte dos casos a outras frutas como a pinha, atemóia e caju.

Em relação a comercialização da produção agrícola, verifica-se que os meios são variados devido ao grande número de culturas cultivadas pelos produtores familiares pesquisados. Entre os produtores viticultores a venda da produção é feita a atravessadores que levam a uva para outros estados do país, como Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, em outros casos representantes de firmas estabelecidas no CEAGESP na capital paulista também compram a produção de uva dos produtores. Outras culturas de frutas como o caju, a atemóia e a pinha também é comercializada nos mesmos moldes que a uva, a diferença é que a uva é comercializada a preço feito junto as firmas estabelecidas no CEAGESP, enquanto que essas frutíferas são vendidas a preços consignados.

A laranja é negociada com as frutícolas sediados nos municípios de Urânia, Jales e Santa Salete, essas frutícolas possuem postos de venda no CEAGESP, onde comercializam a laranja comprada dos produtores familiares, as frutas que são rejeitadas para o comércio in natura são vendidas pelas frutícolas as indústrias de suco de laranja localizadas em outras regiões do Estado de São Paulo.

O leite é comercializado predominantemente junto aos laticínios, mas 1,6% dos produtores afirmaram comercializar diretamente com o consumidor levando o leite e queijo até o núcleo urbano do município, outros 1,6% afirmam fazer a mesma prática, mas também vendem o leite a laticínio, o gado de corte, que na verdade não se trata de engorda com objetivo de abate, mas sim de cria e recria, ou seja, é comercializado os bezerros e bezerras nascidos na unidade produtiva, em outros casos os produtores pecuaristas adquirem bezerros e vendem as cabeças quando estão com o porte de novilhas e garrotes entre os próprios

pecuaristas e negociantes locais popularmente conhecidos como “marreteiros”, que compram e vendem cabeças de gado.

O comércio das oleícolas é o que tem meios mais diversificados dos produtos agrícolas citados, os produtores relataram comercializar sua produção junto a atravessadores locais, feirantes e supermercados. Além disso, 5,8 dos produtores são feirantes, estes produtores comercializam em grande parte sua própria produção e o excedente vende para as demais fontes citadas.

## **6.2. A importância da pluriatividade e da previdência social rural na composição da renda dos produtores familiares pesquisados no município de Urânia**

Neste item, pretende-se avaliar a importância que as atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva representa na composição da renda familiar.

### **6.2.1 Questões gerais e tipos de pluriatividade**

Em uma definição operacional, a pluriatividade está relacionada ao desenvolvimento de múltiplas atividades no interior da unidade produtiva ou fora dela, mas somente quando a atividade agrícola constitui-se em uma destas atividades, mesmo que em caráter secundário de importância é que se configura uma situação de pluriatividade. Portanto, há que se tomar cuidado em não confundir a pluriatividade como sinônimo do desenvolvimento de atividades desenvolvidas externamente a unidade produtiva, pois ao mesmo tempo que a família pode optar por

(...) combinar duas ocupações (assumindo a condição de pluriativos) ou escolher pela troca de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar-se exclusivamente em atividades não agrícolas, mesmo sem deixar de residir no meio rural (SCHNEIDER, 2006, p. 12).

Outra consideração importante em relação ao indivíduo ou família rural que desenvolve múltiplas atividades é a utilização do conceito de *part-time farming* de origem norte americana, que em português significa: agricultura de tempo parcial. Para Schneider (2004) valendo-se da análise feita por Fuller e Burn (1988) argumenta que este conceito é impreciso em função dele se referir ao tempo de trabalho, enquanto que a noção francesa de *pluriactivité* traduzido para o português como pluriatividade “refere-se a combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família”

(SCHNEIDER, 2004, p. 75). Por isso, a caracterização dos produtores familiares que desenvolvem múltiplas atividades no estabelecimento agrícola ou fora dele é melhor explicitada pelo conceito de pluriatividade.

O debate sobre pluriatividade se insere na discussão referente a permanência das formas familiares no capitalismo, que por sua vez está associado as estratégias de reprodução social. O desenvolvimento da pluriatividade pode ter vários significados de acordo com o sexo, posição hierárquica na família do indivíduo que a exerce, pode ser resultado de uma opção espontânea ou de contingências sociais e econômicas. Ela pode representar uma estratégia de reprodução da unidade doméstica, uma tentativa no sentido de modernizar a unidade produtiva ou pode ser desenvolvida com os dois objetivos. A combinação de atividades sempre foi uma prática social das formas familiares de produção no campo, todavia enquanto fenômeno social recente ela adquiriu um novo sentido, que aprofunda as interações das formas familiares com o ambiente externo e acentua a mercantilização da agricultura familiar (SCHNEIDER 2004 e 2006).

Nos países desenvolvidos a discussão sobre a pluriatividade adquiriu maior relevância que no Brasil, onde essa questão é tratada pelos estudiosos do mundo rural brasileiro ainda como uma curiosidade, mas o tratamento da pluriatividade não se restringe ao nível acadêmico. Desde 1992 nos países que compõe a União Européia por meio do Programa Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) e da reformulação da Política Agrícola Comum (PAC) a pluriatividade já é um componente das políticas públicas. Vários estudos argumentam que ela constitui-se em num importante instrumento de combate a pobreza rural e êxodo dos jovens através da geração de emprego e renda não-agrícolas, e também é uma alternativa aos padrões intensivos técnico-produtivos da Revolução Verde, reduzindo os efeitos a superprodução agrícola, contribuindo para a conservação dos recursos naturais (ALENTEJANO, 2001) (SCHNEIDER, 2006). No Brasil, todavia, a pluriatividade está estritamente vinculada a insuficiência das rendas oriundas de atividades agrícolas na manutenção das famílias rurais (ALENTEJANO, 2001).

O desenvolvimento da pluriatividade depende em grande parte do ambiente social e econômico em que a agricultura familiar se insere.

Esse ambiente compõe-se de um espaço econômico e de um conjunto de instituições, que tendem a fornecer estímulos e determinar limites e possibilidades e, assim, exercer uma influência exterior decisiva sobre as unidades familiares. As relações dos agricultores familiares com o ambiente social e econômico no qual estiverem inseridos pode ocorrer através do crédito, do financiamento ou outra forma de apoio institucional, via Estado

ou ONGs, mas também pelo acesso a mercados de produtos (compra de insumos e venda de mercadorias, relação com agroindústrias, etc.), mercados de trabalho (como a possibilidade de obter rendas em atividades não-agrícolas), de informações e das inovações produzidas pelo progresso tecnológico. Além disso, o ambiente social e econômico também se traduz para os membros das famílias em termos das mutantes expectativas e percepções que nutrem em relação ao seu futuro e às possibilidades de desenvolvimento do local em que vivem (SCHNEIDER, 2004, p. 94).

O ambiente social e econômico pode ser apresentado de maneira pormenorizada a partir do apontamento das causas que afetam o surgimento da pluriatividade. De acordo com Schneider (2006) são fatores que afetam o surgimento da pluriatividade: a) a própria modernização técnico-produtiva da agricultura: responsável pela redução dos postos de trabalho em atividades agrícolas; b) terceirização agrícola; c) queda das rendas agrícolas: constitui-se num estímulo para o desenvolvimento de atividades não agrícolas; d) políticas de estímulos as atividades rurais não agrícolas e contenção das migrações: exemplo do Programa LEADER na Europa; e) mudanças nos mercados de trabalho: está relacionado, por exemplo: o processo de descentralização da atividade industrial, com transferência de plantas indústrias para áreas rurais abrindo assim, novas oportunidades de emprego ; f) reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural.

Conforme descrito anteriormente, a emergência da pluriatividade no espaço rural pode ter diferentes causas, o que por sua vez resulta em diferentes tipos de pluriatividade. De maneira resumida apresentamos as tipologias elaboradas por Schneider (2006), são elas:

**Pluriatividade Intersetorial:** Este tipo de pluriatividade se refere ao indivíduo ou família que desenvolve uma ocupação fora do setor agrícola. A transferência de plantas industriais ou de determinadas etapas da produção para em espaços rurais ou peri-urbanos (descentralização industrial) motivadas pela existência de força de trabalho mais barata e a expansão contínua das áreas de habitação no entorno de regiões metropolitanas (rurbanização) tem envolvido cada vez mais as áreas rurais na dinâmica urbana, resultando na homogeneização dos mercados de trabalho urbano e rural.

**Pluriatividade de base agrária:** É o desenvolvimento de outra atividade fora da unidade produtiva, só que no próprio setor agropecuário. São casos exemplares dessa situação os agricultores que dispõe de máquinas e presta serviço para outros agricultores em atividades como: plantio, colheita etc. E o agricultor que vende a sua própria força de trabalho como, por exemplo: tratoristas, ensacadores, entre outros. Ou seja, as atividades desenvolvidas são no setor agropecuário, mas não são exclusivamente atividades agrícolas.

**Pluriatividade sazonal ou informal:** Pode ser executada dentro ou fora do estabelecimento e é influenciada pela sazonalidade do trabalho agrícola, incluíam-se aí os serviços e atividades do tipo: diaristas, empreiteiros, atividades ligadas a demanda do turismo, agricultores familiares nordestinos que trabalham no corte da cana, dentre outras atividades. São atividades sem jornada de trabalho pré-estabelecida e em muitos casos precárias, como é o caso de embora profissionais liberais como agrônomos, veterinários, administradores também a exerçam. Porém, constitui-se como segunda opção e não deixa de ser uma atividade informal.

**Pluriatividade pára-agrícola:** Trata-se de uma evolução da produção de auto-consumo, trata-se da transformação, beneficiamento ou processamento da produção agrícola, como por exemplo: a produção de derivados do leite, da carne, doces, frutas, dentre outros, ou seja, produtos que agregam valor.

**Pluriatividade tradicional ou camponesa:** Nesta tipologia a pluriatividade ocorre dentro da unidade produtiva, e constitui-se na produção para autoconsumo, como por exemplo, a produção de peças e ferramentas para uso próprio.

#### **6.2.2. As atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas fora da unidade produtiva pelos produtores familiares pesquisados**

Na pesquisa de campo verificamos que as atividades desenvolvidas fora da propriedade rural são representativas no conjunto de produtores familiares pesquisados. Observamos também que os tipos de ocupações são variadas e englobam tanto atividades agrícolas como não agrícolas.

Dentre os produtores familiares pesquisados 26 (41,27%) desenvolvem ou possuem familiares que trabalham em atividades não-agrícolas ou em atividades agrícolas externas a unidade produtiva. Constatamos que essas atividades se caracterizam em vários casos em situações de pluriatividade, mas em outros casos não se confirma a condição de pluriativo.

Dentre os 26 casos que desenvolvem atividades externas a unidade produtiva em 80,77% (21) há apenas um membro envolvido com estas atividades, enquanto que 19,23% (5) têm dois membros que exercem estas atividades. O número total de indivíduos que desenvolvem atividades fora da unidade produtiva é de 31 pessoas, sendo que 67,74% (21) são do sexo masculino e 32,26% (10) do sexo feminino.

Identificando os membros da família que desenvolvem essas atividades e os seus tipos, constatamos que no espaço rural de Urânia os filhos dos produtores, como os próprios

produtores ou suas esposas são os membros que desenvolvem atividades fora da unidade produtiva.

A fim de identificar em quais situações se confirma a situação de pluriatividade, e o significado das atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva para os indivíduos do grupo familiar<sup>35</sup> analisamos separadamente os casos dos jovens, dos produtores e suas esposas, pois os significados das atividades externas desenvolvidas são distintos para todos eles.

Verificamos que 30,77% (8) dos casos em que são desenvolvidas atividades fora da propriedade, elas são exercidas pelos próprios produtores, 15,38% (4) dos casos são as esposas que exercem atividades fora da unidade produtiva, enquanto que 53,85% (14) dos casos restantes são os filhos que desenvolvem estas atividades.

Um dos aspectos que distinguem os significados das atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva para os produtores, esposas e filhos é o exercício ou ausência de qualquer tipo de tarefa na unidade produtiva, assim como a aplicação da renda obtida externamente na propriedade rural. O que observamos é que entre os filhos e as esposas é que boa parte (principalmente as mulheres) não desempenham nenhuma tarefa no interior da unidade produtiva e muito menos aplicam renda externa na propriedade.

Tanto é que das 31 pessoas que desenvolvem atividades fora da unidade produtiva 28,57% (6) dos homens e 90% (9) das mulheres não desenvolvem nenhum tipo de atividade no interior da unidade produtiva. Estas constatações nos levam a concluir que boa parte das famílias não são pluriativas, pois os indivíduos não desenvolvem atividade agrícola no interior da unidade produtiva. Logo, estas atividades não se constituem em estratégias de reprodução social da agricultura familiar, pois estes indivíduos não podem ser designados como agricultores(as). Assim, estas famílias são caracterizadas por possuírem indivíduos que desenvolvem atividades agrícolas ou não agrícolas fora da unidade produtiva, utilizando as definições propostas por Schneider (2006). Isso confirma as tendências dos últimos anos, que se refere ao distanciamento das atividades agrícolas por parte dos jovens e principalmente das moças na agricultura familiar, decorrentes da desvalorização social do agricultor e da penosidade do trabalho agrícola, conforme salienta Silvestro *et al* (2001). Nos demais casos o que ocorre é uma ajuda esporádica em momentos mais críticos de acúmulo de serviços, nesses casos podemos fazer alusão a múltiplas atividades a qual se refere o termo pluriatividade, pois

---

<sup>35</sup> Verificamos apenas um caso em que todo o grupo familiar desenvolve atividades fora da propriedade. Portanto, para o casal ao qual estamos nos referindo não há distinção entre um e outro no significado da pluriatividade.

os indivíduos ocupam parte de seu tempo com a atividade agrícola, depois de cumprir a jornada de trabalho, nos dias de feriados e finais de semana e há a possibilidade reprodução social nesses moldes.

Para os jovens, predominantemente os solteiros(as), as atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva têm o papel de garantir a sua independência financeira para o pagamento de faculdade e para fazer frente a outras despesas pessoais como vestuário, aquisição de veículos, dentre outros. A residência familiar serve como suporte para a sua manutenção evitando ou reduzindo gastos com aluguel, alimentação, energia elétrica, saneamento básico etc., mas a sua saída da unidade produtiva é certa, o que geralmente ocorre após o casamento.

Para as esposas dos produtores, o exercício de atividades fora da unidade produtiva auxilia na cobertura de despesas domésticas e com os filhos, bem como com a aquisição de bens de consumo da residência.

Ela me ajuda muito na despesa de casa, dentro da propriedade não, ela não põe e quando ela põe {dinheiro}, se ela me empresta depois eu tenho que repor pra ela né (J.C.O, 49 anos).

Nos casos em que os próprios produtores exerciam atividades fora da propriedade, além de objetivar a própria sobrevivência, pode-se incluir aí a tentativa de modernização da unidade produtiva. A aplicação de renda obtida por meio do trabalho realizado fora da propriedade na unidade produtiva perfaz 30,8% (8), 23,1% (6) eram situações em que o próprio produtor exercia a atividade fora da unidade produtiva<sup>36</sup>, e 7,7% (2) eram os filhos, que tinham gosto pela atividade agrícola. Essa prática é uma clara tentativa de tornar a propriedade rural mais produtiva e moderna com o intuito de ampliar a geração de renda, como mostra o trecho do depoimento de um dos produtores pesquisados.

Vamos supor, eu tenho o trator, mas não tenho a bomba e eu tenho que juntar o dinheiro pra comprar a bomba e você vai comprar uma bomba de pulverizar hoje pequena é entre R\$3.000,00 e R\$3.500,00. Então isso significa o que? Pra sobrar R\$3.500,00 você fala ah não é dinheiro nenhum, mas é porque é livre, você tem que produzir, vender, receber e tirar isso daí livre, e nesses R\$3.500 incluí o adubo, o veneno, o óleo diesel, o teu serviço, porque você não vai trabalhar de graça, você tem que tirar a sua renda, porque você vai comer, você tem que ter o dinheiro pra comer, tem que sobrar, e aí que está difícil, é isso que está dando problema, não sobra. Vamos supor eu tenho um trator e uma bomba velha lá, você fica

<sup>36</sup> Com três exceções, no primeiro caso em que não era o próprio produtor que desenvolvia atividade externa a propriedade e aplicava a renda obtida na propriedade era o caso em que o pai do produtor desenvolvia atividade fora da propriedade, mas o seu pai também exercia atividade fora do expediente. Em outro caso, o filho de um produtor ajudava nas tarefas do estabelecimento e aplicava parcela da renda externa na unidade produtiva.

trabalhando com isso aí, você não consegue comprar uma bomba melhor, você não consegue comprar um trator melhor, e aquilo vai acabando, e sobra sabe o quê? O dinheiro pra você se manter, viver, aí o que é que acontece, você não faz investimento, aquilo que você tem vai acabando, você não consegue arrumar uma irrigação, você não consegue comprar um motor melhor, você não consegue comprar uma bomba melhor, você não consegue comprar nada, esse que é o problema, sobrar o dinheiro pra você investir. Aí o que a maioria do pessoal faz é trabalhar pra fora pra tentar conseguir, vai arrumar um serviço pra fora, vai trabalhar algum dia pra ver se consegue aumentar a renda. E é o que eu estou fazendo, porque se eu ficar dependendo de juntar um dinheiro da horta, nem investir na horta eu não consigo, ela não dá renda suficiente pra isso (M.A.A.R., 33 anos).

Portanto, verifica-se que no conjunto dos produtores familiares pesquisados a pluriatividade assume os três significados apontados por Schneider (2004) que se refere a própria sobrevivência, a tentativa de modernização da unidade produtiva ou os dois combinados conforme apresentado no item 5.2.1.

Verifica-se que das 31 pessoas que trabalham fora da propriedade rural, 32,26% (10) trabalham em atividades agrícolas, destes 32,26% (10) havia apenas 2 mulheres, os 67,74% restantes desenvolvem atividades não agrícolas. Dentre os tipos de atividades desenvolvidas pelas pessoas que trabalham fora da unidade produtiva, elas são variadas e incluem profissões como: operário, professor(a), trabalhadores assalariados agrícolas temporários ou permanentes, funcionário de frutícola, atendente comercial, caminhoneiro, motorista, balconista e demais atividades do setor de comércio e serviços.

Além disso, de acordo com relato de três produtores, suas famílias enquadrariam-se na tipologia de pluriatividade pára-agrícola apresentada por Schneider (2006), pois suas esposas em casos separados produzem doce (a partir do caju), pães e queijo para comercialização. Observa-se que entre os produtores familiares pesquisados as situações caracterizam várias tipologias de pluriatividade entre os produtores familiares como a intersetorial, a pluriatividade de base agrária, a sazonal e informal.

Embora numericamente expressiva, as atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva não são tão representativas na composição do orçamento familiar, veja a tabela 18, abaixo.

Em apenas 3,8% das unidades produtivas representam mais de 90% da renda total familiar, é justamente um caso isolado em que a propriedade tem pouco mais de 1 alqueire e é utilizada exclusivamente para produção de auto-consumo. Representando 60, 50, 40, 30, 20 e 10% é o valor que 11,5; 15,4; 15,4; 11,5; 7,7 e 3,8% dos produtores familiares pesquisados respectivamente, afirmaram que as atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva

representam no orçamento familiar. Além disso, há uma parcela significativa que indicou desconhecer o quanto estas atividades representam na renda total.

**Tabela 18.** Representatividade da renda obtida em atividades desenvolvidas fora das propriedades na renda total pelos produtores ou por seus familiares dentre os produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| <b>Participação em (%)</b> | <b>Número</b> | <b>(%)</b>   |
|----------------------------|---------------|--------------|
| <b>mais de 90%</b>         | 1             | 3,8          |
| <b>90</b>                  | -             | -            |
| <b>80</b>                  | -             | -            |
| <b>70</b>                  | -             | -            |
| <b>60</b>                  | 3             | 11,5         |
| <b>50</b>                  | 4             | 15,4         |
| <b>40</b>                  | 4             | 15,4         |
| <b>30</b>                  | 3             | 11,5         |
| <b>20</b>                  | 2             | 7,7          |
| <b>10</b>                  | 1             | 3,8          |
| <b>Menos de 10</b>         | -             | -            |
| <b>Não sabe</b>            | 8             | 30,8         |
| <b>Total</b>               | <b>26</b>     | <b>100,0</b> |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
Organizado pelo autor.

Faz-se uma ressalva que a representatividade da renda das atividades desenvolvidas fora da propriedade não quer dizer que o indivíduo(a) contribua com as despesas do domicílio familiar, é apenas uma tentativa de identificar o quanto as atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva representam nos ganhos totais. Dos 26 casos em que algum familiar ou o produtor desenvolve atividade externa a unidade produtiva, apenas 15 (57,6%) deles a renda é direcionada a cobrir os custos do domicílio ou investimentos na unidade produtiva, o que perfaz 23,8% do número total de produtores pesquisados.

### 6.2.3. A importância da previdência social rural entre os produtores familiares

Na pesquisa de campo constatamos que a previdência social rural tem grande relevância na composição da renda familiar de muitos produtores rurais. A previdência social rural tem sido considerada um importante mecanismo de transferência de renda para as famílias rurais, e por causa disso tem sido uma das mais eficientes políticas redistributivas de renda assegurando a permanência do idoso no espaço rural (AUGUSTO; RIBEIRO, 2007).

Segundo Veiga (2001) “pode-se considerar que a Previdência Social esteja garantindo entre um quinto e um quarto da renda média das famílias rurais, muito embora alguns estudos afirmam que essa participação seja ainda maior” (p. 45). A previdência social rural vem exercendo o papel de política social de importante no campo, principalmente para as famílias rurais nordestinas. Além disso, o comércio de muitos municípios rurais, onde a presença de idosos e consequentemente aposentados é marcante, depende das rendas provenientes das aposentadorias rurais (AUGUSTO; RIBEIRO, 2007), (DAVID *et al*, 1999).

Dentre os 63 produtores rurais pesquisados 32<sup>37</sup> (50,8%) são ou possuem familiares aposentados. A grande dependência da renda proveniente das aposentadorias por parte das famílias rurais está atrelada a dois fatores muito comuns no espaço rural brasileiro que estão entrelaçados. O primeiro é o envelhecimento da população rural, devido ao êxodo de jovens que relutam em permanecer na zona rural e a exercerem a profissão de agricultor. O segundo é a redução das rendas geradas pelas atividades agrícolas por causa, principalmente, dos baixos preços dos produtos agrícolas (HESPANHOL, 2008). Os resultados da pesquisa de campo no que se refere ao produtor ou familiar que recebe aposentadoria e a sua importância para composição da renda familiar são apresentados na Tabela 19.

**Tabela 19.** Representatividade da aposentadoria rural na composição da renda dentre os produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| Participação em (%) | Número     | (%)          |
|---------------------|------------|--------------|
| Mais de 90%         | 3          | 13,6         |
| 90%                 | 1          | 4,5          |
| 80%                 | -          | -            |
| 70%                 | 3          | 13,6         |
| 60%                 | -          | -            |
| 50%                 | 3          | 13,6         |
| 40%                 | 3          | 13,6         |
| 30%                 | 4          | 18,2         |
| 20%                 | 1          | 4,5          |
| 10%                 | 1          | 4,5          |
| Menos de 10%        | 1          | 4,5          |
| Não sabe            | 2          | 9,1          |
| <b>Total</b>        | <b>22*</b> | <b>100,0</b> |

\* Foram considerado apenas os aposentados que contribuem no orçamento familiar.

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010

Verifica-se na tabela 19 que o peso da aposentaria sobre a renda familiar do conjunto dos produtores familiares pesquisados é bastante variável, mas podemos concluir que as

<sup>37</sup> Em dois casos verificou-se que a aposentadoria foi obtida fora da profissão de agricultor.

rendas provenientes de aposentadorias rurais sejam mais importantes que as atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva. Dos produtores que dependem de rendas provenientes de aposentadoria rural no orçamento familiar 3 (13,6%) deles dependem em mais de 90%, e 1 (4,5%) dos produtores tem em torno de 90% da sua renda proveniente da aposentadoria denotando assim o papel importante da previdência na composição da renda dos produtores familiares pesquisados. Do número total de produtores 34,9% deles dependem em alguma medida das rendas provenientes da previdência social rural.

### **6.3. O papel do PRONAF junto à agricultura familiar no município de Urânia - SP**

Outra importante ferramenta do produtor familiar do município de Urânia-SP para o desenvolvimento de suas atividades é o crédito rural concedido pelo PRONAF. Contextualizando a atuação do PRONAF na MRG de Jales e comparando ao Estado de São Paulo verifica-se que no período compreendido entre os anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009, a participação da MRG no número de contratos e montante de recursos aplicados foi de 8,30% e 9,87%, respectivamente, no montante do Estado. Índices significativos, visto que em termos de área a região ocupa 3,2% da área do Estado de São Paulo.

No que diz respeito a distribuição do número de contratos e o montante de recursos disponibilizados pelo programa entre os 23 municípios que compõe a MRG de Jales entre os anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009. Observa-se que apenas os municípios de Palmeira D'Oeste, Jales, Aparecida D'Oeste e Urânia, ou seja, quatro dos 23 municípios que compõe a MRG de Jales concentram 41,9% do número de contratos e 48,23% do montante de recursos, ou seja, quase metade do número de contratos e do volume dos recursos do PRONAF para a região, mesmo relativizando o perfil dos quatro municípios, que possuem população rural e área expressiva no conjunto regional, é alta a concentração espacial do programa nestes municípios. Verifica-se na tabela 20 a distribuição do número de contratos e o montante de recursos dos PRONAF nas modalidades custeio e investimento na MRG de Jales entre 1999/2000 e 2008/2009.

Esta desigualdade está intimamente ligada a maior presença da propriedade familiar e da fruticultura, em especial da viticultura e citricultura nestes municípios. Enquanto que nos municípios, onde a fruticultura é menos expressiva como os municípios de Santa Clara D'Oeste, Rubinéia e Dolcinópolis, que representaram apenas 1,54%; 1,16%; 0,70% e 1,15%; 0,77% e 0,74% do número de contratos e montante de recursos, respectivamente.

Essa comparação entre os municípios da MRG de Jales, permite afirmar que no contexto dessa MRG o município de Urânia é expressivo no que se refere a realização de contratos e concessão de recursos, visto que é o terceiro que mais realizou contratos e captou recursos do programa.

**Tabela 20.** Distribuição do número de contratos e montante de recursos nas modalidades custeio e investimento dos municípios da MRG de Jales entre os anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009.

| Municípios             | Contratos    | (%) contratos | Montante de recursos em (R\$) | (%) montante de recursos |
|------------------------|--------------|---------------|-------------------------------|--------------------------|
| Palmeira d'Oeste       | 3863         | 17,66         | 43.001.471,67                 | 20,75                    |
| Jales                  | 2399         | 10,97         | 21.326.334,87                 | 10,29                    |
| Urânia                 | 1837         | 8,40          | 18.148.122,55                 | 8,76                     |
| Três Fronteiras        | 1606         | 7,34          | 10.790.986,76                 | 5,21                     |
| Aparecida d'Oeste      | 1298         | 5,93          | 17.477.603,70                 | 8,43                     |
| Santa Fé do Sul        | 1049         | 4,80          | 7.252.731,53                  | 3,50                     |
| Santa Salete           | 998          | 4,56          | 8.507.292,57                  | 4,11                     |
| São Francisco          | 925          | 4,23          | 10.229.885,71                 | 4,94                     |
| Aspásia                | 868          | 3,97          | 7.702.033,23                  | 3,72                     |
| Santana da Ponte Pensa | 856          | 3,91          | 6.598.091,78                  | 3,18                     |
| Nova Canaã Paulista    | 841          | 3,85          | 7.335.367,38                  | 3,54                     |
| Santa Rita d'Oeste     | 711          | 3,25          | 4.801.046,64                  | 2,32                     |
| Pontalinda             | 649          | 2,97          | 5.171.399,27                  | 2,50                     |
| Paranapuã              | 609          | 2,78          | 7.380.153,46                  | 3,56                     |
| Populina               | 550          | 2,51          | 4.654.968,04                  | 2,25                     |
| Santa Albertina        | 482          | 2,20          | 5.045.550,61                  | 2,43                     |
| Mesópolis              | 472          | 2,16          | 4.450.989,41                  | 2,15                     |
| Vitória Brasil         | 388          | 1,77          | 3.381.931,51                  | 1,63                     |
| Marinópolis            | 369          | 1,69          | 5.973.500,73                  | 2,88                     |
| Dirce Reis             | 357          | 1,63          | 2.478.570,80                  | 1,20                     |
| Santa Clara d'Oeste    | 337          | 1,54          | 2.380.229,93                  | 1,15                     |
| Rubinéia               | 253          | 1,16          | 1.602.926,48                  | 0,77                     |
| Dolcinópolis           | 154          | 0,70          | 1.540.218,71                  | 0,74                     |
| Total                  | <b>21871</b> | <b>100</b>    | <b>207.231.407,34</b>         | <b>100</b>               |

Fonte: MDA-2010.  
Organizado pelo autor.

Pelos números apresentados na tabela 21 referentes ao município de Urânia, 1.837 contratos e R\$18.148.122,55 percebe-se que o PRONAF tem grande importância para os produtores familiares do município tanto no que se refere ao número de produtores atingidos e volume de recursos disponibilizados.

**Tabela 21.** Número de contratos de financiamento do PRONAF, montante de recursos e valor médio por contrato nos anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009 no município de Urânia – SP.

| Ano agrícola | Contratos   | Variação do número de contratos em relação ao ano anterior | Montante de recursos em R\$ | Variação do montante de recursos em relação ao ano anterior | Valor médio por contrato em R\$ |
|--------------|-------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| 1999/2000    | 55          | -                                                          | 211.434,26                  | -                                                           | 3.844,26                        |
| 2000/2001    | 123         | 123,64                                                     | 471.591,00                  | 123,04                                                      | 3.834,07                        |
| 2001/02      | 128         | 4,07                                                       | 506.875,70                  | 7,48                                                        | 3.959,97                        |
| 2002/03      | 111         | -13,28                                                     | 537.794,59                  | 6,10                                                        | 4.845,00                        |
| 2003/04      | 205         | 84,68                                                      | 1.693.005,53                | 214,81                                                      | 8.258,56                        |
| 2004/05      | 241         | 17,56                                                      | 2.173.220,41                | 28,36                                                       | 9.017,51                        |
| 2005/06      | 228         | -5,39                                                      | 2.442.523,50                | 12,39                                                       | 10.712,82                       |
| 2006/07      | 200         | -12,28                                                     | 2.291.559,80                | -6,18                                                       | 11.457,80                       |
| 2007/08      | 314         | 57,00                                                      | 4.095.119,51                | 78,70                                                       | 13.041,78                       |
| 2008/09      | 232         | -26,11                                                     | 3.724.998,25                | -9,04                                                       | 16.056,03                       |
| <b>Total</b> | <b>1837</b> | <b>-</b>                                                   | <b>18.148.122,55</b>        | <b>-</b>                                                    | <b>-</b>                        |

Fonte: MDA-2010.  
Organizado pelo autor.

Em relação ao alcance do programa junto aos produtores através da pesquisa de campo, constatamos que 34 produtores (53,97%) afirmaram que já utilizaram em alguma oportunidade o financiamento do programa. Isso mostra que o programa obteve uma capilaridade razoável entre os produtores familiares do município. Todavia, apenas 23 produtores (36,5%) possuem contratos em vigência.

Comparando isoladamente os dados dos anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009 mostram que o programa ampliou significativamente sua capilaridade no município, mas averiguando ano por ano percebe-se que em alguns anos o número de contratos e o montante de recursos ampliaram-se continuamente, mas em outros anos agrícolas houve redução em comparação ao ano anterior, seguido sempre de recuperação no ano seguinte. Veja a tabela 21, abaixo.

De acordo com a tabela 21 percebe-se que nos anos agrícolas de 2002/2003, 2005/2006, 2006/2007 e 2008/2009 houve redução do número de contratos comparado ao ano anterior. Entretanto, a redução do montante de recursos ocorreu apenas nos anos agrícolas de 2006/2007 e 2008/2009, isso é atribuído ao aumento contínuo ao longo dos anos do valor médio por contrato e também da concretização dos contratos da modalidade investimento a

partir do ano agrícola de 2001/2002, estes contratos possuem teto máximo do valor do financiamento mais elevado.

A partir do momento em que o PRONAF passa a ser mais conhecido entre os produtores familiares, a tendência é que mais contratos sejam firmados e mais recursos liberados. Além disso, as mudanças normativas, que ampliaram o teto limite na renda proporcionaram a entrada de muitos produtores que antes eram barrados do programa<sup>38</sup>, aliado a isso tem que se levar em conta o assédio dos funcionários do Banco do Brasil aos agricultores para a contração do financiamento (segundo relatos dos produtores durante a realização da pesquisa de campo). Por isso há grande salto do número de contratos a partir do ano agrícola de 1999/2000, que contou com 55 contratos contabilizando um montante de R\$211.434,26, e no agrícola seguinte contou com 123 contratos e montante de R\$471.591,00, aumento da ordem de 123%.

A variação do número de contratos entre um ano e outro pode ser atribuído aos preços e condições de comercialização dos principais produtos agrícolas, especialmente a uva e a laranja, tanto dos contratos de custeio, como os de investimento. Veja nas tabelas 22 e 23 abaixo a distribuição do número de contratos das modalidades custeio e investimentos e o valor médio por contrato.

Observando as tabelas 22 e 23 percebe-se que o valor dos contratos da modalidade investimento são bem superiores ao da modalidade custeio, por isso os contratos do PRONAF investimento perfazem apenas 6,48% do número, mas o montante de recursos representa 14,81% no período entre os anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009. Outro ponto que vale ser ressaltado é o valor médio por contrato que é cada vez mais alto em relação ao ano anterior, como mostra as duas tabelas. Já o valor médio dos contratos da modalidade investimento tem variado entre os anos, ora tendo valor inferior em comparação ao ano agrícola anterior ora tendo valor superior, mas nos últimos dois anos agrícolas o valor médio por contrato alcançou cifras elevadas, que ultrapassaram a casa dos R\$25.000,00 e sua participação no montante de recursos foi de 17,29% e 30,18%, índices representativos, principalmente os do ano agrícola de 2008/2009.

---

<sup>38</sup> Sobre os tetos limites na renda bruta anual, veja o quadro 2.

**Tabela 22.** Número de contratos de financiamento do PRONAF, montante de recursos e valor médio na modalidade investimento nos anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009 no município de Urânia – SP.

| Ano agrícola     | Contratos de custeio | (%) dos contratos de custeio em relação ao número total de contratos | Montante dos recursos da modalidade custeio | (%) do montante de recursos da modalidade custeio em relação ao montante total | Valor médio por contrato na modalidade custeio em R\$ |
|------------------|----------------------|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| <b>1999/2000</b> | 55                   | 100                                                                  | 211.434,26                                  | 100                                                                            | 3.844,26                                              |
| <b>2000/2001</b> | 123                  | 100                                                                  | 471.591,00                                  | 100                                                                            | 3.834,07                                              |
| <b>2001/02</b>   | 127                  | 99,22                                                                | 493.875,7                                   | 97,44                                                                          | 3.858,40                                              |
| <b>2002/03</b>   | 108                  | 97,3                                                                 | 492.794,60                                  | 91,63                                                                          | 4.439,59                                              |
| <b>2003/04</b>   | 185                  | 90,24                                                                | 1.465.691,23                                | 86,57                                                                          | 7.149,71                                              |
| <b>2004/05</b>   | 227                  | 94,19                                                                | 1.926.120,41                                | 88,63                                                                          | 7.992,20                                              |
| <b>2005/06</b>   | 219                  | 96,05                                                                | 2.304.840,63                                | 94,36                                                                          | 10.108,95                                             |
| <b>2006/07</b>   | 190                  | 95                                                                   | 2.106.349,81                                | 91,92                                                                          | 10.531,75                                             |
| <b>2007/08</b>   | 288                  | 91,72                                                                | 3.387.260,69                                | 82,71                                                                          | 10.787,45                                             |
| <b>2008/09</b>   | 196                  | 84,48                                                                | 2.600.664,93                                | 69,82                                                                          | 11.209,76                                             |
| <b>Total</b>     | <b>1718</b>          | <b>93,52</b>                                                         | <b>15.460.623,26</b>                        | <b>85,19</b>                                                                   |                                                       |

Fonte: MDA-2010.  
Organizado pelo autor.

**Tabela 23.** Número de contratos de financiamento do PRONAF, montante de recursos e valor médio na modalidade investimento nos anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009 no município de Urânia – SP.

| Ano agrícola   | Contratos de investimento | (%) dos contratos de investimento em relação ao número total de contratos | Montante dos recursos da modalidade investimento | (%) do montante de recursos da modalidade investimento em relação ao montante total | Valor médio por contrato na modalidade investimento em R\$ |
|----------------|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| <b>99/00</b>   | -                         | -                                                                         | -                                                | -                                                                                   | -                                                          |
| <b>00/01</b>   | -                         | -                                                                         | -                                                | -                                                                                   | -                                                          |
| <b>2001/02</b> | 1                         | 0,78                                                                      | 13.000                                           | 2,56                                                                                | 13.000,00                                                  |
| <b>2002/03</b> | 3                         | 2,7                                                                       | 45.000,00                                        | 8,37                                                                                | 15.000,00                                                  |
| <b>2003/04</b> | 20                        | 9,76                                                                      | 227.314,30                                       | 13,43                                                                               | 11.365,72                                                  |
| <b>2004/05</b> | 14                        | 5,81                                                                      | 247.100,00                                       | 11,37                                                                               | 17.650,00                                                  |
| <b>2005/06</b> | 9                         | 3,95                                                                      | 137.682,87                                       | 5,64                                                                                | 15.298,10                                                  |
| <b>2006/07</b> | 10                        | 5                                                                         | 185.210,00                                       | 8,08                                                                                | 18.521,00                                                  |
| <b>2007/08</b> | 26                        | 8,28                                                                      | 707.858,83                                       | 17,29                                                                               | 27.225,34                                                  |
| <b>2008/09</b> | 36                        | 15,52                                                                     | 1.124.333,32                                     | 30,18                                                                               | 31.231,48                                                  |
| <b>Total</b>   | <b>119</b>                | <b>6,48</b>                                                               | <b>2.687.499,32</b>                              | <b>14,81</b>                                                                        | -                                                          |

Fonte: MDA-2010.  
Organizado pelo autor.

Em relação a distribuição dos contratos e montante dos recursos por grupo (A, B, C, D, E e A/C) que auxilia na identificação do perfil (capitalizado, descapitalizado etc.) do agricultor que acessa o financiamento do PRONAF encontramos uma dificuldade no que se refere aos dados disponibilizados pelo MDA, que em vários agricultores não informou o grupo de enquadramento dos contratos<sup>39</sup>.

Retomamos algumas informações presentes no quadro 1 (em que consta as principais alterações normativas do PRONAF). No ano agrícola de 1999/2000 constata-se que 65,46% dos contratos e 65,52% do montante de recursos referentes a estes contratos enquadram-se no grupo D, o que equivale a um limite de renda bruta anual de R\$27.500,00 para os produtores<sup>40</sup>. No ano agrícola de 2000/2001 a grande maioria dos contratos firmados se enquadram no grupo D, 99,19% (122 contratos) que abocanharam 99,68% do montante de recursos, enquanto que apenas 1 contrato (0,81% contratos que representaram 0,32% do montante de recursos) firmado teve enquadramento no grupo C.

No ano agrícola de 2001/2002<sup>41</sup> houve a realização dos primeiros contratos na modalidade investimento (1 contrato que representou 0,78% do número de contratos e 2,56% no montante de recursos), mas igualmente aos contratos da modalidade custeio que neste ano perfizeram 99,22% dos contratos e 97,44% do montante de recursos eles enquadraram-se no grupo D. Seguindo a mesma tendência no ano agrícola seguinte mais uma vez todos os contratos das duas modalidades enquadram-se no grupo D, os contratos de custeio representaram 97,30% (108) do número e o montante de recursos 91,63%, enquanto que na modalidade investimento foram realizados 3 contratos (2,70%) que representaram 8,37% do montante de recursos.

O plano de safra 2003/2004 apresentou algumas alterações normativas importantes, pois foi criado o grupo E, e novamente o limite na renda bruta anual para os grupos C e D foram ampliados. Neste ano agrícola constatou-se que os contratos distribuíram-se entre os grupos C, D e E tanto na modalidade custeio como investimento, os contratos dessa última modalidade perfizeram 9,76% do número de contratos e 13,43% do montante de recursos. Destes 1,95%, 3,41% (7) e 4,39% dos contratos enquadraram-se nos grupos C, D e E, representando 1,45%, 6,41% e 5,57% do montante de recursos, respectivamente. Na modalidade custeio, os contratos do grupo C, D e E representaram 1,95% (4), 45,37% (93),

<sup>39</sup> Isso ocorreu nos anos agrícolas de 1998/1999, 2004/2005, 2005/2006 e 2007/2008.

<sup>40</sup> O restante dos contratos foram classificados como "Exigibilidade Bancária {sem enquadramento}", segundo consta no site do MDA.

<sup>41</sup> Neste ano o limite da renda bruta anual passou de R\$27.500,00 para R\$30.000,00.

42,93% (88) e 0,25%, 26,41% e 59,91% do número de contratos e montante de recursos, respectivamente.

A partir do ano agrícola de 2004/2005 verifica-se uma nova tendência em relação ao financiamento do PRONAF no município. Desde então, a maioria dos contratos firmados e o montante de recursos alocados enquadram-se no grupo E, tanto da modalidade custeio como investimento. No referido ano 2,49%, 40,66% e 41,91% do número dos contratos de custeio enquadraram-se nos grupos C, D e E representando 0,46%, 21,69% e 62,07% do montante de recursos, respectivamente. Os contratos de investimento enquadraram-se nos grupos D e E, e perfizeram 1,66% e 2,24%, e 4,15% e 9,13% do número de contratos e montante de recursos, respectivamente<sup>42</sup>.

No ano agrícola de 2005/2006 os contratos de custeio enquadrados nos grupos C, D e E perfizeram 1,32%, 33,33% e 44,74% do número e 0,33%, 17,24 e 63,27% do montante de recursos, respectivamente. Novamente os contratos de investimento restringiram-se nos grupos D e E, representando 3,51% e 0,44% do número e 5,22% e 0,42% do montante de recursos.

No período descrito, os contratos de custeio enquadrados no grupo E tiveram a maior participação no ano agrícola de 2006/2007 em comparação com os demais anos agrícolas, estes representaram 50% do número e 67,81% do montante de recursos. Ainda em relação aos contratos da modalidade custeio, outra grande parte deles enquadrou-se no grupo D que representou 43,50% do número e 23,75% do montante de recursos, enquanto que os contratos referentes ao grupo C perfizeram apenas 1,50% do número e 0,35 do montante de recursos. Nos contratos de investimento que representou 5% do número total de contratos para o ano, que é composto por 3,5% de contratos que enquadram-se no grupo D e 1,5% no grupo E, que totalizaram 5,14% e 2,94% do montante de recursos total, respectivamente.

O ano agrícola de 2007/2008 teve o maior número de contratos firmados e o maior volume no montante de recursos do período descrito, no total foram 314 contratos com um montante de R\$4.095.119,51. Os contratos do grupo C mais uma vez foram os menos expressivos e perfizeram apenas 1,59% do número de contratos e 0,27% do montante de recursos. No grupo D enquadraram-se 28,66% do número de contratos de custeio que

---

<sup>42</sup> Segundo os dados disponibilizados pelo MDA neste ano agrícola 9,13% do número de contratos foi classificado como "Exigibilidade Bancária {sem enquadramento}", estes contratos representaram 4,41% do montante de recursos. No ano agrícola de 2005/2006 os contratos nessa situação perfizeram 16,67% representando 13,52% do montante de recursos. No agrícola de 2007/2008 31,53% dos contratos perfazendo 28,87% do montante de recursos também estiveram nesta situação.

representou 14,31% do montante de recursos, e no Grupo E 29,94% dos contratos perfazendo 39,25% do montante de recursos. Nos contratos da modalidade investimento 3,18% e 5,10% dos contratos enquadraram-se nos grupos D e E, representando 3,81% e 13,48 do montante de recursos, respectivamente.

Por fim, no último ano agrícola descrito teve 1,29%, 30,60% e 18,97% dos contratos de custeio enquadrados nos grupos C, D e E, perfazendo 0,19%, 12,78% e 19,68% do montante de recursos, respectivamente<sup>43</sup>.

Pela descrição feita sobre a distribuição dos contratos e montante de recursos entre os grupos entre os anos agrícolas de 1999/2000 a 2008/2009 podemos apontar que a ampliação do número de contratos e montante de recursos no município de Urânia está intimamente ligado a incorporação de produtores familiares mais capitalizados no financiamento do PRONAF, está é uma tendência nacional do programa que também se manifesta no município de Urânia. Prova disso é que a partir do ano agrícola de 2003/2004 (ano da criação do grupo E, o grupo cuja renda bruta anual é a mais alta) o número de contratos passou da casa dos 100 para a casa dos 200.

Analisar os dados obtidos na pesquisa de campo referentes a distribuição dos contratos por enquadramento no grupo é complicado devido a falta de exatidão dos dados e informações passadas pelos produtores pesquisados, muitos deles não se lembram em que grupo se enquadram, em que ano contraíram o financiamento, mas podemos avaliar outras variáveis importantes.

Corroborando as tendências apresentadas no período 1999/2000 a 2008/2009 com os dados fornecidos pelo MDA, na pesquisa de campo constatamos que a modalidade custeio representa a maioria dos contratos, cerca de 67,7% dos produtores contraíram contratos de custeio (exclusivamente), enquanto que apenas 5,9% dos produtores contraíram o financiamento do programa na modalidade investimento (exclusivamente), mas 20,9% possuem contratos de custeio combinados com a modalidade investimento e mais 5,9% possuem contratos de custeio, PRONAF alimentos e também investimento. Veja a tabela 24, abaixo.

Uma outra variável importante é o peso que o programa representa em relação ao desenvolvimento das atividades agropecuárias. A tabela 25 abaixo mostra o quanto os recursos do programa são importantes para a manutenção/expansão das suas atividades.

---

<sup>43</sup> Nesse ano agrícola 18,97% e 15,52% do total de contratos referentes as modalidades custeio e investimento não foram relacionados a nenhum grupo, constando como "variável", eles representaram 37,16% e 30,18% do montante de recursos, respectivamente.

**Tabela 24.** Enquadramento por modalidade de financiamento do PRONAF dos produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| Modalidade                               | Contratos | (%)          |
|------------------------------------------|-----------|--------------|
| Custeio                                  | 23        | 67,7         |
| Investimento                             | 2         | 5,9          |
| Custeio e Investimento                   | 7         | 20,6         |
| PRONAF Alimentos, Investimento e Custeio | 2         | 5,9          |
| <b>Total</b>                             | <b>34</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010  
 Organizado pelo autor.

**Tabela 25.** Grau de dependência dos produtores familiares pesquisados em relação aos recursos do PRONAF para a realização dos investimentos na produção no município de Urânia-SP.

|                                                                                                               | Número    | (%)        |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|------------|
| <b>Depende essencialmente dos recursos do PRONAF</b>                                                          | 12        | 35,3       |
| <b>Os recursos do PRONAF são importantes, mas a maior parte dos investimentos provém de recursos próprios</b> | 19        | 56,0       |
| <b>Os recursos do PRONAF são pouco significativos para o investimento na produção</b>                         | 1         | 2,9        |
| <b>Outros</b>                                                                                                 | 1         | 2,9        |
| <b>Não sabe</b>                                                                                               | 1         | 2,9        |
| <b>Total</b>                                                                                                  | <b>34</b> | <b>100</b> |

\* Consideramos apenas os produtores rurais que já usufruíram de financiamento do PRONAF.

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
 Organizado pelo autor.

Pelas tabelas 24 e 25 podemos concluir que o PRONAF é um importante instrumento tanto de manutenção das atividades agropecuárias como para a expansão destas, pois a combinação do financiamento das modalidades de custeio e investimento que foi significativo entre os produtores familiares pesquisados representa o esforço de manutenção das atividades, ao mesmo tempo em que os produtores procuram ampliar ou melhorar as atividades a fim de gerar mais renda na propriedade rural. Desse modo, as ações realizadas com os recursos do financiamento da modalidade investimento foram majoritariamente voltadas para formação novas parreiras de uva e novos pomares de laranja, e em casos isolados para aquisição de tratores (por meio do PRONAF Alimentos) e matrizes e equipamentos para o desenvolvimento da pecuária leiteira. Além disso, 35,3% dos produtores familiares pesquisados avaliam que dependem essencialmente dos recursos do programa para realizar os investimentos na produção e outra parcela considerável (56,0%) afirmaram que os recursos do programa são importantes para o desenvolvimento de suas atividades conforme pode ser verificado na tabela 25.

Dentre os principais pontos positivos apontados pelos produtores familiares é unanimidade entre eles que o principal benefício do programa são os baixos juros cobrados.

Na pesquisa de campo constatamos que o programa tem sido um importante instrumento de manutenção/expansão das atividades agropecuárias, se não o principal em muitos casos é ao menos importante, principalmente para os produtores familiares viticultores, pois essa atividade demanda grande aplicação de recursos para cobrir os custos de produção ao longo do ano até a safra, que ocorre apenas uma vez por ano durante poucos dias. O trecho de um depoimento abaixo explicita esta situação.

Eu to contente a única dificuldade que eu to tendo é por eu não ter custeio que é pra você trabalhar com folga, só isso, porque o que ela produziu o ano passado que vendi, tipo assim, você num pode investir em outra coisa, ou comprar uma coisa pra você ou trocar de um carro melhor por que você tem que reservar na outra próxima colheita que você tem que comprar adubo, esterco, veneno, manutenção de trator, tudo isso aí, irrigação.

(...) Se eu tivesse um custeio de pelo menos uns 5.000 reais por ano eu trabalhava sossegado, do jeito que eu tenho a uva aí agora, se eu tivesse um custeio em uns 4, 5 anos eu compraria uma própria propriedade pra mim, ah compraria sossegado, por que se eu tivesse um custeio eu plantaria mais um pouco de uva, aí é melhor (M.A.I, 37 anos).

A declaração do produtor acima, além de fazer referência ao papel que o financiamento de custeio do PRONAF auxilia na produção, aponta para um dos pontos polêmicos e uma das principais críticas dos pesquisadores do programa, que diz respeito às exigências bancárias, que barram a inserção de produtores menos capitalizados, que não têm muitas garantias financeiras a oferecer, o que tem restringido a atuação do programa aos segmentos mais capitalizados da agricultura familiar (GUANZIROLLI, 2007).

Nesse sentido, os produtores apontam as dificuldades de retirarem o financiamento do PRONAF e fazem críticas ao programa devido às exigências no sistema de garantias financeiras das agências bancárias como mostra os trechos extraídos de declarações, abaixo.

Eu acho que esta tendo muita burocracia pra você retirar esse dinheiro, muita burocracia, eles exigem muita coisa, eles não presa assim, mas eles quer uma garantia bem boa, o que o cara têm, se têm carro, se tem avalista, quem é o avalista? Não aceita qualquer um como avalista, eu vejo um monte de papel, muita coisa, o cara não pode ter restrição nenhuma, é uma exigência muito grande, pelo menos para os mais pequenos pra tirar precisa ter um histórico bem limpinho e precisa ter garantia porque se não eles não arrumam de jeito nenhum, não sai de jeito nenhum (M.A.I, 37 anos).

O sistema de garantia deles, mudar o sistema de garantia deles, isso seria ótimo pra modo de ajudar, porque muita gente não consegue pegar um custeio do PRONAF por causa de garantia, isso aí você pode perguntar pra qualquer um que todo mundo vai te falar isso aí, nem todos conseguem por causa de garantia. Por que você pega dez depois você têm que colocar alguém pra garantir dez, sua propriedade fica hipotecada e mais tem que ter um endossante (...) isso aí é o que trava o PRONAF, mas ele em si é bom, porque o juro é barato é um recurso que vem beneficiar, mas o que trava

tudo isso aí é o sistema que eles usam. Outro dia mesmo conversando no Banco do Brasil o Lourival me falou nós temos R\$150.000,00 pra investir no PRONAF e não tem gente pra pegar, não tem gente pra pegar ou não tem gente que se encaixa dentro do PRONAF? Uai, é porque tem gente que não se encaixa dentro, porque pra mim pegar R\$5.000,00, aquele PRONAFinho tem que comprovar renda e tenho que ter alguém pra avalizar, se for pra avalizar eu mesmo não avalizo pra ninguém, já levei chicotada vou fazer de novo, não vou. Acima de cinco mil a propriedade fica hipotecada e mais garantia que é o fiador. Você não consegue, só o pai e a mãe que faz isso pra um filho, porque um amigo não faz. Pra mim pegar o custeio do PRONAF o meu pai era o meu fiador, tanto é que quando ele faleceu foi exatamente na época que já deu problema na laranja aqui e perdi o financiamento, até o gerente do Banco do Brasil até me fez uma proposta pra continuar o (...), mas aí eu tinha arrumar um outro avalista, e dava uma ajeitada lá pra (...) eu voltar a continuar a receber o PRONAF<sup>44</sup> (A.T. 53 anos).

As exigências financeiras é uma das maiores limitações do PRONAF no município de Urânia, o que o torna seletivo em relação ao perfil do agricultor familiar, e não contribui para que os produtores com maiores fragilidades financeiras possam melhorar suas condições de produção e de vida. A agricultura familiar é heterogênea, mesmo no contexto de uma região, ou município há grande diversidade de interação com o mercado, níveis de organização, empreendedorismo e profissionalização. Desse modo, as ações de políticas públicas que tem por objetivo fortalecer a agricultura familiar têm que considerar as diferenças internas deste segmento e ter como um de seus princípios propiciar a sucessão das unidades de produção familiares, articulando a concessão de crédito com outras ações.

No item 5.5 são apresentados outros resultados da pesquisa de campo, sobre o papel do PRONAF na permanência dos jovens em atividades agropecuárias e sucessão da propriedade familiar.

---

<sup>44</sup> Para Guanzirolli (2007), a questão abordada por este produtor é o principal entrave do PRONAF, além de barrar o acesso aos agricultores familiares descapitalizados, torna o programa caro para os cofres públicos devido ao pagamento feito aos bancos pelos riscos em operações financeiras. "Resta avaliar a efetividade deste crédito no processo de geração de renda para os agricultores familiares e no aumento da produção agrícola para o país" (GUANZIROLI, 2007, 306). Ainda sobre as exigências bancárias, na pesquisa de campo muitos produtores afirmaram que para a concessão do financiamento do PRONAF o banco exigia que uma parcela do montante (segundo os produtores em média R\$500,00) ficasse imobilizada na forma de aplicação financeira, o Ourocap. Talvez este fato mostre que não há fiscalização ou haja pouco controle junto aos bancos sobre o modo que este distribui os recursos do programa, uma vez que o Tesouro já paga pelos riscos das operações financeiras. Essa medida vem a reduzir o potencial de investimento dos produtores familiares.

#### **6.4. As dificuldades dos produtores familiares pesquisados e a gênese de suas estratégias de reprodução social<sup>45</sup>**

Uma das principais dificuldades do segmento da agricultura familiar no Brasil é a baixa geração de renda nas pequenas propriedades rurais, que decorre de uma série de fatores como a estagnação dos preços dos produtos agrícolas, que em muitos casos torna-se viável apenas em cultivos de grandes escalas de produção com uso intensivo de tecnologia, que muitas vezes é inacessível aos produtores familiares. Além disso, o agricultor brasileiro carece de formação profissional<sup>46</sup>, fundamental para a gestão racional dos escassos recursos financeiros, e dos recursos naturais da propriedade (solo, água), o que pode contribuir bastante para o sucesso dos empreendimentos dos agricultores familiares. E durante muito tempo, os agricultores familiares brasileiros não foram amparados por nenhum tipo de política pública, fato que foi alterado apenas após a criação do PRONAF.

Comparando-se essa questão levantada por Wanderley (1993) entre os produtores familiares pesquisados, o que se observa é que mesmo com baixa escolaridade boa parte dos produtores pesquisados tem noções das técnicas agronômicas adequadas para as culturas, todos os produtores fruticultores, por exemplo, tem acesso a assistência técnica prestada pelos engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas que representam as empresas que vendem insumos e defensivos agrícolas seja por visita na propriedade ou consulta na sede das empresas, além disso, os produtores também adquiriram conhecimento sobre as técnicas de cultivo, pois muitos deles há vários anos cultivam essas culturas. O que às vezes falta é a gestão financeira racional da unidade produtiva, que em alguns casos custou caro para alguns produtores com a perda de capitais investidos e até mesmo parte do patrimônio, como foi o caso de 11 (17,6%) produtores pesquisados que perderam parte do patrimônio geralmente em função de dívidas contraídas por causa de financiamentos para investir na viticultura, acreditamos que isso esteja relacionado ao despreparo dos produtores para gerenciar os recursos, ou seja, faltou uma previsão dos ganhos que poderiam ser auferidos por meio dos investimentos com os recursos do financiamento, que foi menor que o seu custo total. Mas

---

<sup>45</sup> Trata-se das estratégias de base agrícolas, as mais representativas verificadas no nosso estudo. A aposentadoria rural e as atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva também se constituem em estratégias. Além disso, a contração do financiamento do PRONAF constituiu-se em uma outra importante estratégia de manutenção na atividade.

<sup>46</sup> No estudo comparativo sobre a agricultura familiar em alguns países coordenado por Lamarche (1993), foi constatado que o agricultor brasileiro é o menos escolarizado conforme aponta Wanderley (1993).

também houve dois casos em que os produtores sofreram calote, assim a má gestão tem que ser relativizada.

Por outro lado 13 (20,8%) produtores adquiriram propriedade nos últimos anos, e o curioso é que em 3 destes casos os produtores compraram terras com renda provenientes de atividades não agrícolas, sendo que em dois deles os produtores se transferiram para cidades industriais importantes do Estado de São Paulo como Americana e Campinas e retornaram e restabeleceram-se como produtores rurais, nesses casos a migração foi a estratégia empregada a fim de obter recursos externos a atividade agrícola e poder adquirir terras, meios de produção. Percebe-se que em destes casos o retorno a agricultura era algo planejado, e em outro foi meio ao acaso, mas só aconteceu devido ao gosto pela atividade por parte do produtor e possibilidade de construção de um projeto de vida que não se distanciasse muito da cidade em termos financeiros. No outro caso a família contou com recursos provenientes de atividade não agrícola desenvolvida no próprio município e herança por parte da esposa para aquisição da propriedade. Em todos os casos, embora se queixem das dificuldades da agricultura há grande satisfação pela escolha profissional que fizeram.

No bairro rural do Córrego do Jataí dois produtores que adquiriram sua própria propriedade eram ex-parceiros da uva, inclusive em um dos casos o produtor entrevistado trabalha juntamente com seus dois filhos (mantendo três famílias) em uma propriedade de 7 alqueires, o que equivale a 16,8 hectares, são casos em que grandes avanços foram obtidos, pois emergiram da condição de posse exclusiva da força de trabalho para serem detentores de sua própria terra de trabalho e meios de produção. Os outros 8 (12,8%) produtores que adquiriram terras já tinha sua própria propriedade. Os demais produtores não adquiram mais terras, em alguns casos por opção e em outros por não ter conseguido auferir recursos financeiros suficientes para isso.

O que podemos concluir das duas situações antagônicas mencionadas acima é que a formação do agricultor, ou seja, cultivar as culturas dentro de padrões técnicos que garantem boa produtividade e gerenciar racionalmente a unidade produtiva não seja uma dificuldade tão latente entre os produtores familiares pesquisados atualmente, embora possa ter sido há alguns anos devido ao despreparo<sup>47</sup> dos produtores em lidar com novas culturas, e um modelo de

---

<sup>47</sup> Sant'ana (2003) ao analisar as estratégias dos produtores familiares em três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto constatou que: "Nem sempre a diversificação ou a mudança de atividades significa melhores rendas ou é acompanhada de um criterioso processo de decisão. Alguns produtores comentam que a decisão de plantio de determinada cultura ocorre basicamente em função da euforia de outros produtores e comentários vagos de que esta alcançava bons preços no mercado" (SANT'ANA, 2003, p. 131). Ou seja, os aspectos técnicos muitas vezes não são levados em conta na gestão da propriedade.

produção diferente do que foi o café e as culturas tradicionais, que exige maior organização administrativa, a formação do agricultor então é resultado de um processo de aprendizagem que partiu da iniciativa individual baseadas na própria experiência e nos exemplos de retrocesso de alguns produtores e do progresso obtidos por outros nas propriedades rurais. No processo de transição de culturas empreendidas pelos produtores, houve seleção daqueles que resistiram ao período de crise e se adaptaram melhor as novas condições de produção. Portanto, a produção familiar no município de Urânia, após um período de fragilidade, em que muitos parceiros, arrendatários e até mesmo proprietários abandonaram a atividade, muitos deles inclusive venderam a propriedade e emigraram do espaço rural vivenciam agora um momento de re-estabilidade.

Dessa forma, o que se observa na pesquisa de campo, é que as principais dificuldades dos produtores familiares estão relacionadas a outros elementos como os custos de produção elevados, carência e escassez de mão-de-obra, principalmente qualificada para o trabalho na uva. Todavia a principal dificuldade citada diz respeito à geração de renda na propriedade rural, mesmo entre os agricultores que produzem dentro dos padrões técnicos recomendados e que administrem racionalmente a unidade produtiva.

Os trechos de declarações de produtores abaixo mostram isso. O primeiro deles mostra o balanço entre as despesas e a renda livre obtidos e o segundo relata a carência de trabalhadores rurais qualificados disponíveis para contratação.

A uva dá muito gasto, tipo assim se você fizer 50 mil eu costumo colocar metade, porque o gasto dela é muito grande, em defensivo, agente, paga funcionário, trator, pode colocar aí uns 20, 25 mil (L.G, 41 anos).

Na uva é a mão de obra qualificada, não adianta falar, mas precisa de qualificação também, não é porque é no sítio que não vai precisar de uma qualificação, você precisa de uma qualificação, se não você tá fora do mercado (W.U, 27 ANOS).

O principal fator que compromete a rentabilidade dos produtores familiares são as dificuldades de comercialização da produção, representado pela figura do atravessador para os fruticultores e dos produtores que cultivam olerícolas ou do laticínio para os pecuaristas. Além disso, os altos custos de produção abocanham boa parte do montante de renda final obtidos na atividade agrícola e também se constitui em uma das principais dificuldades para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Conforme salienta Locatel (2000) a fruticultura é uma atividade em que a renda da terra gerada é em grande parte drenada para outros setores da economia, principalmente para

as indústrias produtoras de insumos químicos e o capital comercial representado pelos atravessadores. “Mesmo havendo essa sujeição da renda da terra ao capital, a fruticultura é que tem propiciado melhores condições para a reprodução dos pequenos produtores e, ainda melhoria nas condições sociais e de trabalho” (LOCATEL, 2000, p.174). Nesse sentido veja um trecho do depoimento do produtor abaixo, que aponta que mesmo com os custos de produção a renda livre é satisfatória, estimulando a sua permanência e projeções futuras:

Eu falo que o pessoal na roça hoje vive melhor do que antigamente. Se a pessoa tem a propriedade, é que nem a laranja você vende a R\$9,00 ou R\$10,00. Dá prejuízo? Não dá. Eu faço a conta assim, tudo bem, porque quem costuma ganhar muito dinheiro, vai achar que está tendo prejuízo mesmo. Mas pra gente que está começando, vamos supor que você vende a R\$10,00, 1.000 pés de laranja dão 3.000 caixas, aí você vai gastar uns R\$10.000,00 pra tratar e olha lá, talvez nem gaste, te sobra R\$20.000,00, mas se você tem 2.000 pés (...) te dá R\$40.000,00 e se você divide esses 40.000 por 12, que é 12 meses, você acaba vendo que é uma coisa interessante ainda mais se você tem outras fontes de renda na propriedade, que você tenha um caju, ou que seja outro. Então, eu acho que acaba sendo uma perspectiva boa (J.A.C, 41 anos).

A tabela 26, abaixo mostra as principais preocupações dos produtores familiares em relação a comercialização, em muitos casos eles citaram mais de uma resposta como por exemplo: baixo preço dos produtos agrícolas e falta de opções de venda, e baixo preço dos produtos agrícolas e risco de calote no pagamento citados por 9,5 e 7,9% dos produtores pesquisados, respectivamente.

**Tabela 26.** Principais dificuldades para a comercialização da produção agrícola dos produtores familiares pesquisados no município de Urânia-SP.

| Dificuldades                                                      | Número    | (%)          |
|-------------------------------------------------------------------|-----------|--------------|
| Baixo preço dos produtos agrícolas                                | 18        | 28,6         |
| Falta de opções de venda                                          | 7         | 11,1         |
| Baixo preço dos produtos agrícolas e falta de opções de venda     | 6         | 9,5          |
| Baixo preço dos produtos agrícolas e risco de calote no pagamento | 5         | 7,9          |
| Más condições de pagamento                                        | 1         | 1,6          |
| Risco de calote no pagamento                                      | 4         | 6,3          |
| Risco de calote e más condições pagamento                         | 2         | 3,2          |
| Outros                                                            | 20        | 31,7         |
| <b>Total</b>                                                      | <b>63</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
Organizado pelo autor.

Nota-se que a menção ao baixo preço dos produtos agrícolas é apontada por 46% dos produtores, a falta de opções de venda por 20,6% deles e o risco de calote no pagamento por

14,2%, somando-se as respostas únicas como em repostas com mais de uma opção. Cerca de 31,7% deram outros tipos de resposta, como não encontrar dificuldades na comercialização, não comercializar produção, dentre outras.

O trecho de um depoimento do produtor abaixo mostra as condições desiguais nas relações comerciais dos agricultores com os atravessadores, e a dificuldade em reverter a situação.

O problema principal nosso, quando você vai na Agromec, você vai no supermercado, que (...) você fala? Você vai comprar um produto, quanto que eu tenho que pagar, não é? Qual é o preço disso aqui? Na roça o cara vem aqui e fala ó eu te pago tanto nessa laranja, ele não fala quanto você quer. (...) O agricultor de modo geral, o citricultor, é todo agricultor {que} não tem voz ativa pra isso aí, eu falo, eu quero tanto, não o cara chega e coloca o preço no seu produto, você não fala ó eu quero tanto, não o cara fala eu pago tanto e acabou, você não tem voz ativa pra isso aí, esse aí é o principal problema do agricultor hoje na roça (...) se você (...) não entregar ele chega ali no vizinho e o vizinho entrega (L.C.S, 56 anos).

As angustias do produtor descritas acima encontram respaldo na pesquisa feita pelo INCRA/FAO (2000). Dentre outros aspectos este estudo destaca o quanto é baixa a margem de lucro que os agricultores familiares obtém de sua produção. O estudo mostra que de cada R\$1,00 gerado na agricultura familiar, R\$0,18 acaba nas mãos de quem comercializa sementes, adubos e insumos, outros R\$0,70 para quem adquire e industrializa ou comercializa a produção e apenas R\$0,12 sobra para o agricultor.

O que se observa é que a renda obtida pelos produtores familiares não é tão baixa, pois muitos produtores usufruem de um bom nível de conforto em suas residências equiparando-se aos habitantes da cidade, mas os ganhos poderiam ser bem mais altos se eles tivessem participação maior no resultado final da venda dos produtos ao consumidor. Um caso exemplar disso é o do leite entregue aos laticínios, em certas épocas o preço do litro do produto chega a custar R\$0,30 enquanto que no supermercado custa em média a R\$1,50 (5 vezes o valor pago ao produtor). Além disso, os laticínios estão cada vez mais seletivos quanto ao tipo de produtor e com isso reduzem suas despesas, pois boa parte dos produtores entregam o leite já resfriado e em grande quantidade, essa exigência dos laticínios obrigam os produtores a adquirirem tanques resfriadores<sup>48</sup> dificultando assim a permanência de produtores menos capitalizados. Outro fato é que devido ao baixo lucro obtido por litro de leite produzido para auferir alguma renda é preciso produzir em grande quantidade, e para

---

<sup>48</sup> O que pode ocorrer também é os produtores adquirirem coletivamente o resfriador.

isso necessita-se ampliar e melhorar o plantel de vacas investindo na melhoria genética do rebanho, barrando mais uma vez a permanência do pequeno produtor descapitalizado.

Podemos observar na pesquisa de campo que, embora a comercialização da produção agrícola seja uma das principais dificuldades dos produtores familiares do município de Urânia, as estratégias de reprodução social não incluem ações no sentido de reverter esta situação, a exceção de alguns poucos produtores que também são feirantes e buscam comercializar a própria produção não há esforços no sentido de criar mecanismos para auferir maiores preços nos produtos agrícolas como, por exemplo, a organização em torno de uma cooperativa. E nem mesmo na aquisição de insumos em grande quantidade junto a distribuidores rebaixando o seu custo, ou até mesmo o compartilhamento de máquinas e equipamentos que poderiam reduzir assim os custos de produção e ampliar a margem de lucro. A única exceção fica por conta de uma pequena Associação Informal de Produtores de Caju, que também congrega produtores de outros municípios para a aquisição coletiva das “cumbucas” embalagens utilizadas para transportar e vender o produto, mas que na verdade é mais um grupo de produtores.

Em grande parte dos casos, as estratégias de manutenção na atividade agrícola empreendida pelos produtores familiares estão relacionadas ao tipo de cultura cultivado, a ampliação da área cultivada com frutíferas, ao emprego de tecnologia no intuito de ampliar a produtividade e a aquisição de terras. As decisões dos produtores são influenciadas por uma série de fatores que fogem apenas a esfera econômica. Além do nível de capitalização, a presença de filhos na unidade produtiva (levando em consideração a intenção destes em relação a permanência ou êxodo), a idade dos filhos e dos próprios produtores, a possibilidade de contração de financiamentos, perspectivas de comercialização da produção e rentabilidade presente e futura constituem-se ao lado de outros elementos, fatores decisivos na constituição de estratégias de permanência e sucessão na unidade produtiva.

Em relação ao tipo de cultura, os produtores optam por aquela que proporciona maior rendimento, como, por exemplo, a cultura da uva que pode ser desenvolvida em pequenas áreas demandando a mão-de-obra de várias pessoas durante todo o ano, ou também outras frutíferas como caju, atemóia, pinha, olerícolas como o milho verde, berinjela, jiló, pimentão, abóbora que proporcionam retorno financeiro elevado em comparação a outras culturas como o algodão, a soja, o milho para grão etc., por hectare. E juntamente com a uva, algumas dessas culturas exigem grande dispêndio de tempo e cuidados constituindo-se em uma opção para a pequena propriedade rural.

Eu tentei negócio de horta tanto jiló, essas coisas tudo berinjela, pimentão, pepino e eu não vi vantagem porque você não coloca preço na tuas coisa, eles pagam o que eles quer. Agora a uva não, você tirou qualidade tem como você brigar no preço, porque de vez em quando que comparador (...) tem oferta direta de preço, então é bem mais fácil, eu acho que {se} o cara tiver uma propriedade pequena ou grande que seja assim de 10 alqueires pra baixo, eu plantaria uva e laranja, que seria ideal rapaz, não precisa coisa melhor (M.A.I, 37 anos).

Nesse sentido, o componente espacial é decisivo na constituição das estratégias de permanência da produção familiar no município de Urânia, pois a pequena disponibilidade de terras que caracteriza grande parte dos produtores do município restringe o número de opções de culturas para cultivar e explica a redução na área ocupada de culturas como o algodão, por exemplo, que encontrou condições mais favoráveis (menor custo de produção) na região centro-oeste, pois a disposição de grandes áreas planas facilitou a mecanização, diminuindo os custos com mão-de-obra ao mesmo tempo em que possibilitou a expansão da área plantada, a disponibilidade de crédito de custeio (público e privado) eram melhores. Tudo isso proporcionou que essa região produzisse o produto a preços mais competitivos no mercado, inviabilizando as pequenas e médias áreas dos algodoads no município e na região de Jales. A especialização produtiva das regiões a qual Santos (1988) denomina este processo, que decorre da melhoria nos sistemas de transportes e possibilitou a interligação entre regiões ampliando os fluxos comerciais entre elas, o mercado amparado pelo Estado, a sociedade permeada pela técnica então se encarregaram de potencializar as especializações produtivas, alterando assim as configurações espaciais e reduzindo o caráter auto-suficiente de muitas regiões relativamente isoladas do ponto de vista da circulação de mercadorias e serviços. Este raciocínio em grande parte é válido para explicar a redução dos cafeeiros também, e sua transferência para o sul de Minas Gerais, e outras regiões do Brasil e para explicar porque a região de Jales tornou-se uma referência em relação a viticultura no Estado de São Paulo.

Aliado ao fato da viabilidade de certas culturas em pequenas áreas, o próprio financiamento disponibilizado nas agências bancárias, tanto o PRONAF como qualquer outro prioriza as atividades com relevância econômica do município e acabam induzindo no desenvolvimento de certas atividades.

É fato também que além da restrição fundiária e da viabilidade de culturas como a uva, a laranja, as olerícolas e as demais frutíferas em pequenas e médias áreas, a disseminação destas culturas está relacionada a aspectos locais e comunitários, configurando-se numa situação: “Se um planta e da certo, todo mundo planta”.

Quando perguntamos aos produtores o que é preciso fazer para ter bons rendimentos na propriedade? A resposta mais freqüente diz respeito ao investimento nos meios de produção e emprego de tecnologia no intuito de ampliar a área plantada reduzindo a utilização de mão-de-obra e aumentando a produtividade.

Primeiro de tudo é a gestão porque você tem que saber administrar o que você ganha e o que você gasta e investir em tecnologia (...) Hoje se a pessoa não empregar um pouco de tecnologia, você tem que ter, como é que fala produtividade alta, numa área pequena pra você reduzir custo pra sobrar alguma coisinha porque se não (...) que nem no nosso caso aqui, nós tiramos 250 litros de leite em 3 alqueires de terra, tem gente que tem 30 alqueire e não tira isso aí, então quer dizer, se você for ver a área que você têm, talvez você investe em tecnologia, então você consegue aumentar a produção, você gasta, só que sobra uma área. Hoje o nosso pasto se fosse solteiro e nós não tivesse esses piquete aí nós tínhamos que usar o sítio inteiro e ainda não dava conta, quer dizer, mas aí sobra um espaço pra gente plantar uma uva, sobra espaço pra nós plantar uma laranja. Você investe um pouquinho em tecnologia então você gasta, não é barato, só que você consegue diminuir um pouco o custo e consegue aumentar a produtividade (J.D., 40anos).

Pra ter melhoria, pra ter menos trabalho menos custo, menos mão-de-obra, como a gente tem bomba pequena, então você perde mais tempo, economizar tempo também (K.D.M, 37 anos).

As declarações dos produtores mostram que o elemento terra reduziu sua representatividade no processo de produção, comparando-se a época da cafeicultura, por exemplo, nos moldes que esta atividade era cultivada na região de Jales bastava preparar o solo e plantar as mudas de café até que elas comesçassem a produzir. Por outro lado, para cultivar grandes áreas de frutas tem que se ter a disposição trator e implementos agrícolas, no caso da uva é obrigatória a utilização de irrigação, e diferentemente do café além da mão-de-obra as culturas de frutas dão grandes despesas em insumos, defensivos agrícolas, manutenção de máquinas até o início da colheita. Dessa forma, a disponibilidade de capital é tão ou mais importante que a disponibilidade de terras para produzir, este novo padrão produtivo introduzido na região de Jales através do desenvolvimento da fruticultura explica o sentido de valorização do emprego de tecnologia enquanto estratégias de reprodução social empreendidas pelos produtores familiares pesquisados.

Com o intuito de compreender um pouco mais as estratégias dos produtores familiares, simulamos na pesquisa de campo o modo como eles utilizariam eventuais economias. Na tabela 27, abaixo, consta de forma sintética os resultados obtidos.

Veja que, boa parte dos produtores (28,6%) desejam continuar investindo nos meios de produção e na infra-estrutura da propriedade, seja por ações como a aquisição de

máquinas, implementos agrícolas, ampliação ou introdução de área irrigada, mas também em outras ações que não estão exclusivamente ligadas a produção como reforma da casa para usufruir de maior conforto. A ampliação da área plantada foi pouco citada entre os produtores, apenas 3,2%, o que pode estar relacionado a escassez e custo de mão-de-obra e a sobrecarga de trabalho de muitos produtores.

**Tabela 27.** Forma pela qual os produtores rurais pesquisados no município de Urânia-SP gostariam de utilizar com eventuais economias.

| Ações                                                                                                                | Número de produtores rurais | (%)  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|------|
| <b>Aquisição de mais terras</b>                                                                                      | 14                          | 22,2 |
| <b>Aquisição de mais terras em meios de produção e investimento fora agricultura</b>                                 | 2                           | 3,2  |
| <b>Ampliar a área plantada</b>                                                                                       | 2                           | 3,2  |
| <b>Aquisição de terras e investimento nos meios de produção</b>                                                      | 1                           | 1,6  |
| <b>Investimentos nos meios de produção e infra-estrutura da propriedade (máquinas, implementos, irrigação, etc.)</b> | 18                          | 28,6 |
| <b>Depositar na poupança</b>                                                                                         | 5                           | 7,9  |
| <b>Investimento fora da agricultura</b>                                                                              | 18                          | 28,6 |
| <b>Outros</b>                                                                                                        | 6                           | 9,5  |
| <b>Total</b>                                                                                                         | 63                          | 100  |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
 Organizado pelo autor.

A aquisição de terras ou de mais terras foi a terceira resposta mais apontadas pelos produtores familiares. Segundo Wanderley (1993) a terra possui três significados para os agricultores familiares, quais sejam: enquanto meio de produção, patrimônio da família e meio que assegura a subsistência da família, a tendência de maior valorização a terra é por parte dos indivíduos desprovidos dela ou que têm acesso precário a ela (através do arrendamento ou regime de parceria, por exemplo). E não por acaso todos os parceiros, que perfazem 7,9% do número total de produtores pesquisados afirmaram que gostariam de constituir sua propriedade.

O grande número de produtores que citaram que investiriam fora da agricultura (28,6%) representa o desejo de ter maior segurança e rentabilidade nos seus investimentos, é difícil identificar um perfil de produtor que escolheu essa opção, pois ela foi citada tanto por produtores relativamente capitalizados e bem sucedidos, como aqueles menos capitalizados que enfrentam mais dificuldades financeiras e também por produtores com idade mais avançada ou os mais jovens. O que em certa medida mostra uma insatisfação com a atividade por diferentes tipos de agricultores familiares.

### **6.5. As perspectivas de permanência dos jovens no espaço rural e o desafio em garantir a sucessão hereditária na agricultura familiar do município de Urânia**

A insatisfação e insegurança com a atividade agrícola, que envolve desde dificuldades na comercialização e baixa rentabilidade e os riscos de intempéries do tempo (excesso de chuvas, secas prolongadas, risco de chuva de granizo ou geada etc.), além da penosidade do trabalho agrícola têm feito os jovens do espaço rural do município de Urânia cada vez mais se distanciarem da unidade produtiva e muitas vezes do meio rural.

A permanência dos jovens no espaço rural tem sido uma das principais preocupações dos formuladores de políticas públicas, inicialmente na Europa e mais recentemente também no Brasil. Todavia, no país não há nenhuma ação institucional específica para conter a evasão dos jovens do campo. Um dos principais componentes responsáveis por essa problemática é a relutância dos jovens em dar continuidade na atividade de seus pais, ou seja, a não sucessão hereditária na agricultura familiar.

Atualmente uma das principais políticas públicas voltadas ao segmento da agricultura familiar é o PRONAF, no entanto, essa política de concessão de crédito rural pouco tem contribuído para assegurar a sucessão na agricultura familiar no município de Urânia. E diante das condições dos produtores familiares, não só os que entrevistamos no município de Urânia, mas de uma maneira geral, as políticas públicas deveriam conter ou abranger ações no sentido de contemplar outras dimensões como o combate a pobreza rural, a baixa geração de geração de renda, a formação profissional do agricultor, o estímulo a organização em torno de Associações e Cooperativas<sup>49</sup>.

No questionário incluímos uma questão sobre o papel desempenhado pelo PRONAF na manutenção dos jovens em atividades agropecuárias. Nossa intenção com essa questão foi avaliar em alguma medida as perspectivas no processo de sucessão da propriedade e a contribuição do programa para assegurar a continuidade das unidades produtivas familiares através da garantia da sucessão na agricultura familiar e apontar diretrizes de políticas públicas que contemplem todas as dimensões da agricultura familiar, como por exemplo: comercialização, geração de renda na pequena propriedade, e não apenas a necessidade de crédito rural subsidiado. As respostas dos produtores são apresentadas na tabela 28.

---

<sup>49</sup> Algumas dessas ações tem sido implementadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mas nenhum produtor entrevistado participa desse programa, o que não impede que no futuro esta política possa beneficiar os produtores familiares do município.

**Tabela 28.** Opinião dos produtores rurais pesquisados em relação ao papel do PRONAF na permanência dos jovens nas atividades agropecuárias no município de Urânia-SP.

| Garantia do PRONAF em relação a permanência dos jovens nas atividades agropecuárias * | Número de produtores rurais | (%)        |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|------------|
| <b>Sim</b>                                                                            | 20                          | 31,7       |
| <b>Não</b>                                                                            | 26                          | 41,3       |
| <b>Não conhece o programa</b>                                                         | 13                          | 20,6       |
| <b>Não sabe</b>                                                                       | 4                           | 6,3        |
| <b>Total</b>                                                                          | <b>63</b>                   | <b>100</b> |

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2010.  
Organizado pelo autor.

As opiniões são divididas entre os produtores que acreditam que o PRONAF pode de alguma forma garantir a permanência dos jovens em atividades agropecuárias e os que são céticos em relação a isso, perfazendo 31,7% e 41,3% do número de produtores pesquisados, respectivamente. Enquanto que, 20,6% dos produtores não conhecem o programa e 6,3% não sabem. De um modo geral, para os produtores que acreditam na possibilidade do programa em garantir a permanência dos jovens em atividades agropecuárias apontam a possibilidade de iniciar um negócio (formar uma parreira de uva, um pomar de laranja etc.), principalmente por meio da modalidade investimento. A declaração de um produtor abaixo vai neste sentido e também faz a alusão à “profissionalização” do agricultor como elemento na permanência na atividade agrícola.

Eu acredito que sim, porque quem é da agricultura, e porque hoje na agricultura, se você tiver meios para trabalhar, você tem uma vida, eu acho que uma vida bem mais gostosa que na cidade, tranqüilo. Você come bem, dá pra você comer bem, beber bem, vestir bem, ter carro, toda mordomia que você tem na cidade, ar condicionado, computador. (...) Tem que saber trabalhar, tem que saber investir o dinheiro, não é você pegar o dinheiro esparramar ele, depois você não junta mais (M.A.I, 37 anos).

Em relação às limitações do PRONAF em garantir a permanência dos jovens em atividades agropecuárias as considerações dos produtores vão no sentido do programa não contempla as várias dificuldades como por exemplo a baixa rentabilidade decorrentes dos baixos preços dos produtos agrícolas, que desestimulam a permanência dos jovens em atividades agropecuárias.

PRONAF não garante jovens na agricultura não, o que garante jovens na agricultura é ele não estudar, aí ele não tem o que fazer, aí ele fica na roça...os que estuda e sobra alguma coisa ele pode até trabalhar na roça, mas ele se forma pra Agrônomo pra técnico de agricultura essas coisa assim, porque jovem (...) trabalhando na roça o PRONAF não garante não, pode até garantir se eles muda o sistema de trabalhar do PRONAF pode até garantir, mas eu acho que até hoje, eu não acredito não (A.T, 53 anos).

Eu acho que não, pelo preço do produto que a pessoa tira não compensa, eu acho que não. Não tem mais segurança o preço das coisas. O que adianta solta dinheiro, cadê o preço mínimo do leite, cadê o preço mínimo da laranja. Hoje num têm mais preço mínimo que compensa. O milho não adianta planta que no Mato Grosso, os meus irmãos têm propriedade lá grande e eles toca propriedade lá também e a gente sabe que a gente não concorre nem milho, nem soja, nem feijão lá pro norte tem muito, no Paraná têm muito, arroz tem lá no Sul. Então aqui nessa região nossa é só fruta e verdura do contrário, mais é verdura né, mais é verdura. Então eu acho que se tivesse um preço (...) aqui hoje tá assim a lei da oferta, não têm preço (...). O governo, do modo é do outro não é emprestar, não emprestar o dinheiro pra você, você planta aquilo lá e na hora de vender (...) você vai vender pra quem? Se você gasta R\$2,00 pra produzir uma caixa e vende a R\$1,00 aí não vira, não funciona. O incentivo de preço não existe no governo (J.C.O, 72 anos).

Os dois depoimentos apresentados, em especial o último tocam em questões cruciais que envolvem a permanência dos jovens no espaço rural, que é a baixa geração de renda na pequena propriedade rural ocasionada principalmente pela manutenção dos baixos preços dos produtos agrícolas. No segundo depoimento pode-se perceber que as ações do PRONAF são insuficientes para promover diretamente a geração de renda, pois esta envolve questões ligadas a comercialização dos produtos agrícolas e a apropriação da renda da terra pelo capital comercial. Ou seja, apenas a concessão de crédito não tem se mostrado suficiente para viabilizar a agricultura familiar, sendo necessária articular essa ação com a implementação de políticas distributivistas no campo e canais de comercialização especiais para os agricultores familiares (HESPANHOL, 2008). A reorientação das políticas públicas, colocando em pauta estes elementos proporcionaria melhores condições aos produtores familiares do município de Urânia e serviria como estímulo a permanência dos jovens no espaço rural garantindo a sucessão na agricultura familiar.

A permanência dos jovens no espaço rural e sucessão hereditária na agricultura familiar também dependem de outras questões como a desvalorização social dos agricultores a penosidade do trabalho que leva muitos jovens a procurarem alternativas fora do meio rural, além da precariedade ou distância de alguns serviços básicos (educação, saúde, meios de transportes, etc.) comprometendo assim a sucessão hereditária das propriedades, gerando envelhecimento da população rural (HESPANHOL, 2008).

O desafio da sucessão da agricultura familiar remete as dificuldades presentes de permanência na atividade agrícola e faz com que os próprios pais estimulem os filhos a procurarem alternativas de sobrevivência fora da agricultura.

Pra mim não tem outro jeito porque meu fim é esse mesmo agora. Ah é um serviço muito bruto, muito escravo, principalmente os meus meninos,

mesmo eu, falei caça outro jeito, não fica aqui não, deixa pra mim toma outro rumo (P.M, 54 anos).

Boa parte dos produtores pesquisados argumentam que a idade avançada e a baixa qualificação os impede de desenvolver outra atividade que não a agrícola, e é apenas por isso que suas pretensões são de permanecer na zona rural, mas como pode ser visto no trecho de depoimento acima, o estímulo para que os filhos procurem alternativas de inserção profissional que não seja a agricultura e trilhe caminhos diferentes do os seus é constante entre os produtores.

Silvestro et all (2001) realizaram um estudo com 116 famílias rurais na porção oeste de Santa Catarina (onde as unidades familiares são expressivas). E segundo os autores nas últimas décadas o perfil do sucessor da unidade produtiva familiar é do herdeiro com menos escolaridade (geralmente do sexo masculino), que por sua vez está menos apto a desenvolver atividades urbanas. Percebe-se que muito menos por vocação e muito mais por condição é que os jovens permanecem na atividade agropecuária, o que compromete o desempenho do profissional da agricultura, sua capacidade de organização etc. A constatação dos pesquisadores vão de encontro a afirmação contida no depoimento do produtor (A.T, 53 anos) acima, em que a permanência dos jovens em atividades agropecuárias está relacionadas as opções de trabalho e inserção profissional disponíveis, e segundo ele a última a ser escolhida é a agricultura.

Os pesquisadores identificaram que 69% dos rapazes e 32% das moças desejam permanecer na atividade agrícola familiar, mas devido a baixa rentabilidade na atividade agrícola, áreas muito reduzidas etc., a maior parte deles não pretende continuar com a atividade dos pais. Uma das proposições de políticas públicas que os pesquisadores fazem é o investimento na formação profissional de jovens agricultores, e aí inclui tornar a unidade produtiva viável economicamente, a educação e a informatização dos jovens agricultores.

Mas, o desafio maior está em que o façam em condições de qualidade que lhes permitam tanto capacidade de gestão para o trabalho em uma propriedade familiar, como a possibilidade de enfrentar os desafios de inserção fora da profissão agrícola (SILVESTRO *et all*, 2001, p. 110).

Dentre os produtores familiares pesquisados o que se constata é que as únicas possibilidades do jovem optar pelo exercício da profissão de agricultor são em situações em que há profissionalização da atividade que possibilita auferir uma rentabilidade que se equipare aos salários que iriam receber se estivessem na cidade.

Porque se tiver renda e o jovem tiver dinheiro na mão ele fica até. Mas do jeito que está aqui, ele vê o pai camelando, {no} terceiro colegial ele está

pensando meu pai pensa que eu vou ficar aqui e ele tá pensando lá na frente (L.C, 51 anos).

Nesse sentido é interessante a opinião do técnico que também é chefe da Casa da Agricultura do município de Urânia. Ele tem experiência em extensão rural em outros municípios da região de Jales e considera que há estreita relação entre profissionalização e sucessão dos jovens na propriedade rural. Em seu depoimento ele afirma que:

A partir do momento em que o produtor começa a se profissionalizar, começar a fazer as coisas dentro de técnicas adequadas, começa a ter melhores condições de trabalho. Aí o jovem também começa a se adequar a essas condições de trabalho e aí a permanecer no campo, porque eu acredito assim, que o jovem quando ele sai lá do sítio e vai embora pra cidade, ele não faz isso por que ele quer, depende até por curiosidade. Ah vou morar um ano lá na cidade vê o que (...) vira, as vezes pode até acontecer, mas se ele tiver condições de trabalho, condições de qualidade de vida e tudo, muitos jovens vão permanecer no campo. Então pra isso depende da mudança que precisa ter que é a profissionalização do agricultor. A gente conhece aí muitos jovens que continuam na agricultura, então prosseguindo aí, e esses jovens que a gente conhece adotam uma postura nova de trabalhar, dentro de técnicas, dentro de um sistema profissionalizado, porque pra ele continuar fazendo aquilo que o pai dele fazia, que o avô fazia e tal, ele mesmo já percebe que não funciona. Sabe, como o pessoal costuma dizer: Amarrar a vaca e ir pra tirar três quatro litros de leite não vira. Se ele vai produzir leite, ele tem que ter um gado de um bom padrão, ele tem que tratar desse gado corretamente pra poder produzir bem. Então, a permanência do jovem depende muito dessa profissionalização da atividade.

A profissionalização do agricultor a qual se refere o técnico chefe da Casa da Agricultura envolve uma série de elementos. Em nossa visão a profissionalização do agricultor refere-se a gestão racional da unidade produtiva, incluindo aí a realização de investimentos em culturas ou atividades com perspectivas de mercado e retorno financeiro, tendo em vista a sua capacidade de investimento em tecnologia para evitar riscos de desperdiçar recursos financeiros e perder o patrimônio ou parte dele devido a contração de financiamentos altos. É essencial a realização do balanço entre a renda bruta e líquida para contabilizar os lucros ou prejuízos na unidade produtiva e avaliar o desempenho econômico das atividades e orientar os investimentos futuros. Isso deve ser consorciado com técnicas de cultivo apropriadas com o objetivo de extrair o máximo de produção e, conseqüentemente, renda das atividades produtivas, o que envolve noções dos tratamentos culturais, que é obtido através do conhecimento prático obtido no dia a dia de trabalho e da orientação técnica.

Salvo críticas ou elogios, estes requisitos se tornaram obrigatórios para os agricultores familiares continuarem exercendo a profissão na medida em que eles se tornaram mais integrados ao mercado, principalmente a indústria a montante e do atravessador. Se por um

lado a modernização da unidade produtiva apresentou-se como uma alternativa para permanência na atividade, por outro fez com que se tornassem muito mais dependentes da indústria a montante. É lógico também que há produtores que não se profissionalizaram e continuam desenvolvendo atividades agropecuárias nos moldes tradicionais, mas nestes casos as rendas provenientes de aposentadorias e pensões ou atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva são representativas e em muitos casos maiores que as rendas agrícolas.

Corroborando a afirmação do técnico sobre a relação entre a permanência dos jovens e profissionalização da atividade, os próprios jovens que também são produtores ao responderem: Se os jovens de hoje se sentem pouco estimulados a permanecerem na zona rural? (uma das questões do questionário, vide em anexo) avaliam a necessidade de profissionalização como um elemento na geração de renda na propriedade rural e decisivo para permanência ou saída da unidade produtiva. No primeiro depoimento o produtor aponta as vantagens do trabalho na cidade em comparação ao campo e a necessidade do emprego de tecnologia na produção e o segundo faz referencia a ineficiência do modelo de produção agropecuária tradicional para geração de renda na propriedade e consequentemente desestímulo a permanência na unidade produtiva. Veja abaixo trechos de declarações.

Eu acho que sente viú, porque você vai pra cidade você tem o salário fixo, se você tem um emprego, você sabe que você recebe, faça chuva ou faça sol e aqui no sítio hoje se o cara não tiver um pedaço de terra pra plantar, se não tiver dinheiro pra investir também igual irrigação, mecanização não ganha nada não (F.B, 23 anos).

Ah, acredito que sim devido (...) a dificuldade que os pais passam, a maioria dos agricultores hoje, você tira poucos aí que tem uma boa renda da agricultura, um pouco talvez falta um pouco de inteligência, as pessoas vive muito naquele tempo antepassado, muita gente eu falo, e hoje é diferente, têm que ser diferente (W.U, 28 anos).

Outra alternativa dos jovens para permanecer no campo e dar prosseguimento ao trabalho na unidade produtiva é a inserção no mercado de trabalho não agrícola local ou próximo, e através dessa inserção tornar-se um individuo pluriativo. Todavia, a dupla-atividade conforme constatamos na pesquisa de campo não é uma opção espontânea e sim uma ação condicionada pela baixa rentabilidade obtida na propriedade, pois nos dois casos que estamos mencionando, os filhos desenvolvem atividades externas a unidade produtiva por causa da baixa rentabilidade obtida na propriedade conforme informações prestadas pelos seus pais.

A permanência dos jovens no espaço rural e a sucessão na agricultura familiar dependem de uma série de fatores, que vão desde o desejo dos próprios jovens, que mesmo

obtendo renda satisfatória na unidade produtiva pode muito bem não se identificar e não ter apreço pela atividade agrícola, este é um condicionante interno, até a condições externas, como por exemplo, o jovem que gostaria de exercer a profissão de agricultor, mas que devido a renda insuficiente é obrigado a deixar a unidade produtiva. Nesse sentido, a profissionalização do agricultor por mais dependência do mercado que possa gerar é um elemento essencial para que os jovens permaneçam na atividade e que seus pais os apoiem nessa decisão, pois a profissionalização é que tem se mostrado como um dos poucos elementos capazes de fomentar a geração de renda na propriedade rural entre os produtores familiares pesquisados. Não é apenas de exemplos de pais que não desejam que os filhos sejam agricultores que ocorre entre os produtores familiares, há aqueles que acreditam ser possível ter uma vida digna na profissão.

Eu acho que a agricultura é uma coisa boa pro cara trabalhar e se você pega uma agricultura boa, uma parreira, uma laranja bem tocadinha dá uma renda boa no final do ano e não precisa sair pra longe pra trabalhar, menos risco de vida, eu enxergo assim (F.D.F, 39 anos).

Mas, o fato é que é unanimidade entre os produtores pesquisados se sentem pouco estimulados a permanecer no campo. Na pesquisa de campo encontramos apenas cinco produtores (7,9%) com idade inferior a 30 anos que trabalham e administram a propriedade ou parte dela, um exerce atividade não-agrícola e sua mãe é a proprietária, mas que devido a sua idade avançada ele juntamente com os irmãos são responsáveis pelo gerenciamento da pequena propriedade onde possuem algumas poucas cabeças de gado, outro que por ter perdido seu emprego na cidade de Jales tem tentado extrair alguma renda no sítio para pagar o restante do curso superior que está cursando e que afirma estar ali temporariamente e igualmente ao primeiro caso citado não tem pretensões de exercer a profissão de agricultor. Por outro lado os outros três produtores, dois deles já casados e com filhos verifica-se um nítido gosto pela atividade, sendo que dois deles já desenvolveram atividades urbanas, mas voltaram para a atividade agrícola pelo fato de conseguirem equiparar a renda obtida em atividades agrícolas ao salário de suas atividades urbanas, um deles é parceiro e dos outros dois, um trabalha na propriedade paterna e outro trabalha em uma propriedade do sogro e ambos contaram com o apoio destes em suas atividades, seja através da concessão gratuita da terra para a exploração agropecuária, concessão de máquinas e implementos e até mesmo o apoio moral, observa-se que eles apresentam expressivo progresso econômico na unidade produtiva e estão bastante entusiasmados com sua escolha. Relatamos a trajetória desses jovens agricultores, porque eles servem de parâmetros para a elaboração de políticas públicas

específicas para a permanência dos jovens no campo e garantia no processo de sucessão na agricultura familiar. É essencial que futuras políticas de apoio aos jovens agricultores priorizem aqueles que gostam da atividade e que na terra desejam permanecer conforme apontou Silvestro et al (2001).

O futuro capital social nos espaços rurais não só do município de Urânia, mas de outras regiões dependem em grande parte da permanência dos jovens, que minoritariamente estão dando continuidade no processo de sucessão na agricultura familiar. O êxodo dos jovens, não só do espaço rural, mas também das pequenas cidades da região de Jales aliadas as altas taxas de envelhecimento é uma das principais problemáticas identificadas por Nardoque (2007). Tais fatos só vem a dar respaldo para a emergência na implementação de políticas públicas que ofereçam oportunidades e valorizem o jovem agricultor.

#### **6.6. A organização social rural no município de Urânia-SP: trajetória, perspectivas e o desafio da participação e envolvimento dos produtores familiares**

Neste item, nosso propósito é relatar a constituição e funcionamento das entidades de representação dos produtores familiares no município de Urânia enquanto uma ferramenta no enfrentamento das dificuldades dos produtores familiares do município, e o seu papel na cobrança e proposição de ações para o seu segmento. Ao mesmo tempo em que procuramos interpretar os pontos positivos e as limitações das ações e mobilizações empreendidas pelas associações de produtores rurais no município e apontar caminhos para o fortalecimento dessas entidades, e o papel estratégico que elas podem desempenhar junto aos produtores familiares do município.

Dessa forma, nossas observações recaem sobre as Associações de Bairro do município, quais sejam: Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural do Córrego Comprido e Santa Terezinha, Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural do Córrego do Manoel Baiano, Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural dos Três Córregos e a Central das Associações do Município de Urânia (CAMU), além do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Além das associações mencionadas, existem no município duas associações informais, uma em que os produtores adquirem coletivamente embalagens para o caju e outra em que os produtores dividem os custos da energia elétrica do tanque de expansão cedido por um

laticínio e o transporte do leite até o tanque de expansão. Essas associações não fazem parte de nossa investigação, pois não constituem firma jurídica.

### **6.6.1. O surgimento das Associações de produtores rurais**

A formação de Associações de produtores rurais generalizou-se na década de 1980, no momento em que o país vivenciava gradativa abertura política e grande mobilização popular, ou seja, uma conjuntura favorável ao surgimento de organizações de representação da sociedade civil, que outrora não eram permitidas. A postura do Estado intervencionista que caracteriza o período do regime militar é vista como retrograda, e responsável pela ampliação das desigualdades econômicas e sociais, inclusive no campo, por meio da “modernização conservadora”. Nesse sentido, busca-se novas formas na relação entre Estado e Sociedade, priorizando o fortalecimento da sociedade civil através da gestão democrática. Desse modo, não demorou para que:

A tônica participativa, trazida das hostes do Banco Mundial, e incorporada ao discurso técnico e das lideranças populares, é fortemente assimilada no campo, colocando em destaque e valorizando a expressão de interesses de classe por meio de entidades representativas (COSTA; RIBEIRO, 2001, p. 2).

Toda essa ebulição das organizações de classe refletiu num movimento em torno de entidades de representação dos agricultores familiares, aliado a toda movimentação política fora e dentro do campo do final da década de 1980. No plano das políticas agrícolas o cenário era de redução do crédito agrícola, inclusive para os pequenos produtores rurais e abertura do mercado interno, que em muitos casos foi prejudicial para os agricultores brasileiros devido ao preço mais baixo que alguns produtos eram importados em comparação aos similares nacionais. O associativismo é uma dentre as várias formas de representação dos agricultores familiares que resultou deste movimento.

#### **O movimento em torno de organizações de representação da agricultura familiar**

(...) têm em comum a preocupação em relação a temas como a obtenção de crédito agrícola, a melhoria de condições de produção e comercialização, problemas que ganharam espaço à medida que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia definitivamente a situação precária de grande parte dos lavradores no país (PINHEIRO, 2001, p. 339).

A emergência das organizações dos agricultores familiares ocorreu simultaneamente a valorização do poder local e a reavaliação de suas incumbências, comunidade e participação eram as noções que norteavam a mobilização popular, colocando em pauta a descentralização

política. Nesse sentido, o objetivo das associações de produtores rurais era ter maior abrangência principalmente junto as instâncias de governo mais próximas, em especial as prefeituras, em seu interior as associações baseavam-se num novo modelo participação (democracia participativa) (PINHEIRO, 2001).

A mobilização dos agricultores familiares em torno das associações teve participação decisiva de outros atores sob a função de *mediadores* deste processo, que foram os técnicos de extensão rural, agentes pastorais ligados a Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) e sindicalistas. Devido a suas formações e perfis destacadamente distintos as organizações dos agricultores familiares tiveram influencias desde a problemas cotidianos como a escala de produção veiculada pelos técnicos extensionistas até a alterações nas relações capital/trabalho defendidas pelas CEBs e sindicalistas (PINHEIRO, 2001).

#### **6.6.2. A gênese das Associações dos produtores familiares no município de Urânia-SP**

No município de Urânia as primeiras e a maior parte das associações de produtores rurais surgiram no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Segundo informações colhidas na época a SAA concedia tratores e implementos agrícolas as organizações de produtores rurais do Estado de São Paulo, no município como não havia associações, elas foram criadas para estarem habilitado a receber tais máquinas.

Trata-se de organizações que englobavam produtores de um ou dois bairros rurais, portanto trata-se de “associações de bairro”, quais sejam: Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural do Córrego Comprido (Associação do Córrego Comprido), Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural Manoel Baiano (Associação do Manoel Baiano) e Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural do Córrego do Jataí (Associação do Jataí). No ano de 1991 foi criada a CAMU no intuito de centralizar as demandas dos produtores rurais das associações de bairro em torno de uma única associação, uma associação central.

Portanto, após a sua criação a CAMU passou a englobar todas as associações de bairro do município e dos distritos de Santa Salete e Aspásia, onde os produtores dos respectivos distritos e hoje municípios também constituíram associações circunscritas a um ou dois bairros para o recebimento de máquinas. Depois de alguns anos algumas delas foram desfeitas até antes da emancipação políticas dos distritos, quando deixaram de integrar de vez a CAMU.

A concessão de máquinas por parte do governo estadual eram transformados em eventos políticos locais, contando até com a participação de políticos regionais, como mostram as figuras 4 e 5. A figura 4 refere-se a concessão de máquinas a Associação do Desenvolvimento Comunitário do Córrego Comprido. Das pessoas que estão representadas na fotografia, o primeiro, o terceiro de camisa amarela, o quarto e o quinto da esquerda para a direita, respectivamente eram o então deputado federal Roberto Valle Rollemberg, ex-prefeito de Jales já falecido, o então deputado estadual Edinho Araújo (ex-prefeito de Santa Fé do Sul e de São José do Rio Preto, e deputado federal por vários mandatos), o delegado agrícola, o que hoje equivale a condição de diretor do EDR de Jales Antônio Carlos Severino de Passos Freitas e o ex-prefeito do município de Urânia Augusto Vitorelli Garcia reunidos em uma igreja do bairro Córrego Comprido.

A Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural dos Três Córregos (Associação dos Três Córregos) foi fundada um pouco mais tarde que as demais, no ano de 1993, segundo seu presidente foi criada com o intuito de criar um espaço para discussão das dificuldades comuns dos produtores associados e possivelmente reivindicar ações junto ao poder local e até mesmo de outras esferas de governo. Mas, nesta associação também os produtores receberam da prefeitura do município uma calcareadeira.

Em relação a dimensão e a participação dos associados nas associações do município a CAMU congrega 85 produtores associados, o produtor filiado a associações de bairro automaticamente integra a CAMU. O presidente da Associação do Córrego Comprido não soube informar o número de associados, enquanto que os presidentes das Associações do Manoel Baiano, Três Córregos e Jataí afirmaram sem muita precisão que cada uma delas engloba 8, 12 e 15 produtores, respectivamente. Provavelmente os presidentes dessas associações devem se referir aos participantes mais ativos, que vão com relativa regularidade as reuniões, porque muitos produtores devem ter registro nessas associações, mas não participam há anos, o que explica o número relativamente grande de associados da CAMU.

O que se observa é que em maior ou menor grau, na formação das associações prevalece o caráter formal, ou seja, foram induzidas direta ou indiretamente por ações governamentais a se constituírem. O problema das organizações induzidas é que após as ações do Estado elas se desfazem, não foi esse o caso da CAMU, que como veremos a seguir pleiteou recursos junto a órgãos diferenciados (públicos ou privados), ou seja, teve iniciativa, embora que nem sempre os projetos foram executados.



**Figura 4.** Cerimônia para doação de máquinas para a Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural do Córrego Comprido no ano de 1989.

Fonte: CAMU (Outubro de 1989).



**Figura 5.** Doação de implemento agrícola para a Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural do Córrego do Jataí no dia 30/10/1989.

Fonte: CAMU (Outubro de 1989).

### 6.6.3. As principais ações, mobilizações e os projetos das Associações

A atuação das Associações de bairro e mesmo a CAMU que é a mais expressiva tem sido pontuais, o que não tira o seu caráter extremamente positivo. Esforços e mobilizações foram e tem sido feitos para contornar as dificuldades dos produtores familiares, embora que nem sempre no sentido de solucionar os problemas mais prioritários a nosso ver.

Em nenhuma das associações de bairro houve ações implementadas no sentido de tentar resolver os problemas enfrentados na comercialização da produção, embora mobilizações tenham sido feitas. Com muita dificuldade a CAMU conseguiu uma vez adquirir coletivamente calcário segundo um de seus ex-presidentes.

Após a concessão das máquinas, poucos avanços foram dados na Associação do Córrego Comprido, em que o sucateamento da máquina forrageira recebida do governo do Estado, fez com que os produtores se organizassem e adquirissem outra máquina, posteriormente eles criaram um caixa e todo mês pagam uma taxa, com os recursos auferidos eles compraram uma nova máquina forrageira. Na Associação do Manoel Baiano não houve nenhuma aquisição de implementos agrícolas após a doação de máquinas para a associação, alguns produtores adquiriram coletivamente uma tanque de expansão (resfriador) para gelar o leite, mas esteve circunscrita há apenas três produtores e não foi comprada em nome da associação.

No caso da Associação dos Três Córregos após o recebimento de implemento agrícola da prefeitura, posteriormente os produtores se organizaram e adquiriram coletivamente equipamentos agrícolas, que eram específicos para a viticultura, mas com o aprimoramento das técnicas de cultivo da videira na região e no município e o sucateamento destes equipamentos, boa parte deles não são mais utilizados.

Na Associação do Jataí, os produtores receberam uma calcareadeira, que mostra a cerimônia de entrega de tal implemento. O bairro do Córrego do Jataí se insere nos limites dos municípios de Urânia e Jales e é o berço da viticultura regional. Neste bairro devido a concentração de videiras plantadas, houve grande redução da vazão de água do Córrego do Jataí, que dá nome ao bairro, assim um dos motivos da manutenção da associação foi no sentido de junto com a CAMU viabilizar soluções para o problema da falta de água (veja as figuras 8 e 9, mais adiante). Nessa associação as mobilizações dos produtores também foram no sentido de criar uma sede que abrigasse os eventos comunitários como quermesses, festas de casamento e de aniversário voltadas para a comunidade rural, além de ser espaço para palestras e reuniões que envolvem os produtores rurais deste bairro. Desse modo, muitos produtores que não eram associados a Associação do Jataí e CAMU contribuíram nessa empreitada.

Nota-se que apesar de poucas ações concretas terem sido implementadas, expressivas mobilizações já foram e tem sido feitas em prol das associações, em especial da CAMU. Dentre elas, destaca-se o esforço realizado para a construção de sua sede, saldar despesas e

dividas<sup>50</sup>, e que também serviu para a aquisição e reformas de alguns implementos agrícolas por meio da realização de quermesses, rifas e pressão a política junto ao prefeito do município<sup>51</sup>. Veja a figura 6.



**Figura 6.** Quermesse em prol da construção da sede da CAMU.

Fonte: CAMU (1999).

O Sr. Pedro narra com riqueza de detalhes a mobilização dos produtores para a construção da sede da CAMU no trecho do depoimento extraído, abaixo.

Primeiramente a gente baixou na casa do prefeito, que era o Vitoreli, e ele não acreditava que a gente ia dar conta de fazer o nosso prédio próprio, estrutura própria, porque desde ela se criou vivia em prédio de aluguel que a prefeitura pagava, aí até que foi uma época em que ficou quatro organizações num prédio, ali onde que é o Supermercado Pigari, e não tinha divisória, era uma baderna sabe, você ia conversar com um não tinha privacidade, porque a outra conversava lá mais alto e o salão dava eco. A gente tinha a opção de outros terrenos para fazer a nossa sede, só que a gente nunca tinha conseguido, o primeiro terreno que a prefeitura doou para nós é ali onde está o escritório do Fernandinho Dentista, só que foi para a câmara e tinha um prazo para construir, se não construísse o terreno voltava para a prefeitura. E aí depois disso nem o Vitorelli acreditava que nós estávamos dispostos a construir a sede, aí nós abaixamo lá na casa dele, e nós estávamos em cinco pessoas, juntamos de noite aqui em frente ao almoxarifado da prefeitura e nós combinamos de ir lá na casa dele, e eu lembro até hoje que o Carlão Morandim estava com nós aí, ele participava bastante da CAMU na época. Aí o Carlão falou assim: oh Zé, nós só saímos daqui hoje a hora que você falar o terreno que você vai doar pra nós e você vai falar onde que é. Aí ele ficou encurralado, aí não teve jeito, aí ele doou

<sup>50</sup> As associações contraíram essas dividas em função da criação de novos impostos dos quais os produtores não sabiam.

<sup>51</sup> Além disso a CAMU auxiliou na organização de eventos voltados para a comunidade, como a extinta Festa da Uva, veja em anexos as figuras.

esse terreno que era da prefeitura, e ele falou assim: oh, só que eu não tenho mão-de-obra pra ajudar vocês a única coisa que eu posso ajudar vocês eu dō o terreno e mais pra frente eu dou o material da hidráulica, parte elétrica, e nós falamos, ah ta bom. Aí nós pegamos um associado que tinha tijolo, que era o Néelson Hiugo, ele tinha acabado de construir a casa dele lá no Sítio, e sobrou tijolo pó de mico, e aí nós trocamos por serviço, ele não tinha trator, o trator ia lá e trabalhava ele pos um preço e nós trocamos, fizemos campanha com os associados por cimento e cal, pedimos doação e levantamos. Aí levantamos essa frente, os dois banheiros e a sala de reuniões e entramos aqui, fizemos a inauguração com essa placa que esta aí na frente, aí entramos fizemos essa cozinha, fez um depósito ali de semente, aí depois o barracão ali no fundo, foi eu que fiz também, corri atrás de recursos e também consegui. E está essa estrutura hoje, agora recentemente nos reformamos ela final do ano agora {2009}, porque estava bem feio o prédio, aí foi uma parceria, nós compramos o material e a prefeitura forneceu pra nós o pedreiro.

A CAMU atualmente desenvolve apenas serviços de patrulha agrícola, que é a prestação de serviços tratorizados a preços mais baixos que os de mercado aos produtores associados, mas também presta esta serviços a produtores que são vinculados a associação, só que com valores mais elevados. Em relação ao parque de máquinas da CAMU, ela dispõe de três tratores um deles com tração nas quatro rodas, e implementos agrícolas, quais sejam: dois arados, duas grades (um delas modelo Roma, com maior capacidade de trabalho), uma ensiladeira, uma carreta de quatro rodas, um terraceador, uma plantadeira e um tanque pulverizador com capacidade para 2.000 litros de água. Alguns desses equipamentos foram obtidos por meio de pedidos junto a políticos regionais, ou de fora da região, como por exemplo, para o ex-secretário da SAA e ex-Deputado Federal Francisco Graziano Neto popularmente conhecido como Xico Graziano, o ex deputado estadual Édson Gomes, dentre outros políticos. Sobre a infra-estrutura da CAMU não podemos deixar de mencionar, a sua sede (figura 7), que boas instalações com escritório, sala de reuniões, cozinha e banheiro e estrutura coberta para guardar as máquinas e implementos agrícolas.

O que se constata é que atualmente a CAMU desenvolve ações bem tímidas, pois os produtores que utilizam os serviços da patrulha agrícola são aqueles que plantam culturas temporárias como o milho seja destinado para silagem, ou para grão, ou produtores que desejam reformas suas pastagens, dentre outros. E como boa parte dos produtores são fruticultores, e muitos dos que não são já dispõe de máquinas e implementos como a ensiladeira para fazer a silagem, a atuação da associação acaba sendo um pouco restrita tanto no que se refere ao número de produtores beneficiados, como pela natureza das ações

desenvolvidas. Todavia, num passado recente experiências muito positivas foram viabilizadas pela CAMU.

No ano de 1997 a CAMU enviou um projeto ao Comitê de Bacia Hidráulica do Turvo/Grande requisitando um levantamento da situação hídrica do Córrego do Jataí e Córrego Comprido, que dão nome aos respectivos bairros rurais, do qual a CAMU e os produtores se preocupavam, pois os níveis baixíssimos que a vazão destes córregos atingiu em determinados trechos isso poderia comprometer o desenvolvimento e expansão do cultivo de videiras e até mesmo de outras culturas. A realização do levantamento foi feita por técnicos do Centro Tecnológico de Hidráulica do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e os resultados foram apresentados aos produtores no dia 1º de maio de 1999 na Câmara Municipal do município de Urânia com a presença de 150 produtores rurais, segundo o Jornal de Jales que cobriu esta cerimônia, que é representada na figura 8.



**Figura 7.** Sede da CAMU.  
Fonte: CAMU (2001).

Os resultados do levantamento foram muito úteis para os produtores, pois apontou para a racionalização do uso de água, impactando na redução dos custos de produção. Conforme salienta o técnico Paulo Romera, que coordenou o estudo em entrevista concedida ao Jornal de Jales.

No Jataí, por exemplo, o consumo corresponde a 4,3 litros de água para cada metro de área irrigada, quando que o adequado para a uva seria apenas 2,2 litros. Ou seja, o produtor está colocando quase 100% de água a mais do que o necessário (Jornal de Jales, 09 de maio de 1999, páginas 1 e 16).

A partir desta constatação

Os técnicos elaboram uma lista com pelo menos 12 problemas que o excesso de água causa. Por exemplo, jogar água mais do que se precisa, representa maior custo com energia elétrica, já que a bomba fica ligada mais tempo; água demais na planta facilita a proliferação de fungos e isso faz com que o produtor precise gastar mais com fungicida, a água em excesso, que o solo não consegue absorver, leva embora os nutrientes da terra e isso significa maior gasto com adubos para recompor os nutrientes que foram carregados. Isso, só para citar alguns. (Jornal de Jales, 09 de maio de 1999, páginas 1 e 16)<sup>52</sup>.



**Figura 8.** Cerimônia de apresentação dos resultados do levantamento da situação hídrica nos Córregos do Jataí e Comprido.

Fonte: <<http://www.agr.feis.unesp.br/mal-uso.htm>>.

A experiência e os bons resultados e repercussão obtidos pelo levantamento da situação hídrica dos Córregos do Jataí e Comprido, abriu novas oportunidades de parcerias e projetos entre a CAMU e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Turvo/Grande, e que veio a trazer benefícios a vários produtores associados e não associados fez com que a CAMU no ano de 1999 viabilizasse mais um projeto em parceria com o Comitê de Bacia do Turvo/Grande. Veja a figura abaixo.

A figura 9 que representa a matéria do Jornal Folha Regional sediado no município de Santo Fé do Sul, aborda o papel desempenhado pela CAMU na viabilização de serviços para

<sup>52</sup> Ambas as notícias estão disponíveis em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/mal-uso.htm>>.

construção de tanques para irrigação com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) por meio de projeto apresentado ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Turvo/Grande. Este projeto foi elaborado pelo técnico agrícola da CATI que trabalha na Casa da Agricultura do município Pedro Sérgio Podscan representando a CAMU e atendeu a 25 propriedades no bairro do Córrego do Jataí, a construção de tanques foi feita no sentido de evitar com que houvesse a captação de água do córrego. Além disso, foi concedida a outorga pelo uso da água para os produtores envolvidos neste projeto, que é a concessão pelo uso da água por parte do Estado, ou seja, é a regularização desses produtores em relação a legislação referente ao direito de uso da água, o que é muito raro entre os produtores rurais do município, da região, e concerteza de muitas outras regiões.

Os problemas referentes ao uso intensivo de água para irrigação tem suscitado a implementação de medidas, como a cobrança pelo uso da água por parte do Comitê de Bacia Hidrográfica do Turvo/Grande. Contrária a essas medidas os produtores familiares do município representados pela CAMU que tem acento neste comitê como representante da sociedade civil tem se posicionado, tanto é que a cobrança pelo uso da água é o motivo da manutenção da Associação do Córrego Comprido e do Córrego do Jataí, que estão na área na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do referido comitê. O presidente da Associação do Córrego Comprido nesse sentido afirma.

Se tiver que pagar água pra nós termos uma força pra não pagar, pra ver se não consegue pagar essa água, o objetivo que ela tá funcionando ainda hoje é com esse aí, porque com associação é bem mais fácil fazer as coisas né, mais força.

Novamente ano de 1999 surgiu uma oportunidade única para impulsionar a organização dos produtores familiares em torno das associações e fomentar a geração de renda nas propriedades rurais do município, fortalecendo assim a produção familiar tanto economicamente como politicamente, por conta do próprio fortalecimento das entidades de representação política: as associações, principalmente a CAMU. Isso porque no referido ano foi aberta negociação para a CAMU exportar suco de laranja dos produtores familiares associados por meio do comércio justo e solidário<sup>53</sup>. E as condições de comercialização eram muito vantajosas na época.

---

<sup>53</sup> De forma sucinta, o comércio justo e solidário é uma forma alternativa para comercializar a produção, buscando preços mais justos aos produtores rurais mais pobres, estimulando modelos de produção menos nocivos ao meio ambiente e ao mesmo tempo fomentando a organização dos produtores. Inicialmente foi implementado projetos de ONGs européias em parceria com igrejas e grupos de trabalhadores rurais a partir da

## CAMU viabiliza construção de tanques de irrigação em Urânia

Proprietários rurais de Urânia estão recebendo execução, ampliação e desassoreamento de tanques para irrigação. Ao todo, são 25 propriedades

O serviço está sendo feito através da CAMU - Central das Associações do Município de Urânia que conseguiu, junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Turvo Grande, uma verba de R\$ 79.687,00, recursos do FEHIDRO.

E a CAMU também já está providenciando, junto ao DAE de São José do Rio Preto, a outorga para o uso da água, que é a regularização da utilização dos recursos hídricos.

As obras envolvem 35 tanques, dentre reforma,



*Tanque de irrigação*

limpeza e construção e o término do serviço está previsto para o final do mês. O trabalho está sendo executado na bacia do Córrego do Jataí e do Córrego Comprido.

Segundo informou o presidente da CAMU, Pedro

Sérgio Podscan, o objetivo dos tanques para a irrigação é aumentar a disponibilidade de captação de águas superficiais, aumentando com isso a produção e qualidade do produto.

**Figura 9.** Notícia do Jornal Folha Regional (14/04/2000) sobre a atuação da CAMU.

Fonte: CAMU

O Sr. Pedro, relata este processo na declaração transcrita, abaixo.

Quase teve projeto que é para exportar suco de laranja no comércio solidário e justo. Eles vêm e compram laranja de países de terceiro mundo, e pagam um preço bem maior, só que eles só trabalham com agricultura familiar. Então, tinham os critérios que não podia comprar laranja com agrotóxico. Só que para nós estava tudo engatilhado, só que não deu certo, porque a gente não achou indústria para esmagar a laranja, pra processar o suco, corremos para tudo lado aí, e na época a nível de Brasil foram selecionados três organizações, uma em São Paulo, uma em Santa Catarina e uma na Bahia. E a de São Paulo foi a CAMU (...) Além de valorizar o preço, que era um preço bom eles davam uma produtividade {cota} de US\$100,00 por tonelada pra ser revertido pro pessoal da entidade, era tipo de um prêmio (...) pra reverter em benefício da própria entidade {era uma espécie de estímulo a organização}.

década de 1970. No Brasil, existem alguns projetos vinculados a exportação de suco de laranja e café. Para saber mais sobre comércio justo e solidário, ver DINIZ; FERRARI (2002).

Assim, se concretizada a parceria novos rumos poderiam ter sido dados tanto para muitos agricultores familiares do município como para as associações, em especial a CAMU. Todavia, a indisposição das indústrias de suco de laranja em esmagar a laranja dos produtores associados com receio de concorrência, fez com que o projeto mais promissor da CAMU desde a sua fundação não fosse executado.

#### **6.6.4. Os desafios da participação e envolvimento dos produtores em Associações**

Dentre os aspectos que observamos na pesquisa de campo sobre a organização e mobilização das associações de bairro e da CAMU, é perceptível a dependência de todas elas diante da figura de um “mediador”, representada pelo técnico agrícola, o Sr. Pedro Sérgio Podscan. Ele participa ativamente das mobilizações dos produtores há vários anos, e mesmo quando não ocupa o cargo de presidente da CAMU, ele orienta em grande parte as ações da Associação, como por exemplo, as reuniões no Comitê de Bacia, e é quem mais conhece as particularidades, as negociações e os tramites políticos nos quais a associação está envolvida. Há uma relação de confiança baseada em laços comunitários dos produtores com o Sr. Pedro, pois ele nasceu, sempre residiu (até a pouco tempo na zona rural) e trabalhou no município, e é filho de produtor rural. Veja a declaração do presidente da Associação do Manoel Baiano, abaixo.

Na verdade eu sou presidente, mas quem comanda mais a nossa associação é o Pedro, é que ele tem mais tempo né, uma que ele já está lá na vila {sede urbana do município} e como já tem a central {CAMU}, e ele já por dentro, ele é quem mais meche com essas partes de escritório, mais é com ele né. Ele mesmo é o que está mais por dentro das coisas né. Ele faz parte da nossa associação, por ele morar em Urânia, como no Fandango {bairro rural do município}, onde eles têm propriedade não tem associação, então ele pertence a nossa associação aqui.

A declaração acima reproduz uma situação comum no município, e diz respeito ao papel exercido pelos técnicos extensionistas. Pinheiro (2001) relata que é muito comum que os técnicos extensionistas exercem a função de “animadores culturais” das associações, estimulando a organização dos produtores em associações. Desse modo, estes técnicos desempenham um papel muitas vezes decisivo para a criação e manutenção dessas entidades. No município de Urânia isso não é diferente, e acreditamos que se não fosse a atuação do Sr. Pedro junto aos produtores rurais, não teriam ocorridos todos os movimentos em torno da

CAMU. Veja as palavras do presidente da Associação do Córrego Comprido, que também já presidiu a CAMU.

Quem montou mesmo, pra começar a associação foi ele, o Pedro que engrupou {mobilizou os produtores em torno da associação}. Essas perguntas mesmo o Pedro responde pra você certinho (...). O Pedro tá com mais de 10 anos que ele trabalha lá dentro já {na Casa da Agricultura e na CAMU} (...) Eu vou para Rio Preto {São José do Rio Preto} direto com ele nas reuniões que fazem lá {reuniões do Comitê de Bacia}, ele que leva a gente.

O problema a respeito do papel exercido por lideranças que não são agricultores e atuam como mediadores em organizações de agricultores familiares é que muitas vezes estas lideranças anulam as reivindicações dos agricultores. Pinheiro (2001) ao analisar duas associações no município de Trajano Moraes no Estado do Rio de Janeiro, identificou a baixa capacidade de intervenção e ausência de geração de lideranças próprias em uma associação de produtores assentados e muito influenciada por sindicalistas, resultado: baixa adesão dos produtores a entidade. Em outra associação, que foi estimulada por um técnico extensionista da Emater houve mais autonomia para os agricultores e apesar de muitas dificuldades para a manutenção da associação, isto lhe rendeu um dos seus principais trunfos, que é o fortalecimento econômico da entidade e dos agricultores associados que possibilitou a libertação dos labirintos burocráticos do poder local, que tentou manipular a associação. Ante a qualquer generalização, o autor coloca elementos importantes na operacionalização das associações de agricultores familiares, que é até ponto os mediadores devem atuar nessas entidades.

Observando o funcionamento das associações no município de Urânia o que se constata é que muitas das idéias e iniciativas partem dos próprios produtores, como por exemplo, a questão do pagamento pelo uso da água, mas o encaminhamento delas é feita quase que exclusivamente pelo Sr. Pedro. Isso mostra uma relativa omissão dos produtores com os projetos das associações, tanto é que nenhum deles soube dar informações detalhadas a respeito das entidades que representam. Notamos que a relação estabelecida entre o Sr. Pedro que se constitui na principal liderança da associação e os produtores rurais associados não sufoca as proposições destes, há uma reciprocidade de ambas as partes na troca de idéias e discussões, mas o modo como é conduzido os interesses dos produtores associados com estes fiquem numa posição cômoda em relação à luta política, pois tem quem exerça este papel, que é o Sr. Pedro. Portanto, apesar da autonomia e respeito de ambas as partes, é importante que os produtores participem mais ativamente do encaminhamento dos projetos

das associações, além de idéias é preciso que haja iniciativa para colocá-las em prática e assim propiciando o amadurecimento de projetos coletivos, reduzindo a dependência em relação ao mediador, no intuito de incutir e consolidar a tradição participativa e proporcionar melhor flexibilidade para as associações, descentralizando e repartindo as atividades, que está concentrada na figura do mediador.

A participação e postura ativa dos produtores é sem dúvida o maior desafio para o andamento das organizações dos produtores familiares do município, e a sensibilização dos produtores em torno da organização enquanto uma estratégia para implementar ações coletivas no intuito de contornar as dificuldades de comercialização, reduzir custos de produção, impor pressão política junto ao poder local e demais órgãos é o maior obstáculo.

A postura que muitos produtores mantêm em querer extrair benefícios no ato do ingresso em associação sem o dispêndio de nenhum recurso ou esforço, aliados aos exemplos de Cooperativas que congregavam muitos produtores cooperados do município e que faliram, influi no distanciamento e ceticismo dos produtores em relação às organizações de produtores. E geralmente os possíveis bons resultados obtidos por meio da organização não são imediatos como exigem muitos produtores, requerendo às vezes vários anos de muito trabalho e discussões<sup>54</sup>. Nesse sentido, é que o presidente da Associação dos Três Córregos relata as dificuldades da organização dos produtores em torno de associações.

Sei lá parece que esse negócio de associação é o caminho, e o pessoal parece que não (...) é difícil né, principalmente quando você tem que por dinheiro em alguma coisa. O pessoal fica só esperando, esperando vim de fora. Na hora de você comprar um negócio aí, vamos juntar em cinco ou seis e comprar, sempre um ou dois já dão as caras {impõe resistência} pra não gastar.

O que se manifesta nas organizações dos produtores familiares no município de Urânia é uma tendência geral dos agricultores familiares brasileiros, que é a ausência de tradição participativa, este elemento tem cada vez mais orientado os princípios das políticas de desenvolvimento rural. Reverter a situação de baixo envolvimento dos agricultores familiares do município em torno de suas entidades de representação e qualificar a sua participação, já que no interior da entidade as decisões são tomadas por meio de assembleias (democracia participativa), em que o espaço para proposição é aberto, mas não é aproveitado devido a ausência de iniciativa propositiva dos produtores não se resolve a curto prazo. Isso depende de

---

<sup>54</sup> Alguns presidentes de associação relataram também a dificuldade de transferir o cargo após o término do seu mandato. Ou seja, grande parte dos produtores se eximem em assumir responsabilidades e tarefas da associação, que concerteza toma tempo e as vezes é penosa devido aos conflitos de idéias, posicionamentos e postura.

uma série de elementos como: a melhoria dos níveis de educação, capacitação profissional e principalmente repensar e reavaliar as práticas individualistas calcadas nos nossos valores culturais que dificulta a implementação de projetos coletivos. Enquanto, tais mudanças não ocorrem, uma das possibilidades no longo caminho da consolidação da tradição participativa é a organização nas entidades com vistas ao acesso de algumas políticas públicas que, apesar de induzirem a criação de organizações de produtores, geram resultados imediatos e pode servir como uma valiosa experiência organizativa, proporcionando aprendizagens coletivas.

O fortalecimento do associativismo ou qualquer outra entidade de representação dos agricultores familiares no município dependerá das conquistas que as associações obtiverem nos próximos anos e do próprio fortalecimento econômico dos produtores familiares.

A tradição e as experiências empreendidas pela CAMU aliado a atribuição do título de entidade pública por parte da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, assunto do próximo item aponta perspectivas promissoras para o associativismo no município. Espera-se com isso que avanços sejam conquistados, e que as entidades consigam envolver mais os produtores e vice-versa.

#### **6.6.5. A relação do poder local com as Associações**

A relação do poder local com as Associações reflete a orientação das ações da prefeitura para o espaço rural. No município, se observa que em determinados mandatos houve mais benefícios para as associações que em outros. Como em muitos casos os produtores têm poucos recursos ou se indis põe a ter custo com a manutenção das associações, o poder local desempenha importante papel para o desenvolvimento destas através do apoio financeiro direto ou indireto.

É muito comum no Brasil que a dependência das associações de produtores rurais para com o poder público, em especial o poder local torne-as espaço de reprodução de práticas clientelistas e eleitoreiras, descaracterizando-a enquanto um espaço para discussão dos problemas e da busca de alternativas por parte dos produtores associados. O que compromete a credibilidade dessas entidades junto aos produtores fazendo retroceder o processo de organização.

No caso das associações do município de Urânia isso parece não ocorrer, pois existe uma liderança muito atuante com a aprovação e confiança dos produtores associados que sempre trabalhou para associação sem cobrar nada por isso e consegue mobilizar os

produtores para a realização de rifas, bingos e quermesses no intuito de obter recursos financeiros para as associações, reduzindo assim a recorrência junto à prefeitura no pedido de recursos.

Do final da década de 1980 e início da década de 1990 quando surgiram as associações de bairro e a CAMU, até o período atual, três prefeitos diferentes exerceram o cargo no município.

Nas legislaturas de 1989-1992 e 1997-2000 o prefeito do município foi o Sr. Augusto Vitorelli Garcia, todas as ações voltadas para a CAMU ocorreram no seu último mandato, a Associação obteve o terreno e parte dos materiais para a construção de sua sede através de grande pressão política conforme descrito no item 5.6.3. Antes da construção da sede, a prefeitura pagava o aluguel do prédio onde a CAMU estava instalada.

Entre os mandatos de 2001-2004 e 2005-2008, o Professor Joaquim Pires governou o município. Segundo informações colhidas está foi a gestão que menos beneficiou as associações do município, nenhuma máquina ou implemento agrícola foi doado ou repassado e nenhuma ação foi apoiada por parte da prefeitura a associação.

Na legislatura de 1993-1996 o Sr. Francisco Airton Saracuze assumiu a prefeitura do município, cargo que voltou a ocupar a partir do ano de 2009 até o presente momento. Na sua primeira gestão a CAMU foi beneficiada com o repasse por parte da prefeitura de boa parte das máquinas e implementos agrícolas que atualmente compõe a sua patrulha agrícola e em 1993 foi doada uma calcareadeira para a Associação dos Três Córregos que impulsionou a fundação desta. No ano de 2009 a prefeitura em parceria com a CAMU doou a mão-de-obra (pedreiro e ajudante de pedreiro) na reforma do prédio da entidade. Além de contratar e pagar o salário de uma secretária que trabalha na CAMU em horário comercial.

O que se observa é que até o momento da realização da pesquisa de campo é que as Associações dependiam da prefeitura para o repasse de máquinas e equipamentos agrícolas, pois a associação por normas jurídicas não poderia pleitear a requisição de máquinas e recursos junto a SAA do Estado de São Paulo ou outros órgãos em benefício da entidade (apenas para os produtores). E como os serviços de patrulha agrícola sempre foram um dos carros chefes da associação, a boa vontade do prefeito municipal para com as associações, em especial a CAMU era fundamental para a manutenção da credibilidade e fortalecimento da associação. O que parece não ter ocorrido na gestão do prefeito Joaquim Pires.

A dependência do poder local por parte da CAMU, que nunca foi total, mas sempre foi expressiva reduzirá bastante nos próximos anos. Nesse ano a referida associação obteve uma

grande conquista na sua autonomia política e financeira também, já que ampliou juridicamente o leque de suas ações por meio da aprovação do projeto de lei nº 955, de 2009 ocorrido no dia 20 de março deste ano. O projeto de lei foi elaborado e encaminhado a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo pela então Deputada Estadual Ana Perugini do Partido dos Trabalhadores, o projeto de lei qualifica a CAMU como uma entidade pública<sup>55</sup>. A partir deste ano então, a CAMU pode pleitear, negociar, receber doações, dentre várias outras ações diretamente com órgãos de outros níveis de governo, como a SAA do Estado de São Paulo, e qualquer outra entidade ou instituição. Isso abriu novas possibilidades de atuação da CAMU e irá agilizar o andamento de possíveis projetos e demandas, ao mesmo tempo em que abre mais espaço para a realização de parcerias.

Assim, por meio dessa conquista e do reconhecimento político atribuído a CAMU, que parecia ser apenas uma página do passado tem novas e boas perspectivas. Acreditamos que o associativismo poderá ganhar novo fôlego no município.

#### **6.6.6. Reorientação das ações das Associações como estratégia de fortalecimento das entidades de representação e dos agricultores familiares no município de Urânia**

Conforme já destacamos as ações, os projetos e principalmente as mobilizações das associações, em especial da CAMU foram muito positivas, embora que muitas vezes pontuais. O caminho tomado pela CAMU, priorizando a prestação de serviços de patrulha agrícola, foi mais importante na época em que as associações do município foram criadas, pois o plantio de lavouras temporárias e a pecuária leiteira eram mais expressivas. Sem dúvida buscar a autonomia na prestação destes serviços foi muito importante para consolidar a imagem e credibilidade das associações, principalmente da CAMU junto aos produtores rurais. Mas, a nosso ver o fortalecimento destas entidades e dos próprios produtores familiares associados ocorreria se os esforços das associações e dos produtores rurais caminhasse no sentido de promover ações visando a comercialização e a aquisição de insumos defensivos coletivamente. Essas são questões estratégicas para fortalecer as organizações de agricultores familiares, ampliando o poder de barganha dos pequenos e médios agricultores, propiciando aumento a participação destes na margem de lucro dos produtos agrícolas que eles produzem e consequentemente fomentando a geração de renda nas unidades produtivas familiares. E

---

<sup>55</sup> É a primeira entidade do município a receber tal qualificação.

desse modo constituindo em uma importante estratégia de permanência dos produtores familiares.

Elaboramos nosso argumento com base nos bons resultados obtidos pela Associação Agrícola de Junqueirópolis-SP (AAJ), com base no trabalho de Veloso (2008) e em própria visita que realizamos no ano de 2006<sup>56</sup>. Isso porque são grandes as semelhanças entre os dois municípios, como por exemplo, o modelo de colonização baseado na ocupação de pequenos lotes de terras comercializado junto a imigrantes oriundos das regiões tradicionais na produção de café do Estado de São Paulo nas décadas de 1940, 1950 e 1960, sobretudo; a importância que a os cafeeiros tinham na manutenção dos pequenos proprietários de terras, ou parceiros, arrendatários e meeiros que trabalhavam em regime familiar e a crise que a cafeicultura vivenciou a partir de meados de 1980; a introdução de frutíferas (maracujá, uva e acerola) e a sua afirmação como importante fonte de renda dos produtores familiares, garantindo a permanência deste no espaço rural; a preponderância da produção familiar no contexto municipal; dentre várias outras similaridades.

Apesar das grandes semelhanças sociais, econômicas, culturais e espaciais, fatores que influenciam na formação das organizações de representação dos agricultores familiares, na constituição de suas práticas e organização interna. A CAMU e a AAJ apresentam muitas distinções em relação a sua trajetória, representatividade e nos resultados obtidos.

Segundo Veloso (2008) a AAJ surgiu da iniciativa de alguns produtores que no intuito de superar as dificuldades de comercialização, mais especificamente o baixo preço recebido pela venda do maracujá. Oficialmente, ela foi fundada no ano de 1990. Suas primeiras ações foram no sentido de encontrar alternativas de renda que substituísse o café, que não proporcionava retornos financeiros suficientes. Assim, a entidade resolveu introduzir o cultivo da acerola, o que no decorrer dos anos deu certo, mas nos primeiros anos do cultivo desta cultura não demorou muito para que surgisse a primeira dificuldade, que foi a necessidade de assistência técnica, em função desta cultura ser desconhecida dos produtores.

Mas, a organização dos produtores e a sua mobilização fez com que a entidade superasse as dificuldades, inicialmente promovendo parcerias com a prefeitura municipal, que foi sensibilizada pela associação ao indicarem os reflexos negativos que o município teria

---

<sup>56</sup> No ano de 2006, quando estávamos no 1º ano de graduação e recém integrante do GEDRA, o professor Antonio Nivaldo Hespanhol, que ministrava uma disciplina no Programa de Pós Graduação em Geografia na FCT/Unesp convidou-nos para acompanhar um trabalho de campo no município de Junqueirópolis e na referida associação juntamente com os alunos matriculados nessa disciplina, e assim tivemos a oportunidade de conhecer um pouco desta associação.

com a fragilização da produção familiar e êxodo dos produtores, que constituíam-se num importante pilar da economia municipal. E depois firmando parcerias com outros órgãos e instituições como o Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), Instituto Brasileiro de Frutas (IBF), Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu UNESP, e UNESP de Ilha Solteira, dentre outros (VELOSO, 2008).

O engajamento que a AAJ têm junto a todos estes órgãos citados dimensiona a representatividade que a AAJ adquiriu através da organização e trabalho coletivo, que aliás é admirável. Para se ter idéia, o presidente da AAJ afirmou que a associação controla a área plantada com a acerola, controlando assim a oferta do produto no mercado e consequentemente os preços e a renda auferidos com a venda do produto. De acordo com Veloso (2008) os produtores associados à AAJ comercializaram a acerola por um valor de R\$0,90 o Kilograma do produto, enquanto que os não associados venderam por R\$0,63. Isso mostra o poder de barganha que uma associação de produtores rurais, que surgiu e se desenvolve em um contexto muito semelhante ao município de Urânia pode adquirir, e o seu papel estratégico na geração de renda no meio rural, e na permanência da produção familiar. Além disso, a associação tem viabilizado a venda de acerola e uva para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e serve como complemento na renda de vários produtores associados.

Um dos maiores trunfos da AAJ é a representatividade, o nível organizacional, e a cultura do trabalho coletivo adquiridos. Além da contínua evolução que a associação vem adquirindo, com novas perspectivas de crescimento por meio da elevação da AAJ a condição de Cooperativa, o que está próximo de se concretizar. O presidente da referida associação “salientou que a AAJ alcança nesse ano de 2008 sua maioridade, sendo que já atravessou e enfrentou muitas situações adversas nesse período. Para ele, a principal força desse grupo de produtores é a sua organização e a conscientização dos associados” (VELOSO, 2008, p. 68).

Mai adiante ele acrescenta que

(...) as reuniões são mensais, e devem se transformar em espaços de expressão da luta coletiva, ou seja, “não é um negócio meu e, sim, nosso”, disse o Sr. Dias. Para o entrevistado, “o maior desafio para uma associação é a consciência e a importância da soma de idéias e da união do grupo; o associativismo é comprometimento, é participação, é dedicação; quem participa desse tipo de organização deve dar o melhor de si” (VELOSO, 2008 p. 69).

Portanto, é importante que a CAMU aproveite as experiências das mobilizações e canalize seus esforços para solucionar as questões que mais afligem os produtores familiares,

como a comercialização da produção. A história da AAJ nos mostra que não é só de exemplos mal sucedidos que existem entre as organizações dos produtores familiares, e que é possível obter benefícios, aumentar a autonomia e principalmente evoluir com o trabalho coletivo desenvolvido nestas entidades.

As políticas públicas cada vez mais têm preconizado a tônica participativa, e as comunidades rurais mais organizadas são aquelas que mais se beneficiam. Atualmente a região de Jales é um dos "Territórios Rurais" eleitos pelo MDA, e possivelmente pode vir a se tornar um "Território da Cidadania" com possibilidade ao acesso a recursos de vários ministérios, por isso é preciso que as lideranças dos agricultores familiares do município estejam atentas a este fato e retomem as mobilizações desde já.

### **6.7. A agricultura familiar e o desenvolvimento no município de Urânia: proposição de políticas públicas**

Não propomos no projeto de pesquisa fazer apontamentos de políticas públicas para a viabilização e apoio a agricultura familiar, mas as constatações realizadas em campo por meio das longas conversas com os produtores familiares (muitos deles líderes das organizações) e as leituras de alguns trabalhos, como DESER (1997), Veiga (2001) e Nardoque (2007) que abordam a importância das atividades agropecuárias para o desenvolvimento urbano e do setor de comércio e serviços na região de Jales nos levaram a refletir sobre o papel importante que a agricultura desempenha na economia de muitos municípios do interior do Brasil e do município de Urânia (recorte espacial do nosso estudo), e os agricultores familiares como atores decisivos ativos deste processo. Assim, este item tem por objetivo apresentar apontamentos gerais de políticas públicas de viabilização da agricultura familiar, e sugerir ações que o poder local, no caso a prefeitura do município de Urânia pode executar na construção de um projeto de desenvolvimento municipal.

No que se refere às políticas públicas voltadas ao espaço rural, o diagnóstico de ausência de políticas locais no caso do município de Urânia é apenas mais um entre os muitos outros municípios com traços tipicamente rurais no Brasil, visto que no país o espaço rural é marcado pela ausência do poder público, as cidades é que representam o Estado (WANDERLEY, 2004).

Dentre os municípios com economia fortemente atrelada as atividades agropecuárias, em muitos deles como o município de Urânia é a agricultura familiar a base destas atividades.

Alguns pesquisadores como o economista José Eli da Veiga tem levantado o polêmico debate sobre as reais dimensões do Brasil rural e urbano, argumentando que os critérios no qual colocam o país num patamar essencialmente urbano são questionáveis.

De acordo com Veiga (2001) a legislação que define o rural e urbano é da época do Estado Novo (ano de 1938), e é por ele classificada como anacrônica e obsoleta. O autor argumenta que 70% dos municípios possuem densidades demográficas inferiores a 40 hab/km<sup>2</sup> enquanto que para a OCDE<sup>57</sup> um município considerado urbano deve ter 150 hab/km<sup>2</sup>, e segundo este critério dos 5.507 municípios brasileiros existentes apenas 411 seriam considerados urbanos. Além disso, boa parte dos agricultores reside na zona urbana de pequenas cidades, esse é um dos pontos que não dá conotações urbanas as pequenas e que alimenta a crença da hiperurbanização do país. Levando em consideração a proposição de Veiga (2001) o município de Urânia seria um dos municípios rurais brasileiros.

Independente de estar correto ou não em sua proposição, Veiga (2001) levanta algumas questões que interessam a nossa pesquisa, uma delas se refere a economia rural, que extrapola os limites do setor agrícola e também envolvem os setores secundário e terciário da economia, que não estão ligados apenas as atividades agropecuárias. O autor apresenta dados de que em alguns países desenvolvidos a menor parte das atividades industriais e do setor de serviços rurais estão estreitamente ligadas as atividades agropecuárias, o que ressalta o caráter não agrícola da economia rural. Analisando a partir da economia rural Veiga (2001) argumenta que ao contrário do que é veiculado o setor rural ainda é muito importante para economia. No Brasil, entretanto as atividades agropecuárias são fundamentais tanto em relação à ocupação, como para a geração de riquezas, embora a tendência de redução da representatividade do setor agropecuário é um fato consolidado.

Ao analisamos a importância da agricultura pela óptica da economia rural veremos que a participação da agricultura, em especial da produção familiar que é predominante na geração de postos de trabalho e riquezas no município de Urânia é bem maior que os 20,94% do valor total adicionados ao setor agropecuário apresentados pela Fundação SEADE. No município não há atividades industriais rurais e só existe um pesque pague na zona rural, o que configuraria uma situação de setor terciário da economia rural, assim a economia rural do município está "exclusivamente" vinculada as atividades agropecuárias. Nesse sentido, os postos de trabalho e as riquezas geradas pelas frutícolas localizadas no município; as veterinárias; lojas de fertilizantes, defensivos agrícolas e ferramentas em geral; as

---

<sup>57</sup> Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico da Organização das Nações Unidas.

concessionárias e oficinas mecânicas de tratores e implementos agrícolas; as lojas de equipamentos de irrigação; as lojas auto-elétricas que trabalham com a manutenção de motores de irrigação etc. É evidente que muitos dos estabelecimentos de comércio e serviços voltados ao setor agropecuário e que atendem aos produtores familiares do município de Urânia se localizam nos municípios de Jales<sup>58</sup> e também Palmeira D'Oeste, mas são partes componentes e dimensionam a economia rural que opera em função das atividades agropecuárias, desenvolvidas majoritariamente pelos produtores familiares. Por isso, as atividades agropecuárias e o segmento da agricultura familiar é um importante elemento na elaboração de políticas públicas em municípios e regiões com perfil agropecuário e rural como é o caso do município de Urânia e a região de Jales.

Reforçando nosso argumento sobre a importância da agricultura familiar no município de Urânia, constatamos que o montante de recursos alocados pelo PRONAF em um período de menos de 10 anos (ano agrícola de 1999/2000 a 2008/2009) que é de R\$18.148.122,55 praticamente se iguala ao volume de recursos transferidos por meio do Fundo de Participação do Município (FPM)<sup>59</sup> em um período de 5 anos (entre os anos de 2004 a 2009) acumulando R\$18.650.778,06. Mas há de se ressaltar que o FPM é destinado ao município como um todo (conservação do patrimônio público municipal, despesas com funcionalismo público municipal, manutenção da frota de veículos, além de alocar boa parte desses recursos para os setores da saúde, educação, dentre outros), enquanto que os recursos oriundos PRONAF no município são destinados exclusivamente aos agricultores familiares. Essa comparação permite concluir que o PRONAF é um veículo importante de transferências de recursos para o município de Urânia, e que pode impactar de maneira direta e indireta na economia local.

Outro ponto apontado por Veiga (2001) diz respeito à estratégia de desenvolvimento com base na diversificação produtiva, que é um atributo da economia familiar. Utilizando o exemplo norte-americano Veiga (2001) aponta que as áreas que se especializaram nos cultivos com reduzida utilização de mão-de-obra

(...) deixaram de estimular no próprio entorno a evolução diversificada de outras iniciativas. Justamente aquelas que também teriam criado

<sup>58</sup> O segmento de serviços e comércio voltados para o consumo produtivo rural é centralizado pela cidade de Jales, onde estão sediadas 27 empresas deste ramo. A maior empresa deste segmento possui 10.563 clientes, e apenas 28,25% são do município de Jales, em seguida com o segundo e terceiro maior número de clientes, respectivamente Palmeira D'Oeste e Urânia são os municípios de origem de 5,8% e 4,8% do número de clientes (NARDOQUE, 2007). Não por acaso são os municípios mais representativos em relação a fruticultura regional.

<sup>59</sup> O FPM é o principal mecanismo de transferência de recursos federais aos municípios, e principalmente nos municípios pouco populosos e com baixa arrecadação de tributos.

oportunidades locais de negócios e empregos para os trabalhadores tornados redundantes pela rápida modernização<sup>60</sup> (VEIGA, 2001, p.13).

A diversificação produtiva apontada por Veiga (2001) nos coloca a refletir sobre os modelos de produção antagônicos no espaço agrário do município de Urânia e também da região de Jales, quais sejam: a monocultura da cana-de-açúcar, que devido às características da estrutura fundiária que contém número reduzido de grandes propriedades também está ocupando médias e até pequenas propriedades, e a agricultura familiar baseada na fruticultura, pecuária leiteira e olericultura.

A cana-de-açúcar já faz parte da paisagem do espaço rural do município de Urânia, e as perspectivas de ampliação da área com esta cultura aumentaram após o início de funcionamento de uma Usina sucroalcooleira no município vizinho de Santa Albertina. Nas palavras de Veiga (2001) constitui-se em um enclave agropecuário e oferece reduzidas oportunidades para o surgimento de pequenos e médios empreendimentos, pois é uma forma de geração de riquezas concentrada.

Por outro lado, a agricultura familiar no município de Urânia e região de Jales tem grande potencial para gerar postos de trabalho e movimentar uma série de outras atividades no setor de comércio e serviços, e em boa parte deles são empreendimentos de capital regional constituindo-se em pequenas e médias empresas. A agricultura familiar é um dos pilares para construção de um projeto global de desenvolvimento local envolvendo outros atores econômicos e sociais do município (DESER, 1997), trata-se de um modelo de desenvolvimento menos excludente e seletivo do que a monocultura da cana-de-açúcar. Nesse sentido:

Desenvolver um projeto de desenvolvimento municipal ou mesmo regional, baseado na agricultura sustentável e, principalmente, nos agricultores familiares, não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e por que não dizer, uma condição de sobrevivência para a economia de um grande número de municípios brasileiros. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano (DESER, 1997, p. 8).

---

<sup>60</sup> A diversificação a qual se refere Veiga (2001) não se refere apenas a diversificação das atividades do setor agropecuário, mas também aos empreendimentos do setor de comércio e serviços da economia rural. Segundo o autor nos espaços se especializaram nos cultivos agrícolas obtiveram "níveis" altos de eficiência produtiva e seu PIB total foi elevado. Entretanto, "suas elevadíssimas rendas *per capita* fazem lembrar aqueles Emirados Árabes do Oriente Médio, incapazes de diversificar suas economias apesar das imensas rendas fundiárias proporcionadas pela exploração petrolífera. Pior, são paisagens tão monótonas, com solos e águas contaminadas por agroquímicos, que já não podem aproveitar uma das principais vantagens comparativas das zonas rurais do século 21: a atração de residentes temporários, aposentados, famílias em férias, turistas, esportistas, congressistas, sem falar nas empresas que a evolução telemática está libertando dos grilhões urbanos. No limite, deve-se até admitir o inverso do senso comum, pois a dominação exclusiva da agricultura pode se transformar no maior vilão do desenvolvimento rural" (VEIGA, 2001, p. 12).

Todavia, a viabilização da agricultura familiar depende da construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo como princípio. No que se refere as diretrizes:

Este projeto deve garantir a democratização dos meios de produção e o acesso às políticas públicas e ao mercado, de forma que o desenvolvimento da agricultura não seja seletivo e excludente como é hoje. Além disso, um processo de organização dos agricultores familiares é fundamental, buscando alternativas para a organização dos sistemas de produção e da comercialização, e uma forte organização política que apresente propostas e pressione o Estado para que as políticas públicas sejam prioritariamente ou exclusivamente voltadas para a agricultura familiar (DESER, 1997, p.15).

É interessante a proposta do DESER (1997), pois reconhece a heterogeneidade dentro do segmento da agricultura familiar e propõe ações específicas de acordo com os perfis, condições e necessidades dos agricultores familiares brasileiros, classificados genericamente em: consolidados, em transição e periféricos. A consideração das diferenças dos agricultores familiares é um elemento muito importante na elaboração e implementação de políticas públicas, pois visa solucionar uma problemática histórica das políticas de desenvolvimento rural no Brasil, que é a forma diferenciada com estas políticas atingem cada tipo de agricultor. Os diagnósticos e proposições elaborados pelo DESER (1997) para os três tipos de agricultores familiares foram sintetizados no quadro 3.

| Tipos de agricultores familiares | Agricultores familiares consolidados                                                                                                                                                                                | Agricultores familiares em transição                                                                                                                                                                                                | Agricultores familiares periféricos                                                                                                                                                                                                                       |
|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Condições                        | São os agricultores que dispõem das melhores condições de vida e de produção e as maiores áreas (em média 30 ha.), seus sistemas de produção são diversificados e altamente integrados ao mercado ou agroindústria. | Para o conjunto destes agricultores o sistema de produção e a infra-estrutura encontram-se em vias de deterioração. Foram pouco beneficiados pela modernização da agricultura e carecem de informações e assistência técnica.       | É o conjunto de agricultores mais pobres, muitas vezes excluídos do acesso a terra, políticas agrícolas e assistência técnica e desprovidos ou providos precariamente de meios de produção. Para esta categoria, o maior desafio é viabilidade econômica. |
| Demandas                         | Políticas de créditos de investimento e de preços.                                                                                                                                                                  | Reconversão e reestruturação produtiva, e ampliação das áreas de produção com mais terras, crédito, preços e assistência técnica. Os jovens e os arrendatários também necessitam de reforma agrária para que possam se estabelecer. | É necessário concessões especiais de crédito, reforma agrária, melhoria das condições de vida, políticas de geração de empregos no campo e nas pequenas cidades.                                                                                          |

**Quadro 3.** Caracterização das categorias dos agricultores familiares consolidados, em transição e periféricos e demandas específicas.

**Fonte:** DESER, 1997.  
 Organizado pelo autor.

Sobre as considerações do DESER (1997) é preciso fazer algumas ressalvas devido ao período em que foram elaboradas tais propostas, pois nos últimos anos houve grande evolução com o PRONAF, principalmente no que se refere a disponibilização do crédito de investimento, uma demanda de todas as categorias de agricultores familiares. Mas, muitas das proposições apresentadas se mantêm atuais como a necessidade de reconversão e reestruturação produtiva, reforma agrária, assistência técnica, melhoria das condições de vida e das questões como educação, saúde e lazer, elementos essenciais para a garantia da qualidade de vida da população rural, que embora não citadas no quadro 3 são também apresentadas pelo DESER (1997). E principalmente políticas públicas voltadas para assegurar a sucessão hereditária na agricultura familiar.

Silvestro et al (2001) ao estudar a região oeste de Santa Catarina propõe um amplo programa tendo vários componentes como: educação e formação profissional, capacitação profissional e criação de novas oportunidades de rendas, dentre outros. É uma tentativa de reverter com o velho paradigma do perfil do agricultor menos escolarizado, empreendedor e qualificado no intuito de que o jovem agricultor esteja preparado para enfrentar os desafios que vai encontrar e possa também exercer a cidadania.

As políticas públicas devem ter a preocupação de viabilizar as atividades agrícolas no interior da agricultura familiar e ao mesmo tempo criar um ambiente propício para o surgimento de atividades não agrícolas e de verticalização da produção no meio rural (SILVESTRO et al, 2001, p. 115).

No que se refere às políticas públicas nos pequenos municípios do Brasil a prática de administrar apenas a cidade e não todo o município, marginalizando o espaço rural das ações das prefeituras é uma tendência historicamente consolidada. É sabido também, que as prefeituras dos pequenos municípios rurais lutam contra a falta de recursos ocasionados pela baixa arrecadação de tributos e reduzido valor do FPM repassado. Se por um lado, a constituição de 1988 descentralizou recursos da União para os municípios, por outro delegou novas competências que eram de responsabilidade do governo federal. Além disso, outros obstáculos como a má gestão, ausência de um projeto de desenvolvimento, gasto do dinheiro público sem critério, falta de transparência nas ações, contratação/manutenção de funcionários para fins eleitoreiros comprometem a atuação das prefeituras (DESER, 1997).

Políticas públicas municipais ou qualquer outra que se voltada para a agricultura familiar não é sinônimo de programas de crédito rural, há várias ações que estão ao alcance dos municípios e nem por isso representam dispêndio demasiado de recursos. Algumas

propostas do DESER (1997) estão em sincronia com a realidade no município de Urânia, aliás no município não há nenhuma política municipal<sup>61</sup> voltada para o espaço rural e muito menos para a agricultura familiar.

Assim, com base nas sugestões do DESER (1997) apontamos algumas das ações que poderiam engrossar uma política municipal para a agricultura familiar e que consideramos prioritárias. São elas:

**Fortalecimento do associativismo e cooperativismo:** Trata-se de aproveitar as experiências de organização relatadas e no item anterior e trilhar novos caminhos para a agricultura familiar. Além da destinação de recursos incentivando essas organizações é crucial que haja a capacitação dos agricultores não só para ampliar a capacidade de gerenciamento destas organizações e por meio do seu fortalecimento e potencializar o capital social existente no intuito de estimular a proposição e cobrança de projetos de desenvolvimentos para a agricultura familiar no município. Julgamos esta medida prioritária, pois a criação de uma cooperativa pode solucionar dois dos principais obstáculos citados pelos produtores familiares pesquisados, quais sejam: auferir melhores preços através da eliminação dos atravessadores e redução dos custos de produção por meio da aquisição coletiva de alguns insumos como: fertilizantes, calcário, esterco. Além disso, a criação de organizações de produtores familiares possibilita o acesso destes a políticas públicas como o PAA, o que pode se constituir em uma importante estratégia complementar na comercialização da produção agrícola.

**Políticas para assistência técnica e extensão rural:** Seria uma medida de integração de produtores, técnicos extensionistas e prefeitura. A prefeitura disponibilizaria os recursos e as organizações de produtores definiriam os técnicos e a orientação das suas atividades de acordo com as suas necessidades. No caso do município de Urânia, já existem técnicos, o que poderia ser feito é contratar mais técnicos e institucionalizar o poder de deliberação das organizações dos produtores em relação a prestação de serviço destes técnicos, como ocorre no município de Junqueirópolis-SP<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> Contactamos o Secretário de Agricultura do município, mas ele argumentou que estava no cargo há pouco tempo e desconhecia quais eram as ações da prefeitura voltadas ao espaço rural, ele também comentou que estava muito ocupado com levantamentos que estava fazendo a pedido do prefeito e indicou que procurasse o técnico chefe da Casa da Agricultura, o qual comentou que as únicas ações da prefeitura refere-se a cessão de funcionários para a Casa da Agricultura por meio do convênio da CATI - prefeitura. Dos técnicos que atuam no município 1 veterinário e 1 técnico agrícola são funcionários da CATI, enquanto que a prefeitura cede 1 Engenheiro Agrônomo e duas pessoas de apoio. Ou seja, as ações empreendidas pela prefeitura são muito limitadas. As estradas rurais, que geralmente são foco das promessas nas campanhas políticas estão em estado ruim em vários trechos, denotando assim mais uma vez a precariedade das ações voltadas ao espaço rural no município de Urânia.

<sup>62</sup> Ver VELOSO (2008).

A assistência técnica e principalmente a extensão rural é um componente muito importante, pois os técnicos podem informar sobre cursos assim como organizá-los como os cursos oferecidos pelo SEBRAE<sup>63</sup>, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e outros, que tivessem como foco a melhoria do padrão profissional do agricultor familiar. Outra tarefa que os técnicos extensionistas poderiam realizar diz respeito à prestação de informações sobre o funcionamento de políticas públicas e auxílio na organização dos produtores no intuito de que estes possam acessá-las, uma vez que importantes programas como o PAA que pode ser uma alternativa para alguns produtores como vem sendo em municípios do EDR de Dracena. Os valores de aquisição de produtos da agricultura familiar podem variar de R\$4.500,00 a R\$9.000,00 ao ano por produtor<sup>64</sup>, por meio da CODEAGRO também há a possibilidade de aquisição de leite das organizações da agricultura familiar para abastecer o programa Viva Leite. Ambos os programas requerem a organização dos produtores, a exigência de organização dos produtores tem sido uma tendência das políticas públicas nos últimos anos<sup>65</sup>. O acesso a estas políticas podem proporcionar ampliação da renda, ao mesmo tempo que isenta dos riscos com a comercialização proporcionando maior segurança na atividade agrícola e estimulando a permanência dos produtores na sua atividade. Este tipo de ação desempenhada pelo técnico extensionista é muito importante, uma vez que boa parte dos produtores rurais são totalmente desinformados. Trata-se de medidas em que os recursos financeiros disponíveis é menos importante que a vontade política.

**Política de educação e capacitação profissional:** As iniciativas dessa esfera são fundamentais para mudar o perfil do agricultor brasileiro, que é pouco escolarizado e com restrita ou nenhuma formação profissional, e essa mudança se inicia pelos jovens. No município de Jales a Escola Técnica Estadual Dr. José Luiz Viana Coutinho, que é integrante da fundação Paula Souza oferece cursos que contribuem para a formação técnica do agricultor, são os cursos de: Agricultura, Gestão de Agricultura Familiar, Agroindústria, Agronegócios, Alimentos, Gestão de Empresa Rural, Informática e Produção Agropecuária

---

<sup>63</sup> Dois produtores de leite disseram que participam de um de seus programas e estão obtendo bons resultados em relação a produtividade.

<sup>64</sup> Além do PAA, de acordo com VELOSO; HESPANHOL (2010) "no ano de 2009 foi promulgada a Lei n. 11947/09, que estabeleceu mais um canal de comercialização para os produtores familiares no país. Por meio dessa Lei, o Governo Federal determinou que 30% dos recursos repassados aos municípios através do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para a merenda escolar, devem ser destinados à compra de produtos dos produtores familiares. As experiências obtidas nos projetos do PAA podem contribuir para os produtores rurais e suas organizações se utilizarem de mais essa alternativa de escoamento para sua produção" (p.5).

<sup>65</sup> Só para lembrar de casos mais recentes, temos o PRONAF Infra-estrutura e Serviços municipais e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

integradas ao ensino médio. Pela proximidade (12 km de Jales) e oportunidade privilegiada a prefeitura do município de Urânia poderia oferecer estímulos para os filhos (a)s dos agricultores familiares fornecendo transporte e até auxílio financeiro para as suas famílias, como por exemplo, por meio de uma bolsa de estudos. Além de obter uma formação técnica ira ter uma boa formação escolar, pois as escolas que integram a fundação Paula Souza são conhecidas por sua qualidade. Seria uma aposta na formação de uma nova geração de agricultores familiares proporcionando a sua profissionalização, que tem sido um dos principais componentes para a permanência dos agricultores familiares no município de Urânia, e um dos meios de garantir a sucessão hereditária na agricultura familiar e prepará-lo para a inserção qualificada nas organizações sociais da agricultura familiar.

A construção de políticas públicas municipais para a agricultura familiar independe do governo federal e estadual. Mas, se houvesse, por exemplo, por parte dessas duas esferas as seguintes ações: cooperação técnica por meio da contratação e destinação aos municípios de profissionais como: geógrafos, sociólogos, economistas, entre outros para auxiliar e orientar os administradores e as organizações sociais da agricultura familiar na elaboração dos projetos municipais de desenvolvimento; maior repasse de recursos para os municípios rurais que tem baixa arrecadação; e a institucionalização de mecanismos que barrassem gastos sem critério e com fins eleitoreiros evitando que os recursos públicos se esvaíssem para outras áreas. Concerteza em municípios como Urânia, caracterizado pela relevância da agricultura familiar grandes avanços teriam sido conquistados para o desenvolvimento do município.

A qualidade de vida no espaço rural é um componente indispensável para a elaboração de políticas públicas para o campo, por isso cabe a prefeitura aproximar e melhorar os serviços públicos de saúde, educação, manutenção de estradas rurais, dentre outros para a população rural.

A agricultura familiar é importante para o desenvolvimento do município de Urânia e é por isso que mudança de postura da prefeitura em relação ao espaço rural e aos agricultores familiares é um item essencial para a manutenção e fortalecimento da produção familiar e do município em sua totalidade. É latente a necessidade de implementação de ações junto a agricultura familiar, seja por parte do poder local, como também por outras instâncias de governo. Assim, esperamos ter oferecido alguma contribuição.

### **Considerações finais:**

A pesquisa mostrou a diversidade dos produtores familiares, tanto no que se refere ao nível de capitalização, como de motivação e perspectivas na agricultura e as suas estratégias de permanência no campo, mesmo em um recorte espacial e de número de produtores circunscritos. A heterogeneidade dos perfis de agricultores familiares que entrevistamos, fez com que nossa tarefa de identificar as estratégias empreendidas pelos produtores familiares se tornasse muito difícil. Assim, nossa análise apontou traços gerais em relação ao objeto de pesquisa: as ações empreendidas pelos produtores familiares.

A principal estratégia empreendida pelos produtores familiares são de base agrícola, mais especificamente se refere ao plantio de culturas rentáveis em pequenas áreas, como a uva, a laranja, caju e outras frutíferas, bem como de olerícolas: berinjela, milho verde, jiló, abóbora, dentre outras. Ou seja, culturas que proporcionam alto valor por área cultivada e que absorvem a mão-de-obra do produtor e de sua família. Assim, o componente espacial tem participação decisiva na constituição dessa estratégia, pois restringe o número de opções disponíveis de culturas para o cultivo, aliado a isso a tradição, o conhecimento adquirido e a relativa segurança na comercialização (certeza de que vai vender) por meio dos anos de experiências no cultivo dessas culturas proporcionam maior segurança com estas atividades e norteiam as ações dos produtores no sentido de manter ou expandir a área plantada.

Com a crise do café e das culturas temporárias a principal estratégia de permanência no campo no município de Urânia tem sido a fruticultura. Essa atividade mudou o padrão de produção regional e também do município de Urânia introduziu grande parte do pacote tecnológico da revolução verde, que foi adaptado a pequena produção local como salientou Locatel (2000) e (2004).

Grande parte dos produtores fruticultores tem mantido o padrão tecnológico, como também procuram intensificar o seu uso visando reduzir a dependência de mão-de-obra externa, que é escassa, cara e muitas vezes desqualificada, por isso boa parte dos viticultores preferem os parceiros ao invés de assalariados. Além disso, os investimentos em tecnologia visam aumentar a produtividade e o montante produzido e melhorar a qualidade do produto no intuito de ampliar a geração de renda.

A profissionalização do agricultor também é um importante elemento para compreender a permanência dos produtores familiares no município de Urânia, pois tanto a fruticultura, a olericultura e mesmo a pecuária leiteira para que proporcionem renda

satisfatória requerem grandes investimentos em mudas, parreiras (para isso é necessário madeira de qualidade, arames e telas, além da mão-de-obra), insumos, defensivos agrícolas, irrigação, etc., no caso da pecuária leiteira melhoria do padrão genético e do plantel de vacas. Tudo isso, demanda um controle e planejamento rígido dos lucros e despesas, a eficiência aumenta à medida que os padrões técnicos de produção são respeitados, evitando desperdícios, o conhecimento de mercado orientando o plantio de culturas com boas perspectivas de comercialização. Tão importante quanto a disponibilidade de recursos é a noção que o produtor tem das singularidades da atividade que desenvolve, que envolve noções das técnicas agrônômicas e de administração. Muitos produtores não tinham o preparo para produzir dessa maneira, logo não tiveram êxito ao adotarem estas novas atividades (isso no que se refere ao modelo de produção, pois a pecuária leiteira não é uma atividade comercial recente dos produtores familiares). O despreparo de muitos produtores, em especial aqueles com idade mais avançada está relacionado aos baixos níveis de escolaridade, restrita ou ausência no acesso a informações e assistência técnica.

Muitas atividades tradicionais como a pecuária leiteira, pecuária de corte, e em menor grau o café são expressivas em relação ao número de produtores que as desenvolvem, mas menos importantes em relação a representativa na renda. O que explica o expressivo número de produtores que desenvolvem estas atividades é a segurança financeira que muitos têm pelo fato de desenvolver outra cultura mais relevante economicamente, já que a especialização produtiva em torno da pecuária leiteira restringe-se a um número reduzido de produtores. E principalmente da aposentadoria rural que é a segunda maior fonte de renda do conjunto de produtores familiares pesquisados. Ressalta-se também que a pecuária leiteira é uma das principais atividades destinadas ao auto-consumo.

As atividades desenvolvidas externamente a unidade produtiva nem sempre se constituem numa estratégia de reprodução social dos agricultores familiares, elas são menos representativas que as atividades agropecuárias e a aposentadoria tanto em número como em volume de renda gerada. Somente se configura a situação de pluritividade nos núcleos familiares em que o próprio produtor, algumas esposas, e alguns poucos jovens (nenhuma moça) que as desenvolve com o objetivo de garantir a reprodução doméstica e da unidade produtiva, ao mesmo tempo em que mantém a atividade agrícola como uma de suas atividades. Grande parte das esposas e em menor parcela os filho(a)s contribuem com o orçamento doméstico, mas não exercem atividade na unidade produtiva, sendo que muitos jovens só garantem os gastos individuais. Em grande parte dos casos, o que motiva a adoção

de uma segunda ou mais atividades é a baixa geração de renda agrícola, manifestando-se assim uma particularidade brasileira no que se refere a pluriatividade como assinalou Alentejano (2001) e Schneider (2004 e 2006). Para a maioria dos jovens que residem na zona rural, mas trabalham fora da propriedade, seguramente a maioria deles não exercerá a profissão de agricultor, em função da baixa renda obtida, penosidade e falta de identificação com a atividade e seu êxodo do espaço rural é bem provável daqui alguns anos. Aliás, a sucessão hereditária na agricultura familiar no município de Urânia parece ser um grande desafio, uma vez que uma parte considerável dos filho(a)s dos produtores familiares não se encontram mais nas unidades produtivas e não pretendem retornar, e muitos dos que estão pretendem sair. Somente poucos jovens que tem apreço pela atividade agrícola que desenvolvem e tem perspectivas de ter um retorno financeiro satisfatório é que sucederam as propriedades.

O PRONAF tem importante papel no apoio às atividades produtivas dos produtores familiares, contribuindo para a manutenção, por meio da modalidade custeio, e expansão das atividades através da modalidade investimento, o que mostra a importância do programa. Apesar de suas limitações, em especial os obstáculos a concessão de financiamento aos produtores menos capitalizados decorrentes das exigências bancárias. O acesso ao crédito a taxas de juros mais baixas não é a maior dificuldade enfrentada pelos produtores familiares do município de Urânia, mas sim as dificuldades de comercialização, principalmente os baixos preços dos produtos agrícolas que reduz a margem de lucro dos agricultores.

As estratégias dos produtores familiares estão vinculadas, sobretudo a melhoria dos níveis de tecnologia e expansão das lavouras a fim de obter maior produção e produtividade. Todavia, essa é uma estratégia que amplia a dependência dos produtores em relação as indústrias a montante, cujos preços dos seus produtos oscilam bastante no mercado devido a cotação do petróleo, matéria-prima de grande parte dos fertilizantes.

Nesse sentido, o fortalecimento dos agricultores familiares se daria em estratégias que proporcionem um pouco mais de autonomia e poder de barganha junto aos representantes do capital comercial e ao capital industrial. Isso é possível através da organização dos produtores em torno de entidades representativas como associações e cooperativas, a fim de que aglutinem interesses e ampliem a expressividade econômica e política.

Além disso, a organização em torno de associações facilita a realização de parcerias com vários órgãos e entidades, e possibilita o acesso a canais que estão sendo abertos pelas políticas públicas como o PAA, que tem se configurando em uma alternativa de renda para

vários produtores familiares do Brasil, alguns deles com características muito similares aos do município de Urânia, como é o caso do município de Junqueirópolis, estudado por Veloso (2008). Algumas políticas públicas são uma oportunidade para fortalecer a atuação das associações de produtores rurais do município, em especial da CAMU, uma vez que proporcionam resultados imediatos e o amadurecimento dos trabalhos coletivos, despertando a conscientização de participação e envolvimento, que estão muito baixos, fortalecendo assim as entidades e consequentemente os próprios agricultores familiares associados.

Por fim, o poder local, representado pela prefeitura pode desempenhar um importante papel na constituição de um projeto para a agricultura familiar e para o espaço rural, beneficiando o município como um todo. Apesar das limitações orçamentárias, se houver vontade política e empenho dos recursos humanos existentes é possível avançar bastante no apoio e fortalecimento da produção familiar no município de Urânia.



## Referências:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed, São Paulo: Hucitec, 1992.

ALENTEJANO, Paulo. Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João C.(org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 3ª ed. Passo Fundo: EDIUF, 2001. p. 149- 175.

AQUINO, Joacir Rufino de. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), XLVII, 2009 - Porto Alegre-RS. **Anais...** Porto Alegre-RS, 2009, p. 1 – 21. Disponível em: [http://www.sober.org.br/conteudo.php?item\\_menu\\_id=6&mostra\\_congresso\\_realizado=1&id\\_realizado=13](http://www.sober.org.br/conteudo.php?item_menu_id=6&mostra_congresso_realizado=1&id_realizado=13). Acesso em 20/02/2010.

AUGUSTO, Helder dos A.; RIBEIRO, Eduardo M. O idoso rural e os efeitos das aposentadorias nos domicílios e no comércio local: O caso de Medina, nordeste de Minas. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Desafios e oportunidades do crescimento zero, XV, 2006, Caxambú-MG. **Anais...** Campinas; ABEP, 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_316.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_316.pdf)>. Acesso em 03/07/2010.

**BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF/PRONAF. Crédito rural do PRONAF. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 04/07/2009.

\_\_\_\_\_. Plano safra da agricultura familiar 2007/2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em 03/03/2010.

\_\_\_\_\_. Plano safra da agricultura familiar 2008/2009. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 04/07/2009.

\_\_\_\_\_. Plano safra da agricultura familiar 2009/2010. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 08/03/2010.

CLEMENTE, Evandro Cezar. **Formação, Dinâmica e Reestruturação da cadeia produtiva do leite na região de Jales**. 2006, 196f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.

COORDENADORIA DE ASSISTENCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI. **Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária**. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/>>. Acesso em: 17/10/2009.

CÔRREA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia In: CASTRO, I. E.; CÔRREA, R. L.; COSTA, P. C. G. da. (Orgs.) **Geografia : conceitos e temas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p. 15-47.

COSTA, Anita. A. A. ; RIBEIRO, Tereza. C. A. Associativismo rural no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2001. **Anais...**Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2001, p. 1 - 8. Disponível em: <<http://www.valedotaquari.org.br/agro/associativismo/associativismo.pdf>>. Acesso em 03/09/2010.

DAVID, M. D.; DAVID, A. C. de A. ; RODRIGUES, M dos S.; ROLLO, P. de A. Previdência rural no Brasil: uma análise de seu e eficácia como instrumento de combate a pobreza à pobreza rural In: **Seminário FAO/CEPAL/RIMISP: Experiências exitosas de combate à pobreza rural na América Latina**, 1999. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=1730>>. Acesso em: 11/08/2010.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS – DESER. **Agricultura familiar e desenvolvimento local: municipalização, diretrizes de desenvolvimento e proposta de políticas públicas**. 1997. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/DESER97-1.pdf>>. Acesso em: 11/08/2010.

DINIZ, João H.; FERRARI, Glayson. Comércio solidário no Brasil: esta idéia tem futuro? In:

FRANÇA, C. L. (Org.). **Comércio Ético e Solidário**. São Paulo: Fundação Friedrich

Ebert/ILDES, 2002, p. 34-57.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANALISE DE DADOS – SEADE – **Informações Municipais**. Disponível em: < <http://www.seade.sp.gov.br/master.php?opt=inf>>. Acesso em 10/03/2010.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 154-189, jul/dez, 2003.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), XLIII, 2005 - Ribeirão Preto-SP. **Anais...** Ribeirão Preto-SP, 2005. Disponível em: <[http://www6.ufrgs.br/pgdr/textos\\_para\\_discussao.php?cod=0](http://www6.ufrgs.br/pgdr/textos_para_discussao.php?cod=0)>. Acesso em 01/03/2010.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, p. 51-113, 1997.

GUANZIROLI, Carlos Eduardo. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, 2007, ISSN 0103-2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 15/07/2009.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 81-94.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2006.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em 08/03/2010.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 2000.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000ru.asp>>. Acesso em 05/03/2010. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília:

MDA, 2000. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/censo-95-v-final-2000.pdf>>. Acesso em 08/08/2010.

LAMARCHE. Hugues. (Org.) **A Agricultura familiar: uma realidade multiforme**, v. 01, Campinas: Unicamp, 1993.

LOCATEL, Celso Donizete. **Modernização da Agricultura, Políticas Públicas e Ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões geográficas de Jales e Fernandópolis-SP.** 2004, 472f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na região de Jales-SP.** 2000, 272f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: Análise de Indicadores.** Brasília, Série Estudos 11 NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

\_\_\_\_\_. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica.** Brasília: Série Estudos 12 NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

\_\_\_\_\_. ; CAZELLA, A. A. Planejamento e gestão do PRONAF Infra-estrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.** 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 175-199.

MENEGATI, Regiane Aparecida. **As Estratégias dos Produtores Familiares do Município de Indiana-SP.** 2008. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. 2ª Edição. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec & Polis. 1998

NARDOQUE, Sedeval. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales-SP**. 2007. 445f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Rio Claro.

NEVES, Delma Peçanha. Agricultura Familiar: quantos ancadouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 211- 270.

PETINARI, Ricardo Alessandro. **Agricultura familiar em microbacias do noroeste do Estado de São Paulo: estratégias de reprodução e organização**. 2007, 226f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000418197>>. Acesso em: 13/08/2009.

PETRONE, Maria Tereza. S. **O Imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PINHEIRO, Diógenes. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, João C.(org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 3ª ed. Passo Fundo: EDIUF, 2001. p. 337- 365.

SANT'ANNA, Antonio Lázaro. **Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Araraquara

SANTOS, Milton. **Metamorfoses dos espaço habitado**. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: da crítica a geografia por uma geografia crítica**. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAUER, Sérgio. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. In: **Embrapa Informação Tecnológica**, Brasília, DF 1ª ed. Texto para discussão 30, 73p. 2008, ISSN 1677 – 5473. Disponível em: <[http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Texto-30\\_19-11-08.pdf](http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Texto-30_19-11-08.pdf)>. Acesso em: 16/08/2010.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e Industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. A Pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), XLIV, 2006 -

Fortaleza. **Anais...** Fortaleza-CE, 2006, p. 1 – 16. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/193.pdf>>. Acesso em: 16/08/2010.

\_\_\_\_\_. ; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-49.

\_\_\_\_\_. ; NIEDERLE, Paulo. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G ; FARIAS NETO, A.L. (Org.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. 1ª ed. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008, v., p. 989-1014. Disponível em: [http://www6.ufrgs.br/pgdr/textos\\_para\\_discussao.php?cod=0](http://www6.ufrgs.br/pgdr/textos_para_discussao.php?cod=0)>. Acesso em 01/03/2010.

SEIXAS, Genésio Mendes de. **Memórias de Jales: até a instalação da Comarca**. 1ª ed. Jales-SP: Edição do Autor, 2006.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; DORIGON, C.; MELLO, M. A.; BALDISSERA, I. T. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis/Brasília: Epagri/NEAD, 2001. 120 p. Disponível em: <<http://www.abramovay.pro.br/livroscolet.htm>>. Acesso em: 01/07/2010.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília, Série Estudos 11 NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

VELOSO, Fernando. **As estratégias para a permanência dos pequenos proprietários de terra no espaço rural do município de Junqueirópolis-SP**. 2008, 154f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. ; HESPANHOL, Rosângela A. M. Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos no EDR de Dracena-SP. In: Congresso Brasileiro de Organização do Espaço, I, 2010. **Anais...** Rio Claro-SP, 2010, p. 1 – 21. Disponível em Cd Rom.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In: **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

\_\_\_\_\_. Olhares sobre o rural brasileiro. In: **Raízes**, Campina Grande, v. 23, nºs 01 e 02, p. 82-93, jan/dez, 2004.

\_\_\_\_\_. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. In: TEDESCO, João C.(org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 3ª ed. Passo Fundo: EDIUF, 2001. p. 21-55.

## 9. Anexos:

### ANEXO A - FORMULÁRIO APLICADO JUNTO AOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE URÂNIA/SP

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR E DA PROPRIEDADE:

- 1.1. Nome: ..... 1.2. Idade:.....
- 1.3. Estado civil ( ) solteiro ( ) casado ( ) viúvo ( ) desquitado ( ) divorciado ( ) amasiado ( ) outro.....
- 1.4. Escolaridade: ( ) Analfabeto ( ) Ensino Fundamental incompleto ( ) Ensino Fundamental completo ( ) Ensino Médio incompleto ( ) Ensino Médio completo ( ) Superior incompleto ( ) Superior completo
- 1.5. Condição do produtor: ( ) proprietário ( ) arrendatário ( ) parceiro ( ) outro.....
- 1.6. Há quanto tempo está (ou reside) na propriedade?.....anos
- 1.7. Reside no ( ) no próprio estabelecimento rural ( ) na cidade
- 1.8. Nome da propriedade:..... Bairro Rural:.....
- 1.10. Tamanho da Propriedade..... em hectares ou.....alqueires
- 1.11. Possui área tomada ou concedida em arrendada/parceria? ( ) não ( ) sim. Se sim, quantos: ..... em (hectares) ou.....alqueires

#### 2. PERFIL DO PRODUTOR:

- 2.1. Município de origem: .....- Estado:.....
- 2.2. Seus pais eram ou são agricultores? ( ) sim ( ) não 2.2.1. Quantos irmãos e irmãs o Sr. tem?.....
- 2.3. Antes de residir neste Município/região, o Sr. já morou em outro local? (..) Sim. ( ) Não Se sim, Qual (s) município(s):.....Estado:.....
- 2.3.1 Porque se mudou para este local/região?.....
- 2.5. Qual(is) era(m) o (s) produto(s) cultivado(s) na época?.....
- 2.6. Como o Sr. adquiriu esta propriedade ( ) compra ( ) herança ( ) compra e herança ( ) outra forma. Qual?.....
- 2.7. Há quantos anos o Sr. trabalha na agricultura?.....

### 3. ATIVIDADE AGRÍCOLA DESENVOLVIDA NA PROPRIEDADE NA SAFRA 2009/2010.

| Culturas                    | Área (ha. /alq.) | Produção<br>(ton. /sac. /lit.) | Número de pés |
|-----------------------------|------------------|--------------------------------|---------------|
| Uva                         |                  |                                |               |
| Laranja                     |                  |                                |               |
| Pinha                       |                  |                                |               |
| Atemóia                     |                  |                                |               |
| Caju                        |                  |                                |               |
| Outros citrus <sup>66</sup> |                  |                                |               |
| Café                        |                  |                                |               |
| Eucalipto                   |                  |                                |               |
| Seringueira                 |                  |                                |               |
| Milho                       |                  |                                |               |
| Feijão                      |                  |                                |               |
| Cana-de-açúcar              |                  |                                |               |
| Tomate                      |                  |                                |               |
| <b>Pastagens</b>            |                  |                                |               |
| Outros/Especifique:         |                  |                                |               |
|                             |                  |                                |               |
|                             |                  |                                |               |

#### 3.1. Quanto à atividade criatória:

| Tipo            | Número de cabeças |
|-----------------|-------------------|
| Bovino de corte |                   |
| Bovino leiteiro |                   |
| Gado misto      |                   |
| Suíno           |                   |
| Caprino         |                   |
| Aves            |                   |
| Outros          |                   |
| Quais ?.....    |                   |
|                 |                   |

<sup>66</sup> Exemplo: Tangerina, Poncã, Limão, Lima da Pércia.

**4. DESTINO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA** (Em toneladas/sacas/arrobas - especificar a unidade de medida utilizada) - Safra 2009/2010 (especificar em qual município se localiza a coop., agroind., cerealista, supermercado, outros)

| Produto | Consumo<br>Próprio | Cooperativas e<br>Associações | Agroindústrias/<br>Cerealistas | Supermercados<br>/Sacolões | Ceagesp | Frigoríficos/Atraves<br>sadores | Laticínios | Outros |
|---------|--------------------|-------------------------------|--------------------------------|----------------------------|---------|---------------------------------|------------|--------|
|         |                    |                               |                                |                            |         |                                 |            |        |
|         |                    |                               |                                |                            |         |                                 |            |        |
|         |                    |                               |                                |                            |         |                                 |            |        |
|         |                    |                               |                                |                            |         |                                 |            |        |
|         |                    |                               |                                |                            |         |                                 |            |        |
|         |                    |                               |                                |                            |         |                                 |            |        |
|         |                    |                               |                                |                            |         |                                 |            |        |

4.1. Qual (is) o (s) principal (is) problema(s) enfrentado pelo Sr. para comercializar sua produção?

- ( ) Risco de calote no pagamento  
 ( ) Falta de opções de compradores para a produção  
 ( ) Baixo valor pago pelos produtos agrícolas  
 ( ) Más condições de pagamento (ex. pagamento parcelado em longos prazos)  
 ( ) Outros, quais?

.....

#### 5. IMPORTÂNCIA DO ESTABELECIMENTO COMO LOCAL DE TRABALHO DA FAMÍLIA:

5.1. Quantas pessoas moram na propriedade?.....

5.2. O Sr. têm filhos? ( ) sim. (..) não

Se sim, Quantos? ( ) 1 idade: \_\_\_\_, ( ) 2 idade: \_\_\_\_, ( ) 3 idade: \_\_\_\_, ( ) 4 idade: \_\_\_\_  
 \_\_\_\_, ( ) 5 idade: \_\_\_\_ ( ) mais de 5, quantos? Idade:

5.3. Grau de escolarização dos filhos:.....

5.4. Situação civil dos filhos: (..) solteiro. Quantos?.....Local de residência:.....

(..) casado. Quantos?.....Local de residência:.....

5.5. Os filhos trabalham na propriedade (..) sim (..) não. Em que fase:.....

5.6. Há algum filho/ou membro da família que reside com o Sr. e trabalha fora da propriedade (**atividades não agrícolas**): (..) não (..) sim. Se sim, onde e quem as desenvolve?.....

5.6.1. A renda obtida nesse trabalho externo é aplicada na propriedade? (..) sim. (..) não

(..) Parcialmente (..) integralmente

5.7. O Sr. emprega trabalhadores assalariados? ( ) não ( ) sim. Se sim, em que fase?.....

( ) permanentes ( ) temporários ( ) parceiros ( ) agregados ( ) vizinhos ( ) mutirão

5.8. Alguém da família recebe **aposentadoria/pensão**? ( ) Não ( ) Sim Se sim, quantas e quem a recebe?.....

5.8.1. No caso de aposentado em que atividade o Sr. se aposentou? ( ) agricultor ( ) ocupação não agrícola, qual.....

## 6. FONTE DE RENDA DA FAMÍLIA

6.1. Na safra 2006/2007, quanto em termos percentuais, cada uma dessas atividades representou sobre a renda total obtida.

| ATIVIDADES                    | % sobre a renda total obtida |
|-------------------------------|------------------------------|
| Lavouras                      |                              |
| Pecuária de corte:            |                              |
| Pecuária de leite:            |                              |
| Trabalhos não agrícolas       |                              |
| Trabalho agrícola p/terceiros |                              |
| Arrendamento                  |                              |
| Aposentadoria/pensão          |                              |

6.2. Como o Sr. gostaria de utilizar eventuais economias. Por quê?

- ( ) Aquisição de mais terras, ( ) Aquisição de Máquinas e Implementos  
 ( ) Investimento na infra-estrutura da propriedade (ex. construção/ampliação ou melhoria de curral, cerca, estábulo, moradia, armazém, silos, depósito, tulha, etc.),  
 ( ) Investimento em irrigação (montagem/troca/ampliação dos aparelhos e da rede de irrigação),  
 ( ) Depositária na poupança, ( ) Investiria fora da agricultura, ( ) Outros, quais?

.....

6.3. Para ter bons rendimentos na sua propriedade, é preciso:

- ( ) diversificar a produção ( ) investir sempre na propriedade e nos meios de produção  
 ( ) investir na formação técnica (cursos) ( ) ter conhecimento da movimentação dos preços no mercado  
 ( ) fazer parte de um grupo de produtores – associação e/ou cooperativas ( ) outros.

Quais?.....

**7 - MEIOS DE PRODUÇÃO- Disponíveis**

| Máquinas/Implementos          | Número | Máquinas/Implementos            | Número |
|-------------------------------|--------|---------------------------------|--------|
| Trator                        |        | Pulverizador de tração mecânica |        |
| Arado de tração animal        |        | Distribuidor de Calcário        |        |
| Arado Mecânico/Grade/         |        | Ordenhadeira Mecânica           |        |
| Plantadeira p/ plantio direto |        | Tanque de expansão              |        |
| Micro-trator                  |        | Roçadeira                       |        |
| Colheitadeira                 |        | Ensiladeira                     |        |
| Plantadeira convencional      |        | Outros. Quais?                  |        |

**8. NÍVEL TECNOLÓGICO - Safra 2009/2010**

8.1. O Sr.(a) utiliza ou pratica com frequência nas principais atividades (culturas e/ou criações)

| Especificação                  | Sim | Não | Especificação          | Sim | Não |
|--------------------------------|-----|-----|------------------------|-----|-----|
| Análise do Solo                |     |     | Adubação Verde         |     |     |
| Adubação Química               |     |     | Inseminação Artificial |     |     |
| Adubação Orgânica              |     |     | Vacinação              |     |     |
| Calagem                        |     |     | Ração                  |     |     |
| Terraceamento                  |     |     | Inseminação Artificial |     |     |
| Rotação de Culturas            |     |     | Plasticultura          |     |     |
| Consortiação de Culturas       |     |     | Agricultura orgânica   |     |     |
| Área de Reserva Legal          |     |     | Plantio direto         |     |     |
| Área de preservação permanente |     |     | Outros.....            |     |     |

8.2. Onde o Sr. adquire os insumos para produção?

( ) Associação/Cooperativa, ( ) Outros produtores, ( ) Vendedor que vai até a propriedade, ( ) Loja de produtos agropecuários localizada em Urânia ( ) Loja de produtos agropecuários localizada em outros municípios, Qual município? \_\_\_\_\_ ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

8.3. O Sr. acha possível cultivar os produtos sem a utilização de defensivos agrícolas?( ) Sim ( ) Não.

Por

que?.....  
 .....

8.4. Tipo de assistência técnica utilizada:

( ) Oficial ( ) Particular ( ) Cooperativa ( ) Associação ( ) Não utiliza

### 9. FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO:

9.1. O Sr. costuma solicitar financiamento bancário para realizar suas atividades agrícolas? E na safra 2009/2010? ( ) Sim ( ) Não. Por que? .....

Se Sim. Qual tipo? ( ) investimento ( ) custeio ( ) comercialização ( ) PRONAF ( ) PRONAFINHO  
 . No caso do PRONAF, em qual grupo?.....

9.1.1 Em qual instituição bancária?.....

9.1.3. Qual o valor do financiamento? Quais as condições de pagamento?.....

9.2.1. Quantas vezes o Sr. já utilizou o financiamento do PRONAF?

9.2.2. Em quais anos de safra o Sr. adquiriu o financiamento do PRONAF?

|  |         |  |         |
|--|---------|--|---------|
|  | 1996/97 |  | 2003/04 |
|  | 1997/98 |  | 2004/05 |
|  | 1998/99 |  | 2005/06 |
|  | 1999/00 |  | 2006/07 |
|  | 2000/01 |  | 2007/08 |
|  | 2001/02 |  | 2008/09 |
|  | 2002/03 |  | 2009/10 |

9.2.3. Na modalidade custeio, em que ações o Sr. alocou os recursos do PRONAF?

( ) Aquisição de mudas/sementes, ( ) Aquisição de insumos/fertilizantes e defensivos agrícolas ( ) Outros. Quais?

.....

9.2. 4. Na modalidade investimento, quais ações o Sr. empregou os recursos do PRONAF?

( ) Aquisição de máquinas/implementos agrícolas,  
 ( ) Aquisição de resfriador de leite,  
 ( ) Aquisição de matrizes leiteiras/investimento na melhoria do plantel bovino,  
 ( ) Compra de ordenhadeira mecânica,  
 ( ) melhoria na infra-estrutura da propriedade (construção de barracão, tulhas, silos, etc.),  
 ( ) Aquisição de aparelho e material de irrigação, ( ) Outros. Quais?

.....

9.2.5. Qual a importância dos recursos do PRONAF para o desenvolvimento das atividades agropecuárias desenvolvidas pelo Sr.?

- ( ) Dependo essencialmente dos recursos do PRONAF para investir na produção  
( ) Os recursos do PRONAF são importantes, mas a maior parte dos investimentos realizados na produção são provenientes de outras fontes (Ex. recursos próprios, e de outras fontes de financiamento)  
( ) Os recursos do PRONAF são pouco significativos no custeio e investimentos das atividades agropecuárias.  
( ) Não utiliza financiamento do PRONAF.

9.2. 6. O PRONAF têm garantindo a permanência dos jovens na atividade agropecuária?

- ( ) Sim, ( ) Não. Por quê ?

9.2.7. No que o PRONAF é positivo e no que ele é negativo? O que poderia ser feito para que o Programa melhorasse as condições dos produtores familiares?

## 10. ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

10.1 É associado a cooperativa? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, qual (is)?

.....

a) Desde quando?.....Porque se filiou? Quais as vantagens?.....

10.2 É membro de alguma associação de agricultores? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, qual (is)?

.....

a) Desde quando?.....Porque se filiou? Quais as vantagens?.....

10.3 É filiado a algum sindicato rural? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, qual (is)?

.....

a) Desde quando?.....Porque se filiou? Quais as vantagens?.....

10.4. O sr (a) ocupa ou já ocupou algum cargo nessas organizações coletivas? ( ) não ( ) sim,

qual?.....O que achou/acha da experiência?.....

## 12. CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA PROPRIEDADE:

12.1. Em termos de infra-estrutura, a propriedade dispõe de:

a) Energia elétrica ( ) Sim ( ) Não

b) Água proveniente de: ( ) poço caipira (..) poço artesiano (..) outra forma

Qual?.....

Possui área irrigada: ( ) Sim ( ) Não. Se sim,...área em hectares ..... ou alqueires.....

b.1)Procedência da água utilizada para irrigação .....

b.2) Tipo de irrigação: (..) Aspersão (..) Gotejamento (..) Pivô Central (..) Outro tipo. Qual? .....

b.3) Cultivos que são irrigados:.....

c) Telefone ( ) Não ( ) Sim. Residencial ou Celular?.....

d) Depósitos (tulha) (..) Sim (..) Não

f) Outros. Quais.....

12.2. A casa de residência da família é :

(..) madeira (..) tijolos (..) combinada ( ) outro material. Qual?.....

12.3. Em termos de bens de consumo duráveis, a família dispõe de:

a) Televisão ( ) Não ( ) Sim. Se sim, quantas?.....

b) Vídeo Cassete ( ) Não ( ) Sim. Se sim, quantos?.....

c) Geladeira ( ) Não ( ) Sim. Se sim, quantas?.....

d) Freezer ( ) Não ( ) Sim. Se sim, quantos?.....

e) Computador ( ) Não ( ) Sim. Se sim, quantos?.....

f) Automóvel ( ) Não (..) Sim. Se sim, quantos?..... Marca e ano de fabricação.....

### 13. PERSPECTIVAS E AVALIAÇÃO DO PRODUTOR

13.1. Qual é o grau de interesse em continuar investindo nesta atividade? ( ) alto; ( ) médio; ( ) baixo, Por que?.....

.....

13.2. Quais são as principais dificuldades enfrentadas na atividade?

( ) falta de incentivo do Estado; ( ) dificuldade de comercialização; ( ) falta de assistência técnica; ( ) problemas relacionados ao clima; ( ) falta de melhores técnicas e equipamentos de cultivo; ( ) outras, quais?

.....

13.3. O que o Sr. acha que o Governo poderia fazer para melhorar as condições dos agricultores brasileiros?

.....

.....

.....

13.4. Qual é a sua avaliação sobre a atuação da:

- Prefeitura Municipal ( ) ótima ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) indiferente

- Casa da Agricultura ( ) ótima ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) indiferente

- CMDR ( ) ótima ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) indiferente ( ) Desconhece a existência do CMDR

- Associação de produtores ( ) ótima ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) indiferente ( ) Desconhece a existência da Associação
- Cooperativa de produtores ( ) ótima ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) indiferente ( ) Desconhece a existência da Cooperativa
- Sindicatos rurais ( ) ótima ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) indiferente ( ) Desconhece a existência de Sindicatos Rurais

13.5. Com relação ao futuro, quais as perspectivas da família na unidade produtiva? ( ) Permanecer no meio rural ( ) arrendar a propriedade ( ) herança para os filhos ( ) vender e ir para a cidade. Por quê?.....

.....

13.6. Na sua opinião, os jovens de hoje se sentem pouco estimulados a permanecer na zona rural? ( ) sim ( ) não. Por quê?

.....

.....

.....

13.7. Como o Sr. vê a questão do avanço da cana-de-açúcar no município?

.....

.....

13.8. Em sua opinião, quais são as perspectivas para a região e para o município em termos da agropecuária?

.....

.....

**Observações:**



**ANEXO B - Roteiro de Entrevista – Associação de Produtores****Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**Fone para contato:**

1. Nome do Entrevistado:
2. Função:
3. Tempo na Função:
4. Nome da Associação:
5. Ano de fundação:
6. Atualmente qual é a área de abrangência (atuação):  
( ) bairro ( ) município ( ) Outro. Qual?
7. Qual é o principal objetivo, e quais os motivos que motivaram a sua criação?
9. Além dos produtores, a associação recebeu a colaboração de algum órgão ou instituição pública ou privada para ser criada?
10. Se recebeu algum incentivo de órgãos ou instituições públicas, de qual nível de governo recebeu?  
( ) Governo Federal. Qual(is) o(s) incentivos?  
( ) Governo Estadual. Qual(is) o(s) incentivos?  
( ) Prefeitura. Qual(is) o(s) incentivos?
11. O Sr. têm conhecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?  
( ) Não, ( ) Sim, Se sim, o que o Sr. acha do Programa? Há perspectivas da Associação e dos associados em aderir ao PAA? Por quê?  
.....
12. Sobre a previdência social rural. Qual a importância dela na composição da renda e manutenção dos produtores familiares do município? Por quê?  
( ) Muito importante, ( ) Importante, ( ) Não é expressiva  
.....
13. Após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) houve impactos positivos na agropecuária municipal?  
( ) Sim, Se sim quais? ( ) Não

14.. O PRONAF consegue atender todas as carências sócio-econômicos dos produtores familiares do município de Urânia?

(    ) Sim, (    ) Não. Por quê?

.....

15. No que o PRONAF é positivo e no que ele é negativo? O que poderia ser feito para que o Programa melhorasse a situação dos produtores familiares?

16. Com quantos produtores a associação iniciou suas atividades, e quantos atualmente fazem parte da associação? Há planos para se aumentar esse numero? Quais? Como?

17. Houve dificuldades para a implantação da associação? E hoje, há dificuldades/êxito para a manutenção da associação? Cite as principais dificuldades ou êxitos.

18. Como eles podem ser classificados em termos de estrutura fundiária:

Grandes:\_\_\_\_ Médios:\_\_\_\_ Pequenos:\_\_\_\_

19. Quais são as exigências para a filiação de produtores na associação?

20. Qual é a área média cultivada pelos produtores associados? Os principais produtos cultivados?

21. Qual(is) as atividades promovidas pela associação?

(    ) Resfriamento de leite.

(    ) Processamento de produtos agrícolas. Qual(is) ? Após o processamento, onde ele é comercializado?.....

(    ) Comercialização de produtos agrícolas. Quais produtos ? Quem compra ? Onde o produto é revendido?.....

(    ) Aquisição de insumos/máquinas para a lavoura ou embalagens. Especifique:.....

(    ) Oferecimento de serviços de máquinas agrícolas a preços mais baixos que os praticados no mercado

(    ) Oferecimento de mudas e sementes

(    ) Outros. Qual(is) ?

22. Existem medidas específicas que estão sendo implementadas para buscar resolver os problemas de comercialização da produção dos associados?

23. Os associados têm assistência técnica? ( ) Sim, a maioria ( ) Sim, alguns ( ) Não, nenhum. Qual (is) os tipos? ( ) Oficial ( ) Particular ( ) Cooperativa ( ) Associação

24. E em termos de infra-estrutura, do que a associação dispõe?

25. A associação tem funcionários? Quantos: Total - .....  
\_\_\_ permanentes \_\_\_ temporários.

26. Exercem quais funções?

27. A associação tem um local específico para a realização de reuniões?  
( ) sim. Onde?  
( ) não

28. Qual é a frequência das reuniões:  
( ) mensal ( ) bimestral ( ) semestral ( ) anual ( ) indefinida

29. Quais as perspectivas da associação em relação à fruticultura municipal e regional?

30. Como o Sr. vê a questão do avanço da cana-de-açúcar no município e região?.....  
.....  
.....  
.....

31. E os produtores rurais, como eles têm visto esta questão?.....  
.....  
.....

32. Em sua opinião, quais são as perspectivas para o município e região em termos da agropecuária?  
.....  
.....  
.....  
.....



33. Quais as perspectivas em relação à permanência dos jovens no espaço rural do município de Urânia?

Observações:

.....

.....

.....



## ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

**Data da entrevista:** .....

**Local:** .....

1. Nome do entrevistado:.....

2. Função:.....

3. Ano de criação do CMDR:

4. Foi criado por iniciativa de quem/qual instituição:.....

5. O que motivou a criação do CMDR?.....

6. Quais são as principais atribuições do CMDR?.....

7. Quem são os atuais componentes do CMDR?.....

8. Como foi a escolha dos representantes:

(...) indicação. De quem:

(...) eleição. Realizada quando?

(...) outra. Qual?

9. Periodicidade das reuniões:

( ) Mensal ( ) bimestral ( ) Semestral ( ) Anual ( ) Indefinida

10. O município possui um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural?

( ) Sim. Qual é o período de vigência?

( ) Não. Porque?

11.1 Se sim, como ele está estruturado? (E possível fornecer uma cópia?)

.....

.....

11.2 Quem participou da sua elaboração? Houve a participação popular? Como?

.....

.....

.....

11.3 Período de vigência do Plano:

12. Quais são os principais problemas enfrentados pelo CMDR?.....

.....

.....

13. O CMDR tem um local específico para a realização de reuniões: ( ) Sim ( ) Não  
Se sim, onde?

14. Há articulação por meio de parcerias e/ou convênios com outras instituições/órgãos:

( ) Sim ( ) Não

Se sim, com: ( ) Prefeitura municipal

( ) governo estadual

( ) sindicatos

( ) Igreja

( ) Casa da Agricultura

( ) Universidades

( ) Outro. Qual?

14.1. Especificar o convênio:

14.2. Especificar a parceria:



15. O Sr. têm conhecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

( ) Não, ( ) Sim, Se sim, o que o Sr. acha do Programa? Há interesse dos produtores rurais em aderir ao PAA? Por quê?

.....

16. Sobre a previdência social rural. Qual a importância dela na composição da renda e manutenção dos produtores familiares do município? Por quê?

( ) Muito importante, ( ) Importante, ( ) Não é expressiva

.....

17. Após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) houve impactos positivos na agropecuária municipal?

( ) Sim, Se sim quais? ( ) Não

17.1. O PRONAF consegue atender todas as carências sócio-econômicos dos produtores familiares do município de Urânia?

( ) Sim, ( ) Não. Por quê?

.....

17.2. No que o PRONAF é positivo e no que ele é negativo? O que poderia ser feito para que o Programa melhorasse a situação dos produtores familiares?

19. Como o Sr. vê a questão do avanço da cana-de-açúcar no município e na região?.....

.....

20. E os produtores rurais, como eles têm visto esta questão?.....

.....

.....

21. Em sua opinião, quais são as perspectivas para a região em termos da agropecuária?

23. Quais as perspectivas em relação à permanência dos jovens no espaço rural do município de Urânia?

.....

.....

.....

Observações:



**ANEXO D - Roteiro de Entrevista - Representante da Casa da Agricultura  
Município de Urânia****Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. Nome do Entrevistado:
2. Função:
3. Tempo na função:
4. Quais são os objetivos da Casa da Agricultura no município?
5. Quando começaram as atividades da Casa da Agricultura no município?
6. No período de funcionamento da Casa da Agricultura houve mudanças qualitativas e quantitativas com relação à agricultura local?  
( ) Sim. Quais? Especifique, explique.  
(..) Não
7. Quantos e quais profissionais (Engenheiros, técnicos agrícolas, veterinários) atuam no momento atual na Casa da Agricultura? Eles são contratados por quem?
8. Quais as maiores dificuldades enfrentados para o pleno funcionamento das ações da Casa da Agricultura?
9. A Casa da Agricultura tem parceria e/ou convênios com outras instituições privadas ou públicas?  
( ) Sim. Com quais? De que tipo?  
( ) Não. Se não, tem planos futuros?
10. Existe algum programa específico para os pequenos produtores rurais locais?  
( ) Sim. Qual?  
( ) Não
- 10.1. Em caso afirmativo: Qual é esse programa?
- 10.2. Quais são seus objetivos?
- 10.3. Período de vigência:
- 10.4 E de iniciativa de quem: ( ) município ( ) governo estadual ( ) governo federal  
( ) outro. Qual?
- 10.5 Qual é o número de produtores do município envolvidos? E beneficiados?
- 10.6 Quais são os benefícios para os produtores? E para o município em geral?

10.7. Estes objetivos estão sendo alcançados com êxito?

- ( ) Sim. Como?  
( ) Não – Porquê?

11. Quais são os principais produtos cultivados pelos pequenos produtores rurais locais?  
Em termos de área cultivada:

Em termos de quantidade produzida:

Em termos de valor da produção:

12. Quais as maiores problemas enfrentados pelos produtores rurais locais?

13. Com qual frequência é realizada essa assistência? Quem faz? É remunerado? Por quem?

14. O senhor reconhece a importância de formas coletivas de organização à geração de renda aos pequenos produtores rurais? ( ) Sim

..... ( ) Não – Porquê?

15. Há formas coletivas de produção e comercialização no município?

- ( ) Sim. Se sim: Qual? Onde se localiza? Quantos produtores fazem parte?  
( ) Não. Porque? Quais são as principais dificuldades encontradas no município?

16. Existe algum tipo de incentivo por parte da Casa da Agricultura para a criação de organizações coletivas (produção, comercialização, beneficiamento e/ou assistência técnica) no município?

- ( ) Sim. De qual tipo?  
(...) Não. Porque?

19. E de outro órgão e/ou instituição, como a Prefeitura Municipal e outros?

- ( ) Sim. De qual órgão?  
( ) Não

20. E quanto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural? Ele funciona? Como? Quem são seus representantes?

21.1. Há um trabalho conjunto entre a Casa da Agricultura e o CMDR?

- ( ) Sim. Como?  
( ) Não. Porque?

22. Como o Sr. vê a questão do avanço da cana-de-açúcar no município na região?.....

.....

23. Na sua perspectiva, como os produtores rurais têm visto esta questão?.....

.....

24. Em sua opinião, quais são as perspectivas do setor agropecuário na região?

.....

.....

.....

25. Sobre a previdência social rural. Qual a importância dela na composição da renda e manutenção dos produtores familiares do município? Por quê?

( ) Muito importante, ( ) Importante, ( ) Não é expressiva

.....

26. Quais as perspectivas em relação à permanência dos jovens no espaço rural do município de Urânia?

Outras observações:

.....

.....

**ANEXO E – Projeto de Lei que tornou a CAMU Entidade Pública****PROJETO DE LEI Nº 955, DE 2009**

Declara de utilidade pública " Central das  
Associações do Município de Urânia", Urânia

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:**

**Artigo 1º** - É declarada de utilidade pública a Central das Associações do Município de Urânia, com sede no município de Urânia.

**Artigo 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A associação, com sede no Município de Urânia atua no desenvolvimento da agropecuária.

A Central das Associações do Município de Urânia, promove o desenvolvimento da agropecuária, congregando as Associações de produtores rurais e através delas os produtores e seus associados.

A Associação demonstra em seu estatuto que seus objetivos de trabalho vêm de encontro às finalidades estatutárias.

Desta forma, reconhecer o relevante trabalho realizado pela Central das Associações do Município de Urânia e declarar a utilidade pública é medida justa com a qual será possível à entidade auferir os benefícios decorrentes dessa condição.

Acreditando plenamente justificada a medida, contamos com o apoio de nossos pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 15-10-2009.

**a) Ana Perugini - PT**



**ANEXO G – Figuras complementares obtidas por meio da Pesquisa de Campo (Janeiro de 2010).**

**Figura 10.** Faixa elaborada pela CAMU na comemoração do 45º aniversário do município de Urânia no ano de 1995.

Fonte: CAMU (Agosto de 1995).



**Figura 11.** Faixa elaborada pela CAMU na comemoração do 45º aniversário do município de Urânia no ano de 1995.

Fonte: CAMU (Agosto de 1995)



**Figura 12.** Cerimônia de inauguração do prédio da CAMU.  
Fonte: CAMU.



**Figura 13.** Segunda Festa da Uva do município de Urânia.  
Fonte: CAMU (Outubro de 1995)



**Figura 14.** Terceira Festa da Uva do município de Urânia.  
**Fonte:** CAMU (Outubro de 1996).

